

2021
TRATOLIXO

RELATÓRIO & CONTAS

2021



Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4		
1. QUEM SOMOS	15		
1.1. A TRATOLIXO, EIM, SA	16		
1.2. Perfil TRATOLIXO	20		
1.3. Curriculum Vitae dos Administradores	21		
1.4. Composição dos Órgãos Sociais	29		
1.5. Organização da Empresa	32		
1.6. Missão, Visão e Política Integrada	34		
2. O NOSSO NEGÓCIO EM 2021	36		
2.1. Resíduos Recebidos	36		
2.2. Tratamento e Valorização de Resíduos	42		
2.3. Novas Infra-Estruturas	50		
2.3.1. Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos	50		
2.3.2. Central de Compostagem de Resíduos Verdes	52		
2.3.3. Novo Edifício Social e Armazém da Abrunheira	54		
2.4. Planeamento, Estratégia e Inovação	56		
2.5. Sistema Integrado de Gestão	65		
2.6. Licenciamento e Requisitos Legais	66		
2.7. Monitorização de Processo e Produto	67		
2.8. Contratação Pública	69		
2.9. Sistemas de Informação	70		
2.10. Comunicação e Imagem	72		
2.11. Gestão de Recursos Humanos	76		
		3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	81
		4. PERSPECTIVAS FUTURAS	87
		5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	93
		6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	95
		7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	155
		8. RELATÓRIO E PARECER FISCAL ÚNICO	161

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vivemos em 2021, mais um ano devastador

Vivemos em 2021, mais um ano devastador, à escala mundial e à escala nacional, com a presença da calamidade causada pela pandemia COVID 19. Esta pandemia alterou a estratégia definida no início do presente mandato, adicionando-se um sétimo pilar aos anteriormente traçados. Correspondendo o ano de 2021, ao final deste nosso mandato, passamos em revista a estratégia realizada.

A estratégia definida, nos primeiros meses da actual presidência, compreende seis pilares:

PILAR 1 - Uma gestão global que permita aos accionistas terem a certeza que o dever público é, e será assegurado, por uma administração coerente e eficaz nas tomadas de decisão, no cumprimento da legislação em vigor e da operacionalidade tecnológica, tendo presente os objectivos da circularidade e da descarbonização, com uma correcta gestão dos recursos humanos, apresentando resultados financeiros positivos, no âmbito de uma visão e uma estratégia assumida;

PILAR 2 - Uma gestão financeira equilibrada e transparente que permita à banca e aos accionistas a segurança de resultados positivos;

PILAR 3 - Uma gestão coordenada, participada e eficaz entre a “alta”, da responsabilidade da TRATOLIXO, e a “baixa” da responsabilidade das Câmaras Municipais, tendo como sede a CAPER, Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico de Resíduos, tendo como objectivos: o cumprimento da legislação, a circularidade, a descarbonização e a minimização de depósitos em aterro.

PILAR 4 - Uma gestão de recursos humanos na qual os colaboradores sintam que fazem parte de uma empresa que se preocupa com a sua segurança, saúde e condições de trabalho;

PILAR 5 - Uma gestão tecnológica que permita o cumprimento da legislação em vigor e respectivas metas, com eficácia e eficiência, e que caminhe no sentido do cumprimento de nova legislação, em preparação, do aumento da circularidade dos resíduos urbanos, reduzindo as emissões de gases de efeito de estufa, maximizando a eficiência energética, com condições de segurança e de saúde;

PILAR 6 - Uma gestão das relações com instituições oficiais, outras empresas gestoras de resíduos, associações, clientes e fornecedores, que promovem e dignificam a TRATOLIXO.

Estes são os seis pilares que definimos no início do mandato, em Junho de 2019. Em Fevereiro de 2020 acrescentámos um sétimo pilar.

PILAR 7 - Uma gestão que minimize os efeitos e as consequências da Pandemia COVID-19, numa preocupação permanente de salvaguardar a saúde dos colaboradores e visitantes, e de manter a TRATOLIXO em funcionamento, prestando os serviços públicos a que está obrigada.



NO ÂMBITO DO PILAR 1

Após quase dois anos da pandemia do COVID-19 nenhum dos colaboradores da TRATOLIXO teve problemas sérios de saúde, a prestação dos serviços nunca foi afectada, apesar de se terem alterado algumas práticas, para o cumprimento da legislação entretanto publicada, continuamos a apresentar resultados positivos, a pagar à banca os compromissos assumidos e a garantir o cumprimento da toda a legislação ambiental, o que pode ser comprovado designadamente pela inspecção surpresa do IGAMAOT ao Ecoparque da Abrunheira sem qualquer registo de infracção ou inconformidade.

A programação das actividades dos próximos cinco anos consta do Plano de Actividades e Orçamento 2021-2025, elaborado em 2020, que obteve parecer favorável da ERSAR e foi aprovado pelas quatro Câmaras Municipais e Assembleias Municipais.

NO ÂMBITO DO PILAR 2

Apesar destes dois anos de actividade, muito dificilmente condicionada pela pandemia, foi possível:

- Apresentar sempre resultados positivos;
- Diminuir a dívida financeira à banca de 148 586 136€, em Maio de 2019, para 134 446 815€, em Dezembro de 2021;
- Reduzir o valor da tarifa efectivamente paga pelas Câmaras Municipais de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, como se verificou na redução da tarifa aprovada de 47,32€ para a tarifa real de 45,58€, em 2019, e de 46,77€ para 44,71€, em 2020, de 46,13€ para 43,96€, em 2021;
- Reduzir as despesas mantendo a eficácia, como se verificou nomeadamente na energia eléctrica, no gasóleo e na fiscalização das obras, no montante aproximado de 1,5M€;
- Obter o melhor rendimento possível na Central de Triagem, com a infra-estrutura existente, que em Novembro de 2021 deu origem a 548 382,09€ de vendas;

Acrescendo as condições de segurança e saúde dos colaboradores da TRATOLIXO, minimizando os impactos ambientais da actividade e cumprindo a legislação vigente e aplicável.

NO ÂMBITO DO PILAR 3

Reforçou-se a coordenação das actividades interconexas desenvolvidas pelas Câmaras Municipais no domínio dos resíduos urbanos “em baixa” e as actividades desenvolvidas “em alta” pela TRATOLIXO, principalmente em sede da CAPER, Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico de Resíduos, aumentando: a periodicidade das reuniões; a confiança entre as entidades; a integração das actividades; a eficiência das decisões tomadas; as actividades conjuntas; e o apoio da TRATOLIXO às Câmaras Municipais em vários projectos, nomeadamente:

- Estabelecimento de uma fórmula de compensação pela maximização da recolha de resíduos verdes;

- Candidatura de apoio à elaboração de estudos de sistemas de recolha de biorresíduos, ao Fundo Ambiental;
- Definição da campanha de marketing relativa os sacos verdes;
- Elaboração do estudo de avaliação técnica, económica e ambiental do sistema de recolha selectiva de biorresíduos baseado em co-colecção;
- Criação de um sistema de depósito e retorno das garrafas de plástico - candidatura ao fundo EEA Grants 2014-2021;
- Avaliação da pegada ecológica dos sacos verdes em alternativa a outras soluções de recolha selectiva;
- Estudo de soluções de conteúdo e regulamentares a consignar em planos director municipais, planos de urbanização, planos de pormenor e projectos de loteamento, no tocante a resíduos urbanos.

NO ÂMBITO DO PILAR 4

Em Junho de 2019, na celebração dos 30 anos da TRATOLIXO, foram tomadas cinco decisões mais imediatas de aumento de regalias dos colaboradores, designadamente:

- Uma ceia grátis para todos que trabalham à noite (sopa, fruta e pão);
- A possibilidade de adquirirem o jantar, em take away, ao preço do almoço;
- Um dia de dispensa no dia de aniversário;
- O pagamento do curso do Certificado de Aptidão (CAM) aos motoristas e a dispensa durante o horário do curso;
- Toalhas personalizadas lavadas diariamente.

O projecto do Edifício Social e Armazém do Ecoparque da Abrunheira encontra-se concluído. Foi realizado com a participação dos trabalhadores. O concurso relativo à construção terá lugar em Fevereiro de 2022.

Aumento dos equipamentos, infra-estruturas e formação, destinados a segurança e saúde, e reforço das equipas e normas de actuação, designadamente:

- Implementação do programa DAE, com aquisição de equipamentos de desfibrilhação automática externa e realização das respectivas acções de formação;
- Criação da Equipa Bravo para respostas à emergência, realização das acções de formação necessárias e revisão dos salários;
- Realização de acções de formação;
- Realização de simulacros;
- Aquisição de um veículo de combate a incêndios;
- Aquisição de um reservatório de água para acoplação a camião;

- Aquisição do veículo operacional tático;
- Informação e consulta aos colaboradores para a segurança e saúde no trabalho.

Em 2022 os salários foram actualizados em valores superiores aos recomendados pelo governo:

Tabela salarial 2022

Em Dezembro de 2021 o Conselho de Administração aprovou a nova tabela salarial para vigorar em 2022. Embora o decreto governamental previsse uma actualização salarial de 0,9%, o Conselho de Administração entendeu poder ir mais além.

Assim, a nova tabela salarial foi actualizada considerando os seguintes patamares:

- 5% de aumento para os ordenados até 1.500€;
- 2% de aumento para os ordenados que situam no intervalo 1.500€ - 2.000€; e
- 0,9% de aumento para os ordenados acima de 2.000€.

O salário mínimo foi actualizado de 665€ para 705€ a que corresponde um aumento de 6,02%.

Tabela salarial 2021

Em 2021 a remuneração base mensal dos trabalhadores que se situava nos escalões entre 673,00€ e 771,12€ foi actualizada em 10€, tendo o salario minino sido actualizado e em 19,93€, o que representou um acréscimo de 3,09%.

Para além dos aumentos salariais, foram concedidos outros benefícios aos colaboradores, nomeadamente:

- Em 2019, 2020 e 2021, no Natal, foi atribuído um cartão de vale de compras a todos os colaboradores e, um cartão de vale de compras adicional, a quem completou nesses anos, 10; 15; 20; 25 e 30 anos de trabalho na TRATOLIXO;
- Para além dos cartões vale de compras, em 2020 e 2021 foi atribuído um cabaz a todos os colaboradores;
- No Natal de 2020, todos os trabalhadores e colaboradores, foram presenteados com uma verba extraordinária calculada em função do seu enquadramento salarial. Àqueles que estiveram na linha da frente, “vestindo a camisola” com empenho e disponibilidade ajudando a que a empresa conseguisse manter todos os seus serviços com a mínima perturbação possível para a sociedade, foi-lhes atribuído um prémio adicional.

NO ÂMBITO DO PILAR 5

O desenvolvimento tecnológico compreende a realização de estudos que abrangem o médio prazo, a realização de projectos e obras a realizar a curto prazo, e acções no domínio da informática.

No âmbito dos estudos, estão em curso:

- Estudo de Avaliação da Implementação de Soluções de Gasificação e Pirólise para a Valorização de Resíduos Urbanos;
- Estudo sobre Biomassa;
- A Candidatura Lavoisier, ao PRR, Aviso 01/C05-I01/2021;
- O projecto CIRCULAR SIMTECH – TRATOLIXO, apoiado pela Sociedade Ponto Verde;
- O Plano Estratégico da TRATOLIXO, cuja 1ª fase está concluída.

O Desenvolvimento tecnológico tem como objectivo o cumprimento das metas estabelecidas na legislação em vigor, a maximização da circularidade e da descarbonização, envolvendo dezasseis concursos e um investimento total de mais de 11,5M€, nomeadamente através de um conjunto de novos projectos:

- Construção de adaptação do tratamento mecânico de Trajouce à recolha selectiva de biorresíduos;
- Requalificação e adaptação da central de compostagem para resíduos verdes;
- Aumento da capacidade da linha de afinação de composto da central de digestão anaeróbica;
- Ampliação da capacidade de processamento de RUB da central de digestão anaeróbia;
- Instalação do quarto moto-gerador da Abrunheira;
- E uma nova portaria operacional, em Trajouce.

O ponto de situação dos principais projectos em curso é o seguinte:

- Empreitada da Nova Portaria de Controlo Operacional do Ecoparque de Trajouce - 17/01/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público;
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada da Nova Portaria de Controlo Operacional do Ecoparque de Trajouce - 21/01/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público;
- Empreitada Novo Edifício Social e Armazém do Ecoparque da Abrunheira - 08/02/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público;
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada Novo Edifício Social e Armazém do Ecoparque da Abrunheira - 18/02/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público;
- Empreitada de Ampliação da Capacidade da CDA - 18/02/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público;
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada de Ampliação da Capacidade da CDA - 25/02/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público;

- Empreitada de Instalação de 4º Motogerador - 18/03/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público;
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada de Instalação de 4º Motogerador - 21/03/2022 envio de informação para CA com a proposta de abertura de concurso público.

Foram concretizados vários melhoramentos operacionais, designadamente:

- Internalização da ETAL da Abrunheira e integração dos nove colaboradores;
- Substituição da unidade de tratamento de ar respirável;
- Substituição do material filtrante dos 2 biofiltros da CDA;
- Criação do centro de diagnóstico de avarias eléctricas e electrónicas; programa de monitorização de odores;
- Redução do consumo de água em 10000 m³ por ano;
- Prensagem e expedição do papel cartão na Abrunheira;
- Construção de uma plataforma de acesso aos equipamentos da linha de desidratação;
- Requalificação dos transportadores de massa da CDA;
- Requalificação do cais do vidro e do hall de recepção de resíduos;
- Protecção contra quedas de altura;
- Monitorização de odores.

Foram adquiridos vários equipamentos operacionais, para substituição de outros em fim de vida ou para novas funções (6 semi-reboques, 1 destrocador primário, 1 destrocador secundário de biomassa, 4 tractores, 3 pás carregadoras, carregadora hidráulica, etc) e de segurança (veículo de combate a incêndio, reservatório de água para acoplação a camião e veículo operacional).

Foram realizados vários relatórios ambientais e auditorias, designadamente:

- Relatório ambiental anual;
- Reporte mensal de registo de resíduos urbanos;
- Reporte PRTR;
- Acompanhamento trimestral das metas da TRATOLIXO – PERSU 2020;
- Acompanhamento dos circuitos piloto de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico;
- Auditorias energéticas de 2019 e 2020;

No domínio dos sistemas de informação, salienta-se que estão em curso:

- A implementação do Programa de Gestão Documental;
- A aplicação do Regulamento de Protecção de Dados;
- A aplicação Mobile de Cargas Contaminadas;
- O concurso para visualização integrada dos indicadores de gestão.

NO ÂMBITO DO PILAR 6

Foi dinamizado um conjunto de iniciativas públicas de imagem externa da TRATOLIXO, designadamente:

- Realização de reuniões com entidades oficiais, autarcas, professores universitários, jornalistas e especialistas, apresentando o trabalho realizado e previsto no âmbito da Visão e da Estratégia da TRATOLIXO, destacando-se a presença do presidente e vogal da APA, da presidente e vice-presidentes da CCDRLVT, da presidente, vice-presidente e do gestor da ERSAR, da vice-presidente e gestor do POSEUR e bastonário da Ordem dos Engenheiros;
- Concepção e promoção da Receita Culinária Sustentável;
- Concepção e promoção de um webinar com o apoio da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e a Ordem dos Engenheiros;
- Concepção e promoção de um ciclo de conferências na Ordem dos Engenheiros;
- Participação no 14º e no 15º Fórum de Resíduos, como orador convidado;
- Participação no XI Encontro Nacional de Gestão de Resíduos, como orador convidado;
- Participação no III Encontro de Higiene e Limpeza, como orador convidado;
- Concepção e vinilização das 10 galeras com a nova imagem de marketing (financiada pela Sociedade Ponto Verde);
- Promoção do “Minuto TRATOLIXO”, na radio;
- Concepção e promoção das “Entrevista Verde” e publicação nas redes sociais;
- Apoio a corporações de bombeiros próximas;
- Sensibilização aos alunos das escolas dos quatro municípios;
- Celebração do protocolo Querqus, TRATOLIXO e Cascais Ambiente;
- Participação na Bauhaus Initiative, NEB Co-Design Event, no âmbito da Economia circular, apresentando a circularidade existente e prevista na TRATOLIXO;
- Participação no programa de economia circular Circulytics, promovido pela CIP e realizado pela EY, com o apoio da Fundação Ellen MacArthur;
- Participação no programa internacional ECTP Restart Manifesto, promovido pelo European Council of Spatial Planners e pelo Lincoln Institute of Land Policy;

- Disponibilização de instalações para a realização da 10ª Reunião do Comité de Acompanhamento do POSEUR;
- Apoio de cinco campanhas solidárias;
- Acolhimento a candidatos a autarcas e a visitantes;
- Publicação de artigos em várias revistas da especialidade.

NO ÂMBITO DO PILAR 7

Para fazer face à pandemia COVID-19, com início em Março de 2019, foram tomadas decisões para proteger os colaboradores da possibilidade de contágio, num total de investimentos de 350.118,92€ designadamente:

- Construção de uma sala nova no refeitório para cumprimento do distanciamento obrigatório;
- Construção de 12 portas automáticas para minimização de contágios;
- Aquisição de mais frigoríficos e micro-ondas para minimizar as esperas e a concentração de colaboradores;
- Realização de mais 2500 testes COVID-19;
- Aquisição de mascarar, viseiras e kits de desinfeção;
- Desinfeção periódica de instalações e equipamentos;
- Realização e revisão do Plano de Contingência e sua aplicação;
- Realização de acções de formação e de esclarecimento;
- Aplicação de medidas de quarentena a todos os colaboradores com perigo de contágio e obrigatoriedade de realização de testes CPR antes do reinício laboral, pagos pela TRATOLIXO;
- Estabelecimento de teletrabalho e de funcionamento de equipas “em espelho”;
- Cumprimento de toda a legislação publicada assim como a normativa difundida pela Direcção Geral de Saúde, Agência Portuguesa do Ambiente e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

No sentido de atenuar os efeitos da crise criada pela pandemia COVID-19, foram tomadas outras decisões, das quais destacamos:

- No Natal de 2020, todos os colaboradores foram beneficiados com uma verba extraordinária calculada na razão inversa do respectivo ordenado;
- Aos colaboradores que não podiam estar em teletrabalho, e que trabalharam diariamente na TRATOLIXO, foi-lhes atribuído um prémio adicional;

- Tem sido assegurado o salário, o subsídio de refeição e de transporte a todos os colaboradores em teletrabalho ou em isolamento profiláctico decidido pela TRATOLIXO;
- A TRATOLIXO tem suportado todos os encargos não comparticipados pela Segurança Social, aos colaboradores com filhos menores a cargo, bem como os subsídios de refeição e de transporte;
- Tem sido assegurado a todos os trabalhadores de risco (decorrente de avaliação do médico de trabalho) o salário, o subsídio de refeição e de transporte, desde o início da pandemia até ao final de Maio de 2020;
- Foram adquiridos computadores novos e arranjos outros, no sentido de disponibilizar aos filhos dos colaboradores a possibilidade de usufruírem do ensino à distância.

Felizmente não se assinalou qualquer caso de gravidade de COVID-19 entre os colaboradores da TRATOLIXO.

Apesar da pandemia, que nos afecta há mais de dois anos, a TRATOLIXO tem cumprido a sua missão, tem protegido os seus trabalhadores, tem procedido a aumentos de salários acima dos definidos oficialmente, tem apresentado resultados positivos e tem continuado a investir em projectos que garantem uma maior circularidade e mais sustentabilidade.

E necessário prosseguir estas tarefas, algumas das quais em construção, assim como tomar novas decisões em matérias de desenvolvimento tecnológico no sentido de: cumprir as novas metas para 2030, decorrentes de legislação em estudo; minimizar a incidência da TGR; encontrar destino para os resíduos não recicláveis; reduzir o valor da tarifa; e aumentar as regalias dos trabalhadores. É uma equação difícil, mas não é impossível, como ficou demonstrado nestes dois últimos anos e meio.

Quero agradecer a todos os administradores e administradoras, colaboradores e colaboradoras da TRATOLIXO, que ajudaram na concretização das actividades realizadas neste mandato, ao accionista AMTRES, às Câmaras Municipais de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, nas pessoas dos seus Presidentes e Vereadoras, que tem confiado no nosso trabalho e aprovado as nossas propostas, aos membros da CAPER cuja cooperação e entusiasmo tem dinamizado muitas das realizações, às entidades oficiais, a fornecedores e adjudicatários, o apoio prestado, para que tenha sido possível este conjunto de realizações.

Trajouce, 11 de Fevereiro de 2022



João Pereira Teixeira

A photograph of an industrial building with a blue metal staircase and a red fire pipe. The scene is lit with a strong blue light, creating a monochromatic effect. The building has a corrugated metal roof and a large blue door. The staircase is made of blue metal and has a blue railing. The fire pipe is red and runs vertically along the wall. The text "1. QUEM SOMOS" is overlaid on the image in white.

1.
QUEM SOMOS

1. QUEM SOMOS

1.1 A TRATOLIXO E.I.M., S.A.

A TRATOLIXO apresenta mais de 30 anos de constituição, sendo uma empresa que representa um dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) mais importantes de Portugal, em termos de população servida, resíduos geridos, capacidade infra-estrutural, desempenho ambiental e experiência no sector.

Refere-se que a TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, SA é uma empresa intermunicipal de capitais integralmente públicos, detida em 100% pela AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

Historicamente, a origem da TRATOLIXO remonta ao início dos anos 80, quando os representantes dos municípios de Cascais, Oeiras e Sintra iniciaram um conjunto de reuniões de trabalho para dar resolução aos problemas associados ao tratamento de resíduos urbanos.

Dessas reuniões resultou a decisão de construir uma central de tratamento mecânico e biológico (TMB) por compostagem, cujo concurso público foi então lançado a 1 de Julho de 1985.

Foi igualmente definido em caderno de encargos que a gestão e exploração dessa unidade deveria ficar a cargo duma empresa, a criar para o efeito, detida maioritariamente pela AMTRES (51%) e pela empresa adjudicatária da obra ou por quem esta indicasse (49%).

A TRATOLIXO, que foi entretanto constituída em Julho de 1989, iniciou actividade em 1990 e passou a assegurar a gestão e exploração da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce em 1992.

No ano de 2000, o município de Mafra aderiu à AMTRES, tendo o SGRU alcançado a configuração que mantém até hoje.

Em 2003, a AMTRES adquiriu a totalidade do capital social da TRATOLIXO, passando a ser a sua única accionista.

De seguida, em 2004 é assinado o Contrato-Programa entre a AMTRES e a TRATOLIXO relativo à gestão e exploração integrada do Sistema de Resíduos Sólidos dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

A TRATOLIXO, à data, não tem quaisquer sucursais.



Espaço geográfico abrangido pela TRATOLIXO

Assim sendo, a TRATOLIXO abrange actualmente uma área geográfica de 753 Km², presta serviço a estes quatro municípios e a uma população de cerca de 860.000 habitantes, o que constitui cerca de 8% do total de Portugal.

	População* (2021)	Capitação ** (kg/hab.dia)	Produção RU *** (2021)
Cascais	214 158	1,792	140 098
Mafra	86 521	1,630	51 470
Oeiras	171 767	1,257	78 785
Sintra	385 654	1,354	190 549
Sistema AMTRES	858 100	1,472	460 902

*Dados provisórios do INE referentes ao Censos de 2021 (n.º de habitantes)

**Dados de produção relativos a 2021 (toneladas)

***Toneladas correspondentes à totalidade dos resíduos recolhidos no Sistema

O objecto social da TRATOLIXO é gerir e explorar o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos. Isto envolve o tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos, a comercialização dos materiais transformados e outras prestações de serviços no domínio dos resíduos. Toda esta actividade é desenvolvida no respeito pelos princípios da Sustentabilidade e a aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o sector.

Com mais de três décadas de experiência, a empresa aprendeu a valorizar cada vez mais e melhor os resíduos recebidos dos seus municípios, dispondo de várias infra-estruturas especializadas e dedicadas ao seu tratamento.

Estas infra-estruturas distribuem-se pela sua sede no Ecoparque de Trajouce (Concelho de Cascais), pelo Ecoparque da Abrunheira (Concelho de Mafra) e Ecocentro da Ericeira (Concelho de Mafra).



Localização das infra-estruturas da TRATOLIXO

3 - ERICEIRA

- Ecocentro

2 - ECOPARQUE DA ABRUNHEIRA

- Central de Digestão Anaeróbia (CDA) - em requalificação
- Células de Confinamento Técnico (CCT)
- Ecocentro
- Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL)

1 - ECOPARQUE DE TRAJOUCE

- Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) - em requalificação
- Central de Triagem de Embalagens
- Estação de Transferência de RU
- Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL)
- Central de Compostagem de Resíduos Verdes - em construção

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança.

O âmbito proposto contempla todos os processos e unidades da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU.

A empresa encontra-se certificada segundo a norma NP EN ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade – pela NP EN ISO 45001 – Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho – e no caso específico da nova Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira e Ecocentro da

Ericeira, pela norma NP EN ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental.

A empresa tem vindo a realizar um conjunto de acções e investimentos com o objectivo de desenvolver melhores soluções para o tratamento dos RU numa óptica de sustentabilidade.

Com um longo e vasto know how no domínio do tratamento de resíduos, a empresa faz questão de colaborar e participar activamente na troca de experiências e partilha de conhecimento a nível nacional e internacional, por intermédio das associações sectoriais das quais é associada.

Por essa razão, a TRATOLIXO é *Silver Member* da International Solid Waste Association (ISWA), é associada da Associação Portuguesa de

Empresas de Tecnologias Ambientais (APEMETA) de modo a estar a par dos principais desenvolvimentos no sector dos resíduos, associada da Smart Waste Portugal (SWP) – para efeitos de participação em projectos e discussão pública de temas estratégicos para a empresa – associada da *World Biogas Association (WBA)* – associação comercial global dos sectores de biogás, gás de aterro e digestão anaeróbica (DA) – é associada da Associação para a Gestão de Resíduos ESGRA – associação que tem como

missão a promoção dos interesses dos seus associados no âmbito da gestão e tratamento de resíduos e o seu desenvolvimento estratégico a nível nacional – e associada da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB) – entidade nacional vocacionada para o estudo, desenvolvimento e divulgação de conhecimentos nos sectores ambientais de águas e resíduos.

1.2 Perfil TRATOLIXO



Dimensão da organização

**Apenas produtos recicláveis. Não considera composto, estilha e RE valorizados organicamente.*

1.3 Curriculum Vitae dos Administradores



João Teixeira
Presidente

Nasceu em 1953. Licenciado em Engenharia Civil pelo IST e Urbanista. Trabalhou em instituições públicas durante 25 anos, 18 dos quais em cargos de liderança. Director em empresas privadas internacionais durante 13 anos. Autor de livros, relatórios e planos. Orador principal e participante, convidado em diversos congressos e seminários em Portugal, Espanha, França, Holanda, México, Brasil e Angola. Desde Maio de 2019 Presidente da Tratolixo E.I.M., S.A.

Cargos anteriores de Liderança

2014 / Maio 2019 Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT).
2014 / Maio 2019 Presidente do PORLisboa 2020, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional Lisboa 2020.
2009 / 2013 Presidente e Vice-Presidente do

ECTP-CEU, Conselho Europeu dos Urbanistas.
2006 / 2009 Presidente da EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa.
2007 / 2009 Presidente da GF, Gestão de Projectos, S.A.
2006 / 2009 Presidente da IMOHÍFEN – Mediação Imobiliária, S.A.
2004 / 2005 Coordenador Nacional do Programa POLIS.
1991 / 2003 Director do Projecto de Desenvolvimento do Caesar Park Hotel Portugal, na “Quinta da Penha Longa” .
1988 / 1991 Director Regional do Ordenamento do Território, CCDR-LVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo).
Ensino:
De 1982 a 2011 foi professor convidado em diversas faculdades: Instituto Superior Técnico,

Faculdade de Engenharia da Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Principais Publicações:

- Editor do livro «A Centenary of Spatial Planning in Europe». European Council of Spatial Planners. Osman Publishing, 2013. ISBN: 978-99949-31-48-4.
- Autor do capítulo «Celebrating the Past and Facing the Future» no livro «A Centenary of Spatial Planning in Europe». European Council of Spatial Planners. Osman Publishing, 2013. ISBN: 978-99949-31-48-4.
- Autor do suplemento do livro «Celebration of the Centenary of Spatial Planning», no livro «A Century of International Federation of Housing and Planning, 1913-2013», Narayana Press, 2013. ISBN: 978-87-92700-07-0.
- Autor do capítulo «Smart Cities Tackling Cities Turning Point – More of the Same is not Enough» no livro «Quality of Space – Quality of Life». Planning for Urban Needs of Diverse Timeframes» AESOP, European Urban Summer School. Lusófona University. October 2011. ISBN: 978-1530185207.

- Autor da introdução da publicação: The Eight European Urban and Regional Planning Awards. European Council of Spatial Planners. 2010.
- Autor do artigo: «Urban Renaissance: The Role of Urban Regeneration in Europe's Urban Development Future», na revista Serbian Architectural Journal, volume 2, 2010.
- Coordenador e autor (conjuntamente com Ana Ramos e Nuno Ventura Bento) da publicação: «Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo - Competitividade Internacional e Coesão Territorial e Social na RLVT 2030». CCDR-LVT. Maio 2018. ISBN: 978-972-8872-40-3.
- Autor do documento «Contributos para o Trabalho da Comissão Independente para a Descentralização». Maio 2019.
- Autor (conjuntamente com Maria João Martins) do Atlas da Habitação de Lisboa. EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa. 2007.
- Autor (conjuntamente com Maria João Martins) do Atlas da Habitação de Portugal. Faculdade de Engenharia da Universidade Católica Portuguesa. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Dezembro 2007.

- Autor da tradução para português da Carta Europeia de Democracia Participativa nos Processos de Ordenamento do Território e do Urbanismo, «The European Charter on Participatory Democracy in Spatial Planning Process». European Council of Spatial Planners. Agosto 2017.
- Autor da nota do Presidente do Conselho Europeu de Urbanistas, ECTP-CEU, ao «Glossário do Desenvolvimento Territorial», tradução do Spatial Development Glossary, European Conference of Ministers responsible for Regional/Spatial Planning (CEMAT). DGOTDU. Setembro de 2011. ISBN: 978-972-8569-51-8.
- Autor da introdução da publicação em cirílico da nova Carta de Atenas, de Novembro de 2003, do Conselho Europeu de Urbanistas. Associação de Urbanistas da Sérvia. Outubro 2010. ISBN: 978-86-84275-24-2.
- Coordenação de várias publicações no âmbito da Economia Circular, das Alterações Climáticas e do Ordenamento do Território.



Zalinda Campilho
Vogal

Nasceu em 1961. Licenciada em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA).

Funcionária da Câmara Municipal de Oeiras, há cerca de 40 anos, mais de metade dos quais como Dirigente na área do Ambiente.

Desde Fevereiro de 2022, Vogal do Conselho de Administração na TRATOLIXO E.I.M., S.A.

Outras Actividades:

- Fevereiro de 2022 - Vogal do Conselho de Administração na Empresa Municipal Oeiras Viva, E.M.;
- 2018 até à data - Vogal do Conselho de Administração na Empresa Municipal Parques Tejo – Parqueamentos de Oeiras, E.M, S.A. ;
- 2018 a Fevereiro de 2022 - Empresa Municipal Oeiras Viva, E.M. – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos - Adjunta do Conselho de Administração;
- 2018 a Fevereiro de 2022 - TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., S.A. - Administradora Não Executiva em representação do Município de Oeiras e em substituição da Sra. Vereadora Joana Baptista;

- 2018 a Fevereiro de 2022 - Câmara Municipal de Oeiras -Assessora Técnica da Vereação do Pelouro do Ambiente;
- 2003 a 2018 - Directora do Departamento de Ambiente e Equipamento, na Câmara Municipal de Oeiras, cargo que manteve até Junho de 2018, após 3 renovações;
- 2000 a 2003– Coordenadora da Divisão de Serviços Urbanos e da Divisão de Abastecimento Público e Fiscalização Sanitária;
- 1996 a 2000 - Câmara Municipal de Oeiras -Coordenadora da Divisão de Higiene Pública e Chefe de Divisão de Abastecimento Público e Fiscalização Sanitária, em regime de acumulação;
- 1991 a 1996 –Técnica Superior de Estudos da Câmara Municipal de Oeiras;
- 1987 a 1991 - Câmara Municipal de Oeiras - Técnica de Contabilidade e Administração de 2ª Classe;
- 1983 a 1986 - Câmara Municipal de Oeiras - Secretariado de apoio à Vereação;
- 1982 - Câmara Municipal de Oeiras - Auxiliar Técnico de Campismo de 2ª Classe.

Desempenho de funções de representação de organismos públicos:

- Representação da Câmara Municipal de Oeiras na Assembleia Geral da Associação Energy Cities;
- Representação da Câmara Municipal de Oeiras na Comissão de acompanhamento do Plano Estratégico de Resíduos (CAPER) na TRATOLIXO desde 2003;
- Representação da Câmara Municipal de Oeiras em Assembleias Gerais da Rede Nacional de Agências de Energia (RNAE);
- Participação em grupos de trabalho / estudos / projectos de nomeação oficial com coordenação;
- Administradora-Delegada da Agência Municipal de Energia – OEINERGE;
- Coordenação do Grupo de trabalho – Plano Estratégico de restauro e requalificação das principais linhas de água do Concelho (PELACO);
- Coordenação da Comissão Paritária no âmbito do SIADAP referente aos biénios 2013/2014 e 2015/2016;

- Confraria dos Enófilos do Vinho de Carcavelos;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral do CCD 477
- Centro de Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Oeiras e dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento (SIMAS).



Fernando Sousa Ferreira
Vogal

Nasceu em 1963. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa – Faculdade de Direito. Advogado e Gestor de Empresas, pós-graduado em Direito das Autarquias Locais, formado com o Curso Avançado de Gestão Pública, 56 anos, casado, dois filhos, foi até 10 de Março de 2020, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo com a responsabilidade das áreas do Licenciamento e Gestão Ambiental. Desde Abril de 2020 Membro do CA da TratoLixo E.I.M.,S.A.

Outras Actividades:

2019 - Presidente em exercício da CCDRLVT e do Plano Operacional Regional de Lisboa.

2014-2015 - Administrador da SANEST – Saneamento da Costa do Estoril.

2012 -2015 - Vogal da Comissão Directiva do Plano Operacional Regional de Lisboa PORLVT (QREN e Portugal 2020).

2010 – 2014 - Secretário-geral e Consultor Sénior da EGSRA – Associação das Empresas Gestoras de Sistemas de Resíduos.

2010 - 2013 - Representante executivo na Comissão Directiva da MWE – Municipal Waste Europe.

2001 – 2004 / 2005 -2009 – Vereador da Câmara Municipal de Odivelas.

2004 – 2005 – Vice-Presidente da CCDR-LVT.

2002 - 2004 – Presidente do Conselho de Administração da Odivelcultur, E.M.

1999 – 2001 – Vogal da Comissão Instaladora do Município de Odivelas.

1998 – 1999 – Vereador da Câmara Municipal de Loures.

1998 – Presidente do Conselho de Administração do CAELO – Centro de Actividades Económicas de Loures.

1996-1997 – Membro do Conselho de Administração da Trigramma, S.A.

1995 -1996 – Membro do Conselho de Administração do Forpescas – Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas. Nos últimos anos teve responsabilidades directas em diversas áreas das políticas públicas da área do ambiente, nomeadamente enquanto membro do Observatório Nacional dos CIRVER, do conselho consultivo da CAGER, da Comissão de Acompanhamento do PERSU, do Plano Especial para os Aterros e do Grupo de Estratégia sobre a implementação da recolha selectiva em Portugal em especial dos bio resíduos.

Foi ainda responsável dos Planos de Melhoria da Qualidade do Ar da RLVT, pela implementação dos programas de recuperação das pedreiras e dos trabalhos iniciais do mapa ambiental da RLVT.

Teve intervenção activa na elaboração do Guia Prático das Licenças Especiais do Ruído, na execução do Protocolo de Gestão de

Resíduos Construção e Demolição e no início da intervenção pública e controlo ambiental dos processos de descontaminação dos solos. Participou também no desenvolvimento da Plataforma LUA - Título Único Ambiental e nos trabalhos de evolução do SIGRE.

Participou ainda nos Planos de Acção Nacional e Regional para a Economia Circular que culminou na concretização da Agenda Regional e também na discussão sobre a transposição do European *Green Deal*.

Coordenou os trabalhos sobre avaliações de impacto ambiental e, no plano de fiscalização ambiental, para além da participação activa na definição do IFAMA e do PNFA foi relevante a intervenção na acção integrada na Bacia do Tejo que deu origem ao Relatório da Comissão de Acompanhamento sobre a Poluição no Rio Tejo.



1.4 Composição dos Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da TRATOLIXO são compostos por uma Assembleia Geral – órgão deliberativo – por um Conselho de Administração – órgão executivo – um Fiscal Único Efectivo e um Fiscal Único Suplente.

Cabe à Assembleia Geral da TRATOLIXO, por indicação do representante do seu accionista AMTRES, eleger os órgãos sociais da empresa.

No decorrer da alteração do regime jurídico aplicável ao sector empresarial local, em 2013 o Conselho de Administração da TRATOLIXO passou a ser composto apenas por 3 membros, 2 Membros Executivos (um dos quais era o Presidente do Conselho de Administração) e 1 Membro Não Executivo.

Em 2021, os órgãos sociais da TRATOLIXO apresentaram a seguinte composição.

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras

Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Afonso Morais

Secretário: Eng.º José Manuel Alves Crespo Afonso

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Novembro de 2020 – a 31 de Janeiro de 2022

Eng.º João Manuel Pereira Teixeira – Presidente

Dr.ª Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho (Câmara Municipal de Mafra)

Dr. Fernando Sousa Ferreira (Câmara Municipal de Cascais)

Dr.ª Joana Micaela Salvador Baptista representada por Dr.ª Zalinda Maria Campilho Coelho (Câmara Municipal de Oeiras, Observador)

FISCAL ÚNICO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., N.º SROC 223, representada por Ana Isabel Calado da Silva Pinto, ROC n.º 1103.

FISCAL SUPLENTE

Pedro Alexandre Vieira Roque de Campos Machado, ROC n.º 1318.

A 24 de Janeiro de 2022 foram nomeados os novos órgãos sociais da TRATOLIXO apresentando actualmente a seguinte composição.

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Basílio Horta

Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras

Secretário: Eng.º José Manuel Alves Crespo Afonso

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Eng.º João Manuel Pereira Teixeira – Presidente

Dr.ª Zalinda Maria Campilho Coelho - Vogal

Dr. Fernando Sousa Ferreira – Vogal

Dra. Piedade Mendes - Observadora

FISCAL ÚNICO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., N.º SROC 223, representada por Ana Isabel Calado da Silva Pinto, ROC n.º 1103.

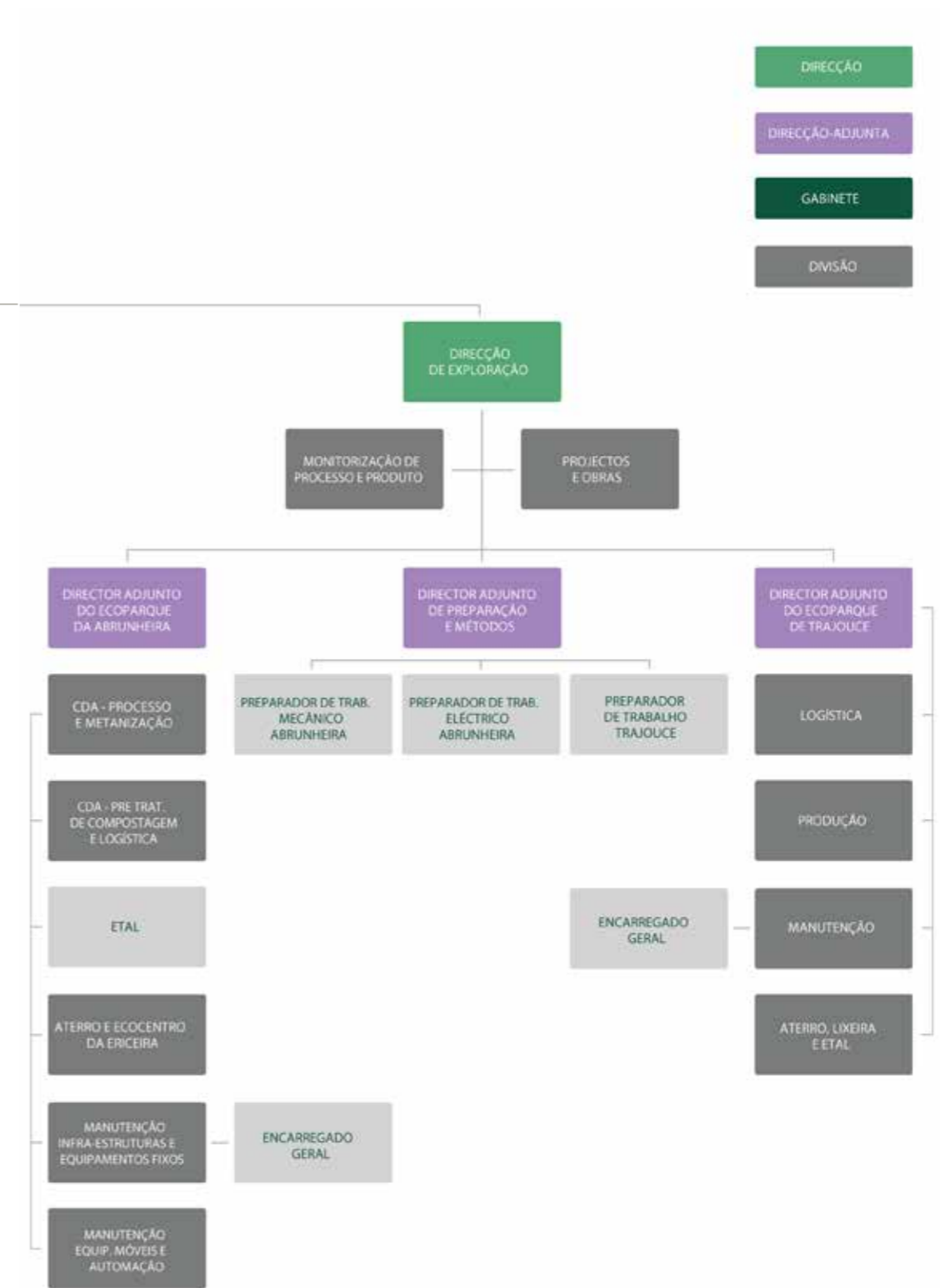
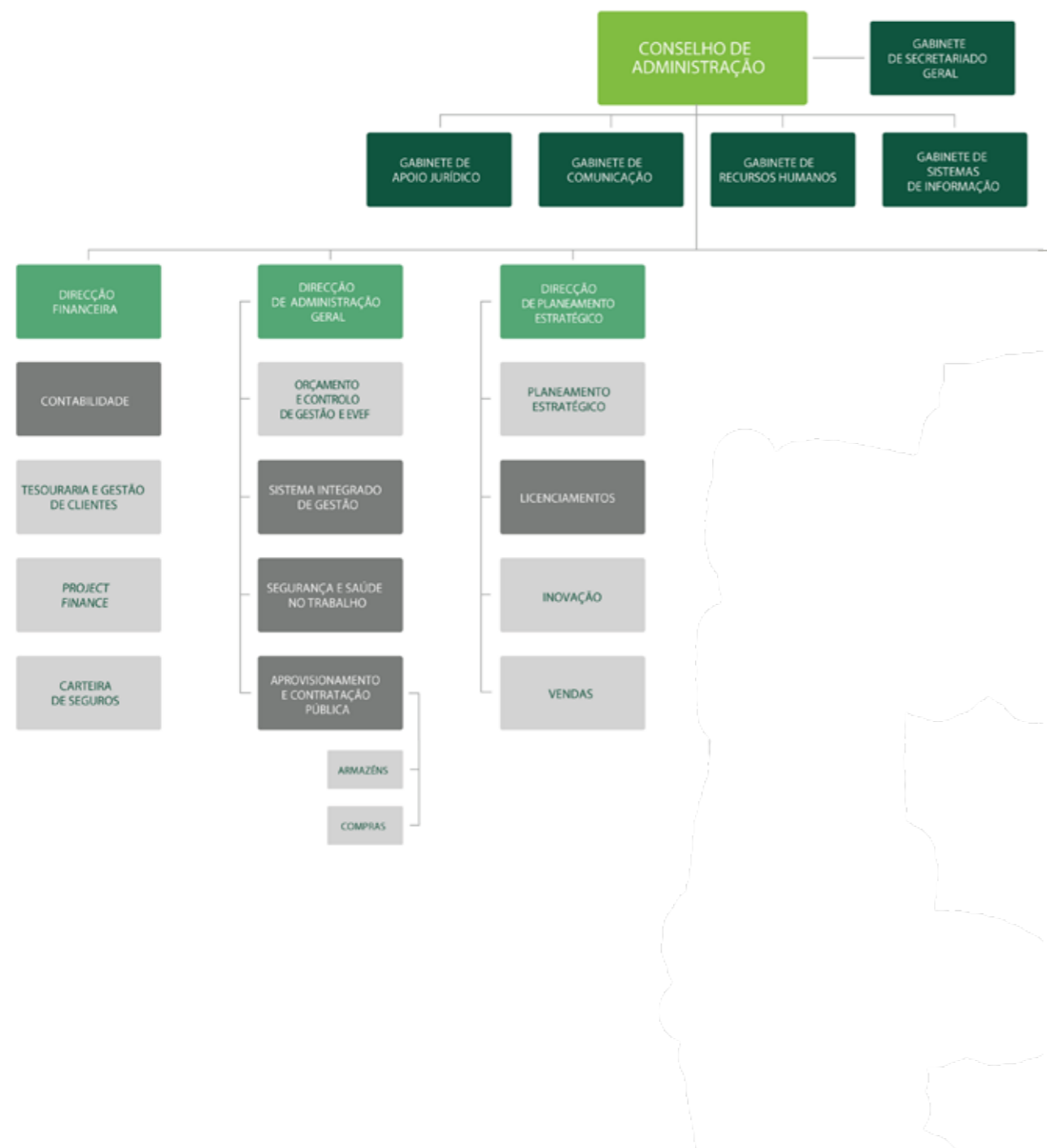
FISCAL SUPLENTE

Pedro Alexandre Vieira Roque de Campos Machado, ROC n.º 1318.



1.5 Organização da Empresa

A estrutura funcional da empresa é apresentada no organigrama seguinte.



Actualizado em Dezembro de 2016

1.6 Missão, Visão e Política Integrada

A TRATOLIXO tem como missão assegurar o tratamento e a valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos produzidos nos quatro Municípios integrantes da AMTRES (Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra), tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade.

Tem como visão utilizar as técnicas mais avançadas, seguras e ambientalmente adequadas, no tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, dando especial ênfase à valorização e considerando-os como fonte de potencial matéria-prima.

POLÍTICA INTEGRADA

DA QUALIDADE, AMBIENTE, SEGURANÇA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

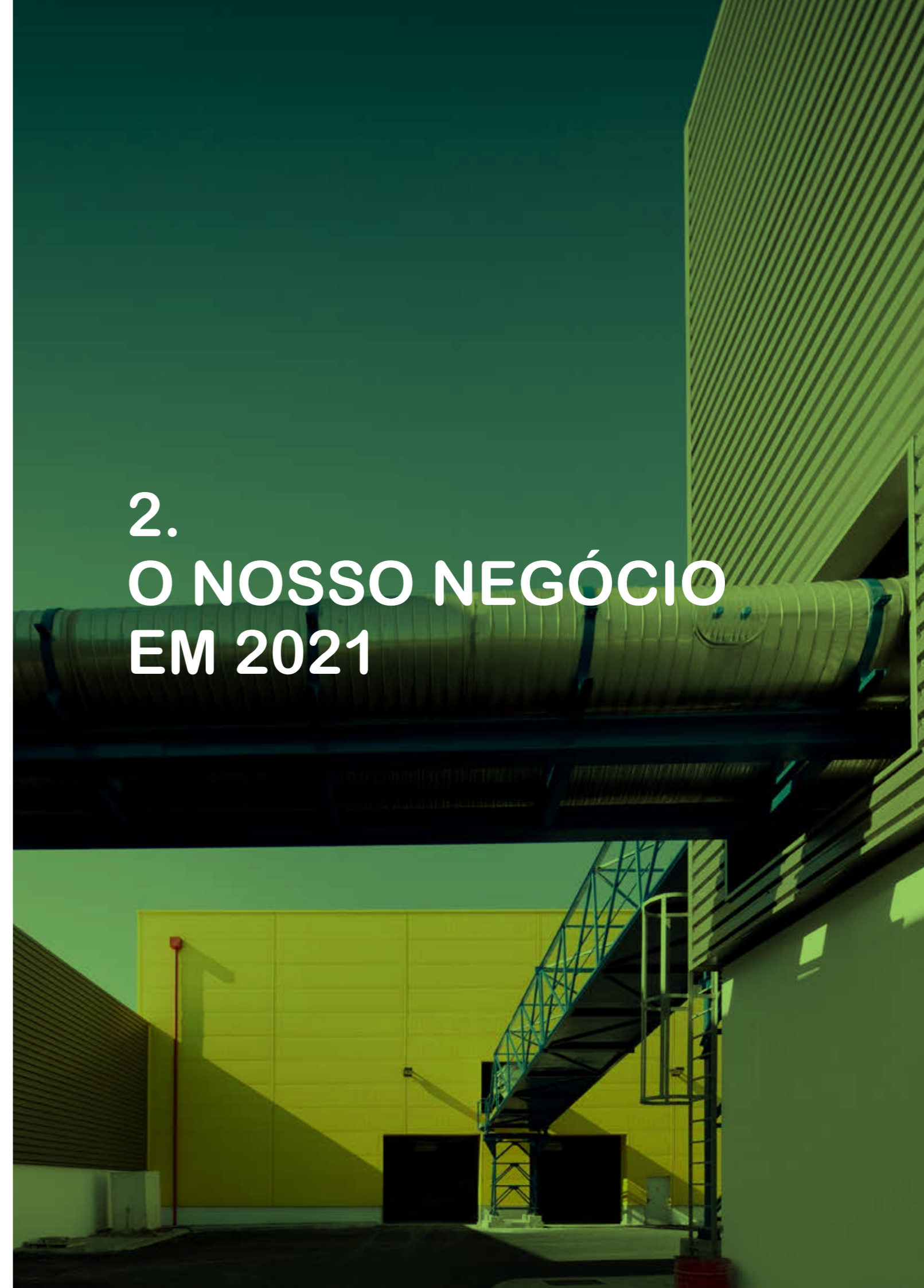
De acordo com a Missão, Visão e as Razões Históricas que levaram à constituição da TRATOLIXO, o Conselho de Administração aprovou a seguinte Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social:

- 1 Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão Integrada dos Resíduos Urbanos, em consonância com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU), mantendo uma atitude visionária e de constante inovação no que respeita à Gestão dos Resíduos Urbanos.
- 2 Estabelecer e implementar as ações necessárias para o cumprimento dos objetivos e metas definidos, de acordo com a estratégia da empresa e com a prestação de um serviço público de elevada qualidade, tornando-a uma entidade de referência na área da gestão dos resíduos, promovendo a economia circular (resíduos como matéria prima) e o crescimento sustentável.
- 3 Melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e expectativas das partes interessadas e eliminar ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.
- 4 Proteger o ambiente, prevenindo a poluição e assegurando a utilização eficiente dos recursos naturais, garantindo o controlo e a monitorização ambiental sistemática, e prevenir a ocorrência de lesões e doenças profissionais, promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável para os colaboradores internos e entidades externas.
- 5 Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e eficácia.
- 6 Proporcionar aos trabalhadores a formação e sensibilização adequadas, para melhorarem o desempenho das suas funções, obrigações individuais e colectivas, aumentarem os seus conhecimentos e desenvolverem as suas competências.
- 7 Desenvolver a relação com os Fornecedores e Subcontratados para garantir que a sua actuação segue os princípios desta Política.
- 8 Manter uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas sobre assuntos associados à sua actividade.
- 9 Proporcionar mecanismos, tempo e recursos necessários à consulta e à participação dos trabalhadores.
- 10 Manter uma ligação estreita às comunidades onde se insere a sua actividade e acção, promovendo educação ambiental com vista à sustentabilidade.
- 11 Cumprir os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela TRATOLIXO.

A Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social estabelecida pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO, foi comunicada a todos os colaboradores e Partes Interessadas e encontra-se divulgada por toda a empresa sendo responsabilidade de cada colaborador conhecê-la. Esta será revista periodicamente de modo a garantir a sua adequação e relevância para o cumprimento dos objetivos da TRATOLIXO.
Revisão 6, aprovada a 29 de Setembro de 2020

TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., SA
O Presidente do Conselho de Administração

tratolixo
gestão de resíduos urbanos
www.tratolixo.pt



2. O NOSSO NEGÓCIO EM 2021

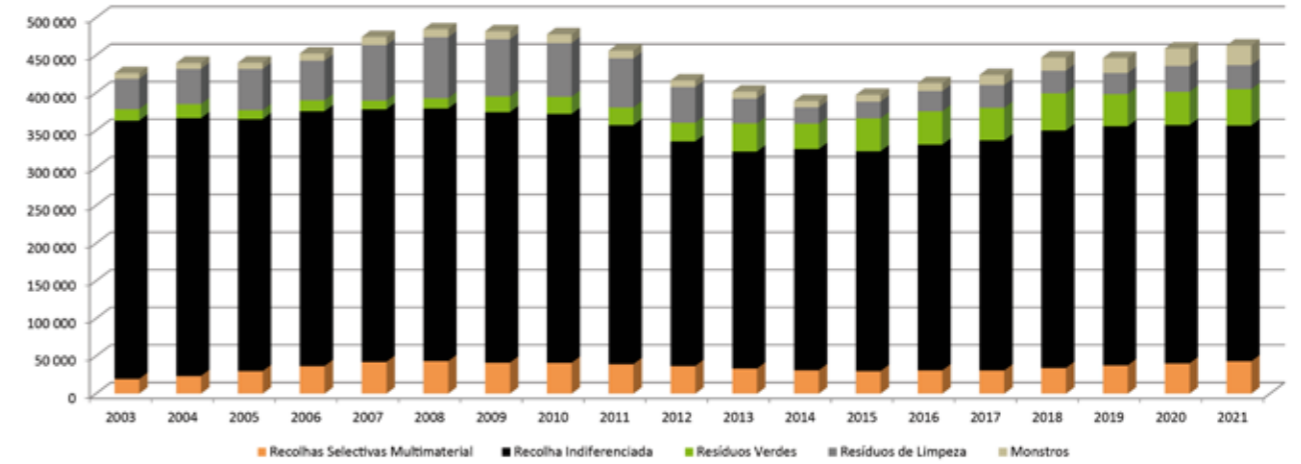
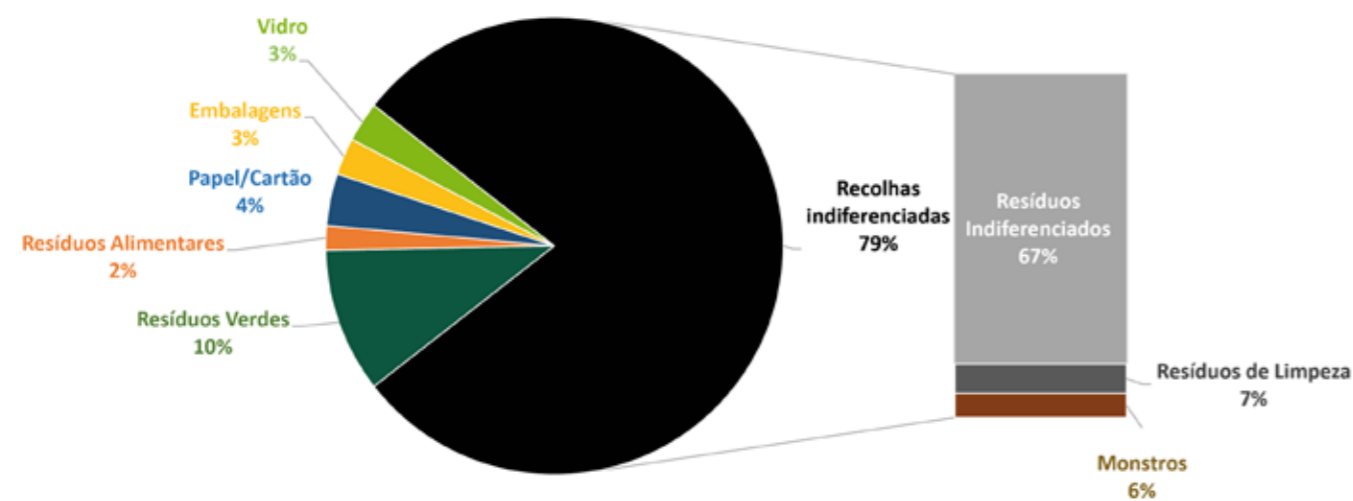
2. O NOSSO NEGÓCIO EM 2021

2.1 Resíduos Recebidos

A actividade principal da empresa – gestão de resíduos urbanos – é executada atendendo aos *inputs* desta matéria-prima potencialmente valorizável nas diversas instalações de tratamento da TRATOLIXO.

Os resíduos produzidos pelos municípios que integram o Sistema AMTRES são divididos quanto à sua natureza em Resíduos Urbanos provenientes de recolha selectiva – que engloba os resíduos oriundos de recolha selectiva multimaterial (RSM) de vidro, papel/cartão e embalagens e também os resíduos oriundos de recolha selectiva de biorresíduos (resíduos verdes e resíduos orgânicos (RO)) – e em resíduos provenientes de recolha indiferenciada – categoria na qual se incluem os resíduos indiferenciados, monstros e resíduos de limpeza.

A proporção de cada tipo de resíduo e a sua evolução quantitativa encontra-se representada nos gráficos seguintes.



O ano de 2021 começou – nos primeiros dois meses – com uma produção de resíduos ao nível do Sistema AMTRES inferior ao período homólogo de 2020 em cerca de -6%, resultado que se deveu às alterações dos padrões de consumo e encerramento de actividades na sequência da pandemia de COVID19.

À medida que as medidas de combate a esta pandemia iam sendo aligeiradas, nomeadamente com períodos de desconfinamento das populações e abertura das diversas actividades económicas e sociais, o País e igualmente o Sistema AMTRES regressaram a uma certa normalidade adaptada, que se reflectiu na produção global de resíduos.

Resultou, assim, do balanço de 2021, um acréscimo na quantidade total de resíduos recebidos dos municípios do Sistema AMTRES bem como de entidades particulares, desvio positivo que pode ser observado no quadro seguinte.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ 2020-2021
Cascais (t)	133 676	134 883	141 201	141 096	138 709	140 098	1,0%
Mafra (t)	39 955	42 374	46 158	47 310	48 263	51 470	6,6%
Oeiras (t)	75 870	74 452	79 689	79 437	79 596	78 785	-1,0%
Sintra (t)	162 197	170 497	177 924	178 332	191 358	190 549	-0,4%
Particulares (t)	4 218	7 880	10 556	9 029	8 443	10 116	19,8%
TOTAL DE RESÍDUOS (t)	415 916	430 086	455 528	455 203	466 369	471 018	1,0%

Atendendo às respectivas características populacionais, económicas e de actividade, o crescimento acima reportado não foi semelhante em todos os Municípios da área de intervenção da TRATOLIXO, uma vez que nos municípios de Oeiras e Sintra ocorreram ligeiras diminuições na produção de resíduos – variação de -812 t e -809 t face ao ano anterior, respectivamente.

Isto deve-se ao facto destes Municípios terem um número elevado de empresas do sector terciário (comércio e serviços) e pela redução do turismo, que segundo projecções do Banco de Portugal,

apesar da aceleração verificada em 2021, o indicador preliminar das viagens e turismo da balança de pagamentos revelou que os valores continuaram abaixo dos registados no período pré-pandemia, variação motivada pelas restrições à movimentação de pessoas implementadas em todo o globo.

O total de resíduos recebidos em 2021 – cerca de 471.018 t – deveu-se, principalmente, aos incrementos registados nas recolhas de resíduos verdes (+ 4.071 t e + 9,2%) e de monstros (+ 2.825 t e +12,1%).

Esse facto pode ser observado na análise individual de cada origem de resíduos por município que se demonstra de seguida, primeiramente nos dados referentes às recolhas indiferenciadas apresentadas abaixo.

Tipologia de resíduo (t)	RECOLHAS INDIFERENCIADAS (RI)						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ 2020-2021
INDIFERENCIADOS (t)	300 162	305 835	315 838	317 832	316 824	313 569	-1,0%
Cascais (t)	87 704	89 563	90 321	89 891	87 811	86 366	-1,6%
Mafra (t)	30 691	31 956	33 414	33 476	35 285	36 341	3,0%
Oeiras (t)	57 359	58 017	59 639	59 790	57 127	56 025	-1,9%
Sintra (t)	124 051	126 030	132 204	134 456	136 419	134 084	-1,7%
Particulares (t)	357	269	260	219	182	754	313,2%
LIMPEZA (t)	26 744	30 409	30 378	28 231	34 460	32 099	-6,9%
Cascais (t)	8 778	7 602	8 022	8 156	6 607	6 030	-8,7%
Mafra (t)	1 816	1 852	2 256	3 134	3 835	3 152	-17,8%
Oeiras (t)	4 772	2 639	4 697	2 947	4 703	4 208	-10,5%
Sintra (t)	11 332	18 306	15 356	13 950	19 256	18 606	-3,4%
Particulares (t)	46	10	46	44	58	102	75,3%
MONSTROS (t)	10 651	13 260	17 380	19 999	23 271	26 096	12,1%
Cascais (t)	3 284	3 778	4 908	4 974	4 896	5 012	2,4%
Mafra (t)	1 731	2 388	2 759	3 569	3 164	3 815	20,6%
Oeiras (t)	1 768	2 029	2 284	3 042	4 348	4 944	13,7%
Sintra (t)	2 006	2 674	4 050	5 543	7 813	8 830	13,0%
Particulares (t)	1 863	2 392	3 379	2 872	3 050	3 495	14,6%
TOTAL RECOLHAS INDIFERENCIADAS (t)	337 557	349 504	363 595	366 062	374 556	371 764	-0,7%

Verifica-se do quadro anterior uma nítida redução no conjunto das recolhas de origem indiferenciada (-2.792 t e -0,7%), justificada com as diminuições dos quantitativos de resíduos indiferenciados (-3.256 t e -1,0%) – comportamento que apenas não se observou no município de Mafra, a registar um aumento de +1.056 t (+3,0%) no ano de 2021 – e dos quantitativos de resíduos de limpeza – diminuição patente em todos os municípios do Sistema AMTRES.

Por outro lado, no que às recolhas de origem selectiva diz respeito e, em concreto, na recolha selectiva multimaterial, registou-se um crescimento de 6,6% (+2.663 t) em 2021, como se pode verificar no quadro seguinte.

Tipologia de resíduo (t)	RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (RSMM)						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ 2020-2021
PAPEL/CARTÃO (t)	12 614	12 185	14 379	15 449	16 757	17 326	3,4%
Cascais (t)	4 167	3 797	4 601	4 861	5 006	5 267	5,2%
Mafra (t)	1 200	1 230	1 359	1 585	1 779	1 816	2,1%
Oeiras (t)	3 299	3 442	3 786	3 996	4 168	4 341	4,2%
Sintra (t)	3 946	3 712	4 613	4 999	5 768	5 841	1,3%
Particulares (t)	2	5	20	9	37	61	66,4%
EMBALAGENS DE PLÁSTICO, METAL E ECAL (t)	7 965	8 238	8 966	10 330	11 007	12 283	11,6%
Cascais (t)	2 281	2 476	2 750	3 102	3 226	3 506	8,7%
Mafra (t)	682	735	792	939	1 113	1 723	54,8%
Oeiras (t)	1 894	2 003	2 301	2 518	2 631	2 817	7,0%
Sintra (t)	3 086	2 990	3 075	3 743	4 007	4 230	5,6%
Particulares (t)	22	34	49	26	29	8	-74,3%
VIDRO (t)	10 356	10 449	10 885	11 894	12 542	13 360	6,5%
Cascais	3 180	3 309	3 488	3 785	3 756	4 106	9,3%
Mafra	1 096	1 160	1 211	1 319	1 422	1 539	8,2%
Oeiras	2 255	2 274	2 379	2 616	2 902	2 918	0,5%
Sintra	3 826	3 700	3 808	4 161	4 462	4 798	7,5%
Particulares	0	6	0	13	1	0	-100,0%
TOTAL RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (t)	30 934	30 872	34 231	37 673	40 306	42 968	6,6%

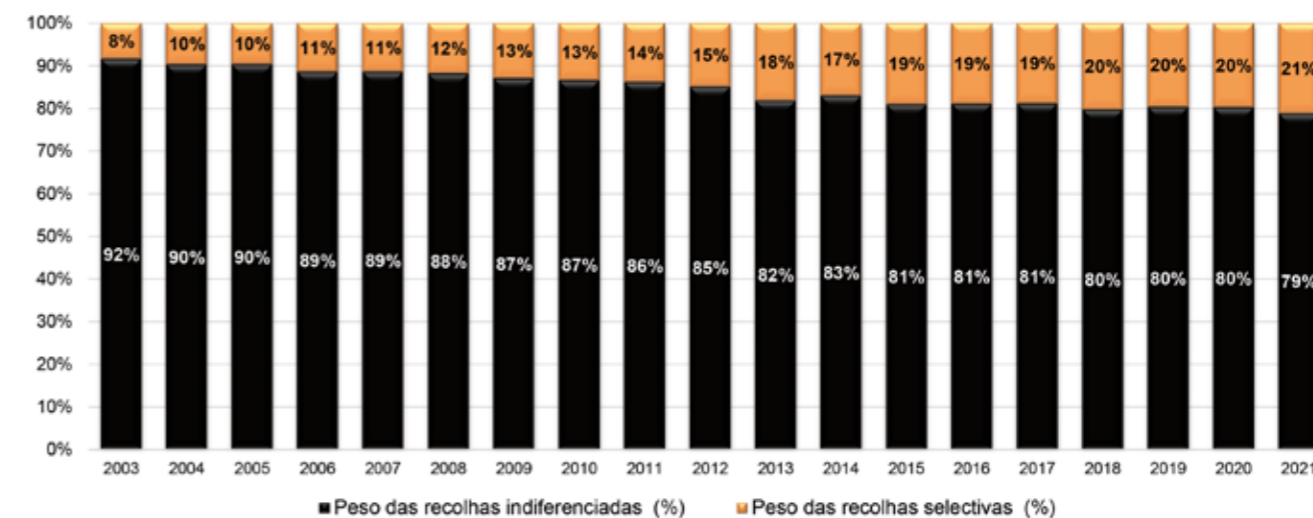
Para esta realidade contribuíram os aumentos na recepção de todos os materiais provenientes do ecoponto, embora com maior destaque para as embalagens de plástico, metal e ECAL (+1.277 t e +11,6%) e vidro (+818 t e + 6,5%), verificável pelo crescimento destas recolhas em todos os municípios.

Já no respeitante à recolha selectiva de biorresíduos, esta também apresentou um resultado muito optimista, com crescimento de +9,3% e +4.778 t, como atestado no quadro seguinte.

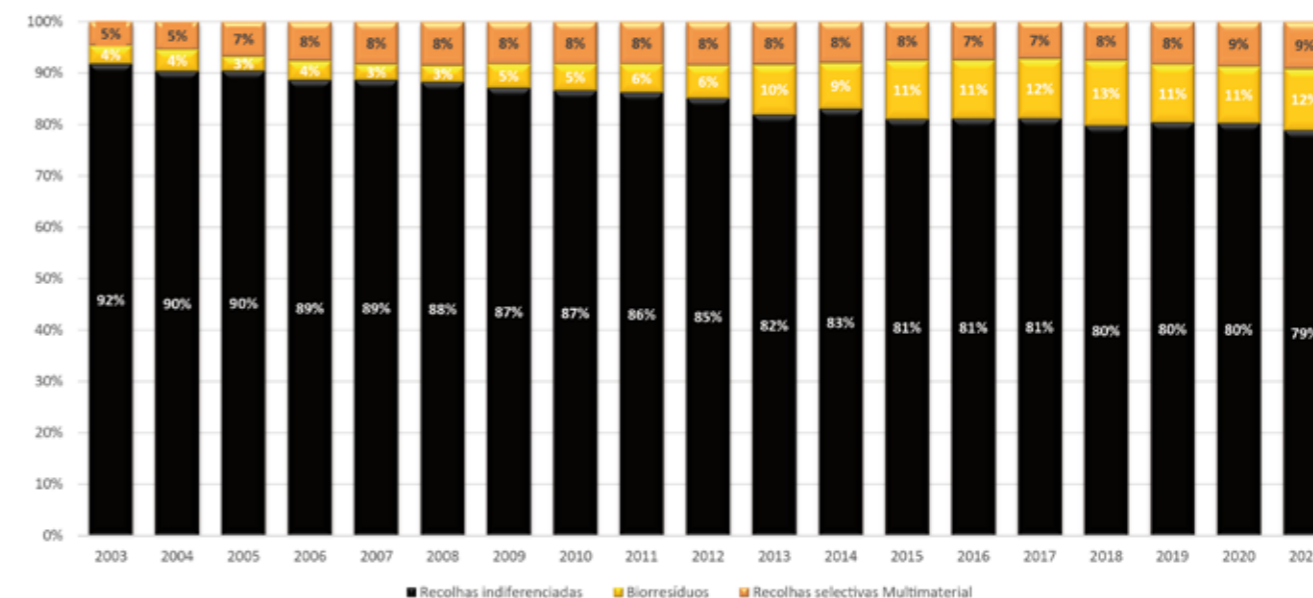
Tipologia de resíduo (t)	RECOLHA SELECTIVA DE BIORRESÍDUOS						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ 2020-2021
ORGÂNICOS (t)	3 034	6 429	8 588	8 784	7 387	8 093	9,6%
Cascais (t)	29	0	626	1 446	1 031	1 208	17,1%
Mafra (t)	493	622	577	634	671	563	-16,1%
Oeiras (t)	765	754	775	907	635	642	1,1%
Sintra (t)	0	0	0	0	0	0	0,0%
Particulares (t)	1 746	5 053	6 610	5 797	5 050	5 680	12,5%
VERDES (t)	44 391	43 281	49 115	42 683	44 121	48 192	9,2%
Cascais (t)	24 254	24 359	26 487	24 881	26 375	28 603	8,5%
Mafra (t)	2 245	2 431	3 790	2 653	994	2 520	153,5%
Oeiras (t)	3 758	3 294	3 828	3 620	3 083	2 892	-6,2%
Sintra (t)	13 951	13 085	14 817	11 479	13 634	14 161	3,9%
Particulares (t)	183	111	192	50	35	16	-54,9%
TOTAL BIORRESÍDUOS (t)	47 425	49 710	57 703	51 467	51 508	56 286	9,3%

O esforço dos municípios em incentivar as recolhas selectivas é, aliás, compatível com as principais metas de gestão de resíduos que se preconizam para o período pós 2020, nomeadamente a prevenção da produção de resíduos, a obrigatoriedade de recolha selectiva de resíduos perigosos de origem doméstica, a diminuição da deposição em aterro, as retomas de recolha selectiva e, de forma indirecta, também a preparação para reutilização e reciclagem.

Com base no trabalho que os municípios do Sistema AMTRES têm vindo a desenvolver, em 2021 foi finalmente possível assistir ao decréscimo da representatividade das recolhas indiferenciadas face à representatividade das recolhas selectivas – 79% vs 21%, respectivamente – fruto das alterações comportamentais nos cidadãos, decréscimo esse que não acontecia desde 2018, como é comprovado pelo gráfico abaixo.

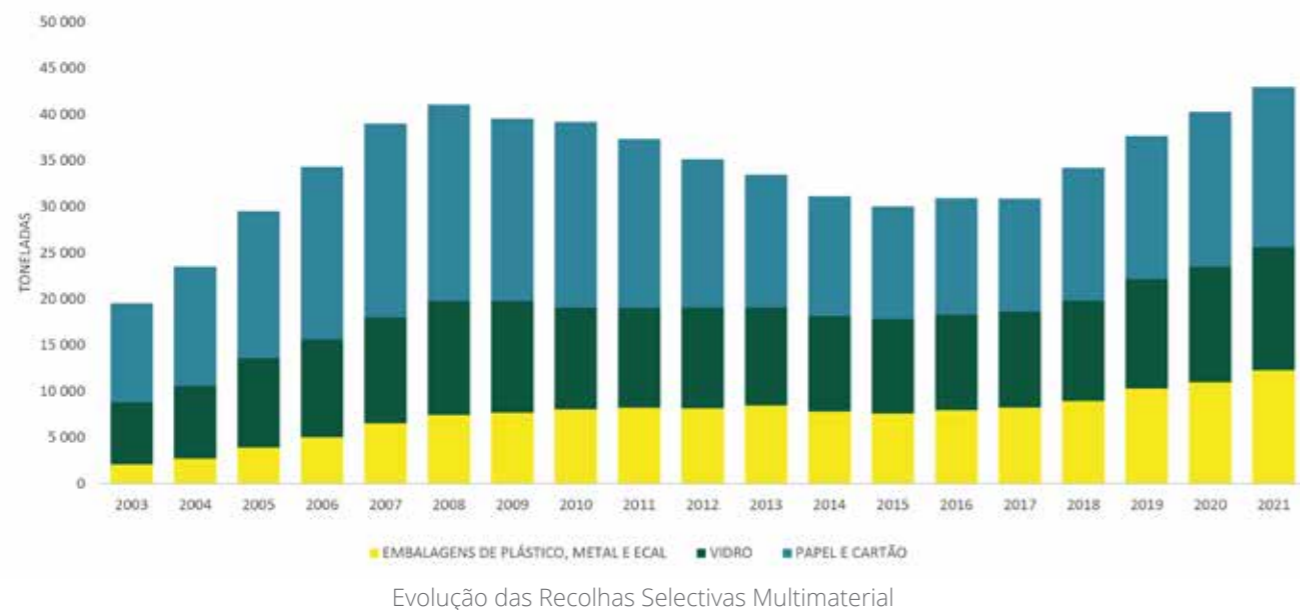


Concentrando a análise nas recolhas selectivas, em 2021 verificou-se um crescimento no respeitante à recolha selectiva de biorresíduos – que atingiu 12% do total de recolhas, dos quais apenas 2% correspondem à recolha selectiva de resíduos orgânicos – e, por outro lado, a representatividade da recolha selectiva multimaterial manteve-se nos 9%, conforme consta do gráfico seguinte.



Analisando mais detalhadamente o comportamento evolutivo das recolhas selectivas multimaterial no Sistema AMTRES, denota-se uma quebra entre 2019 e 2015 na sequência da crise económica seguida de um crescimento gradual que só em 2020 atingiu valores pré-crise.

O resultado obtido em 2021 que se apresenta no gráfico seguinte é bastante positivo e igualmente promissor para o atingimento da meta de retomas de recolha selectiva prevista no PERSU 2030.



Para esta evolução contribuíram certamente os vários investimentos que os municípios desenvolveram nas suas áreas de intervenção, em termos de sensibilização ambiental mas também de novos projectos de recolha selectiva, nomeadamente no domínio do Sistema de Depósito e Reembolso de embalagens de bebidas.

2.2 Tratamento e Valorização de Resíduos

Apesar da situação pandémica ter dominado o modo de funcionamento da empresa em 2021, a prioridade da TRATOLIXO foi realizar a sua actividade de gestão de resíduos – como serviço público essencial – de forma ininterrupta, em moldes seguros e ambientalmente adequados, obedecendo às orientações proporcionadas pelas diversas autoridades.

Ainda que com constrangimentos e adaptações necessárias para lidar com esta realidade de crise epidemiológica, a visão de estratégia da TRATOLIXO sempre se baseou no pressuposto de garantir um funcionamento operacional otimizado e suportado em metodologias certificadas, promovendo anualmente a melhoria contínua da actividade desenvolvida nas suas infra-estruturas, de modo a maximizar a produção de produtos valorizáveis e minimizar os refugos operacionais.

Este trabalho é, por um lado, fundamental para a redução de custos, mas é sobretudo de primordial importância para o cumprimento das metas de gestão de resíduos do PERSU 2030.

Como é sabido, os processos operacionais da empresa estão suportados na triagem dos vários materiais e resíduos valorizáveis recebidos, potenciando, assim, o seu encaminhamento para reciclagem ou outras formas de valorização.

O recente investimento na construção da nova Central de Triagem (CT) de Resíduos de Embalagem de Trajouce constitui o exemplo mais relevante de medidas implementadas nos últimos anos para fazer face a estas preocupações, sendo que à data a empresa encontra-se a apostar na requalificação e construção de outras infra-estruturas – unidades de TMB e nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes – que potenciem uma gestão tecnológica mais eficiente e conducente ao aumento da circularidade dos resíduos urbanos.

Após triagem nos respectivos processos operacionais, os materiais recicláveis obtidos nas várias infra-

estruturas da empresa – CITRS, CDA, CT e Ecocentros – são retomados para reciclagem directamente através de retomadores ou então através de Entidades Gestoras de fluxos de resíduos.

Atendendo apenas aos resíduos que constituem produtos comercializáveis para a TRATOLIXO – via entidades gestoras ou não – em 2021 foram encaminhados para reciclagem um total de 71.107,83 t de resíduos – um desvio de +15,27% face ao ano anterior – distribuídos pelas categorias de produto que se apresentam no quadro abaixo.

Produto	Quantidade (t)
Papel/Cartão *	15 693,75
Plásticos/Metais **	9 213,24
Vidro	13 841,07
Outros ***	32 359,77
TOTAL	71 107,83

* Inclui fracção embalagem e não embalagem proveniente das recolhas selectiva e indiferenciada;

** Inclui materiais das recolha selectiva, indiferenciada e ecocentros;

*** Inclui REEE's, pilhas e acumuladores, pneus usados e estilha.



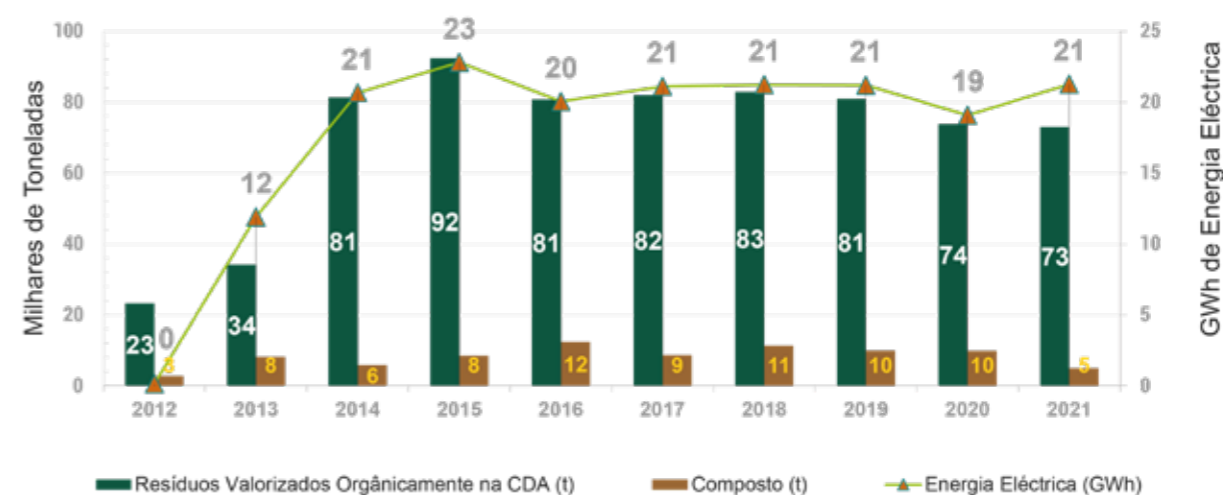


Os resultados obtidos tiveram como contributo o crescimento das vendas do papel/cartão embalagem e não embalagem, dos plásticos mistos e da estilha.

Para além dos materiais e/ou resíduos recicláveis obtidos no processo de triagem, destaque também para a produção de composto na CDA da Abrunheira, efectuada a partir da etapa de tratamento biológico da fracção orgânica dos resíduos desta instalação.

Durante o ano de 2021, foram produzidas cerca de 5.000 t de composto na CDA, um valor que representa um decréscimo de cerca de -50% que se justifica com a paragem prolongada associada à empreitada para aumento da capacidade da linha de afinação de composto.

Por outro lado, resultante do processo de tratamento biológico da fracção orgânica dos resíduos nesta instalação, obteve-se a produção e venda de mais de 21.000 MWh de energia eléctrica, valor que representa um acréscimo de cerca de +11% face ao ano de 2020, sendo este desvio justificado pela retoma do normal funcionamento da unidade após os condicionamentos implementados no ano anterior no decurso do combate à pandemia.

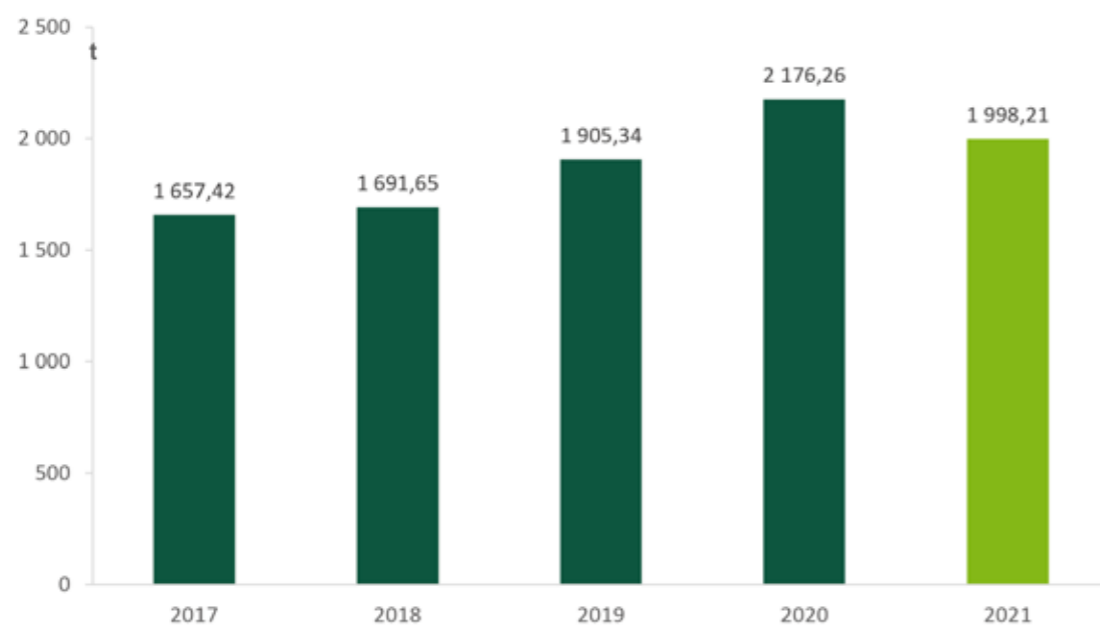


No respeitante à actividade desenvolvida nos Ecocentros da TRATOLIXO, há que salientar a importância dos mesmos para a entrega dedicada, por parte dos cidadãos e outros produtores, de vários fluxos de resíduos especiais – ex.: óleos minerais, REEE, etc – entre outras tipologias de resíduos com potencial de reciclagem mas cujas características os impedem de serem recolhidos através dos habituais esquemas de remoção, tais como monstros, resíduos verdes e resíduos de limpeza.

Atendendo à variedade de resíduos com possibilidade de serem recepcionados nestas infra-estruturas, considera-se ser uma excelente oportunidade para promover a recolha selectiva de têxteis e pequenas fracções de resíduos perigosos domésticos, cuja meta estabelecida no PERSU 2020+ impõe a obrigatoriedade de recolha a partir de 2025, ao abrigo da aprovação do Pacote da Economia Circular e revisão da Directiva-Quadro de Resíduos.

Dedica-se, por isso, uma análise específica aos movimentos ocorridos nos Ecocentros da Ericeira e Abrunheira durante o ano de 2021, que no Sistema AMTRES têm vindo a registar resultados muito positivos em termos de utilização e deposição de resíduos.

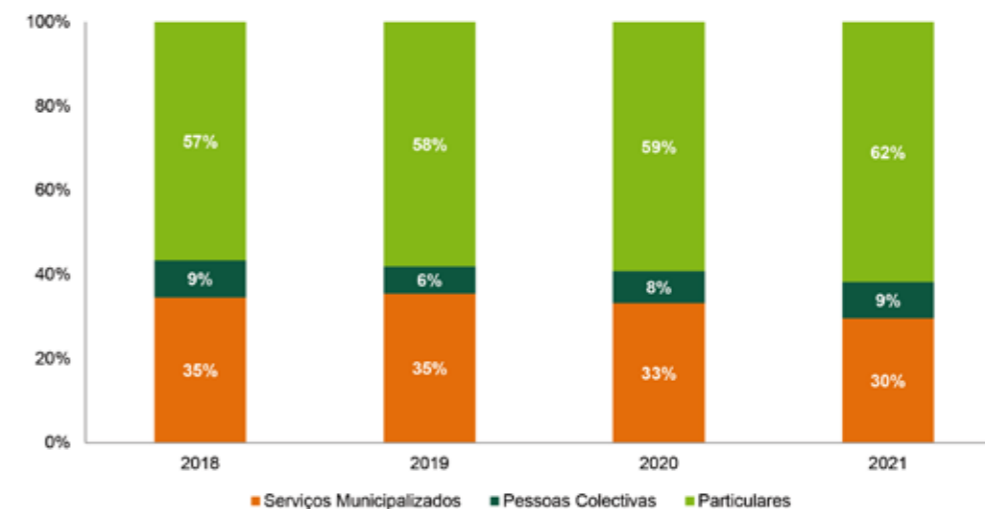
No Ecocentro da Ericeira foram entregues 1.998,21 t de resíduos durante o ano a que reporta este relatório, representando um decréscimo de -8,18% (-178,05 t) face ao ano de 2020.



Resíduos recebidos: Ecocentro da Ericeira

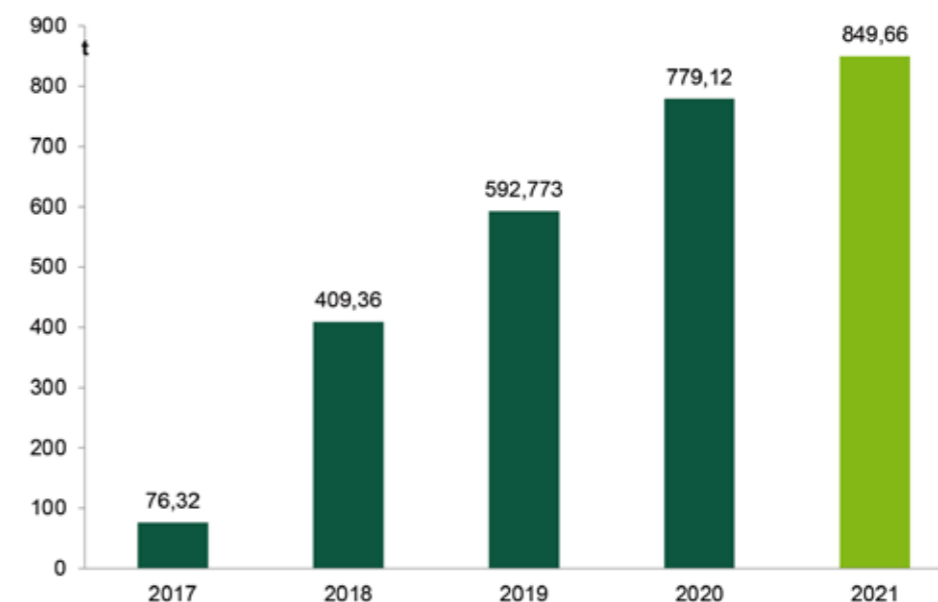
Em termos de número de utilizadores, registaram-se em 2021 um total de 12.436 utilizadores entrados nesta instalação, o que constitui um acréscimo de +2,46% (+298 utilizadores) face ao verificado no ano anterior, sinal evidente de uma crescente importância e procura deste tipo de infra-estruturas como soluções de proximidade para a correcta gestão de resíduos dos cidadãos.

Esta afirmação é suportada pela análise da evolução do número e tipo de utilizadores deste ecocentro, o qual denota serem os utilizadores particulares a representar 62% das entidades a frequentar o Ecocentro da Ericeira num crescimento assinalável ao longo dos anos, seguido dos serviços municipalizados com 30% - a perder gradualmente representação – e das pessoas colectivas, cujo resultado de 9% em termos de representatividade constituiu igualmente um ligeiro crescimento, conforme observado no gráfico seguinte.



Percentagem de Entradas no Ecocentro da Ericeira por tipo de utilizador

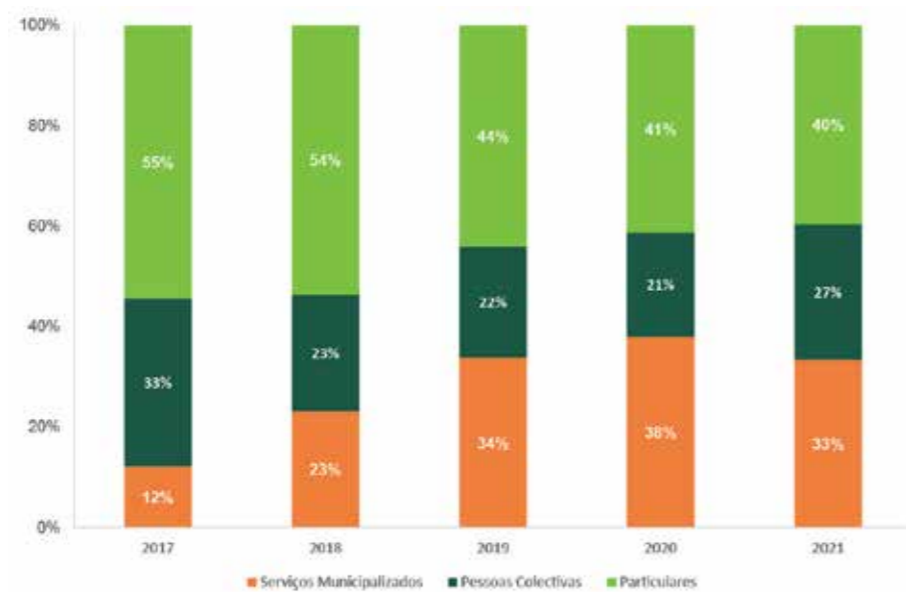
Sobre a recepção de resíduos no Ecocentro da Abrunheira em 2021 verifica-se a entrada de 849,66 t de resíduos, o que representou um aumento de cerca de +9% (+70,54 t) face ao ano anterior, o que tendo em consideração que em 2020 esta infra-estrutura esteve encerrada temporariamente devido à pandemia de COVID19 e a evolução anual patente no gráfico seguinte, pode-se afirmar que resultado obtido revela um funcionamento promissor do Ecocentro da Abrunheira.



Resíduos recebidos: Ecocentro Abrunheira

Neste ecocentro deram entrada um total de 3.107 utilizadores, uma variação de 14% face ao ano de 2020 pelo motivo já assinalado acima.

A maioria desses utilizadores (40%) correspondeu a utilizadores particulares, embora se tenha vindo a assistir a um aumento da representatividade da utilização do Ecocentro da Abrunheira por parte dos utilizadores colectivos e dos serviços municipalizados, conforme consta da evolução gráfica apresentada de seguida.



Percentagem de Entradas no EcoCentro da Abrunheira por Tipo de Utilizador

Os resultados acima descritos reforçam a importância dos ecocentros no circuito de gestão de resíduos do Sistema AMTRES, enquanto instalações de proximidade dos cidadãos para deposição e armazenagem de resíduos urbanos e equiparados com vista ao posterior encaminhamento para destino adequado, contribuindo para a sua valorização e sustentabilidade dos recursos naturais.

Com base em todo este trabalho desenvolvido e atendendo às metas estabelecidas no PERSU 2020 para o Sistema AMTRES, a TRATOLIXO efectuou os cálculos necessários para poder verificar o seu nível de cumprimento das mesmas, que se apresenta no quadro abaixo para o ano de 2021.

META	Posicionamento actual	Metas intercalares (Despacho n.º 3350/2015 de 1 de Abril)				
		2021	2017	2018	2019	2020
Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro (% de RUB produzidos)	17%	16%	16%	16%	16%	
Preparação para reutilização e reciclagem (% de RU recicláveis)	45%	29%	42%	52%	53%	
Retomas de recolha selectiva (kg per capita por ano)	49	39	42	46	59	

*Meta corrigida no âmbito do RARU 2020 para a capitação actual
Nota: Resultados provisórios sujeitos a validação pela APA

Para estes cálculos foi considerada a metodologia de cálculo prevista na Decisão 2011/753/UE de 18 de Novembro de 2011.

À semelhança do que sucedeu em 2020, a TRATOLIXO não cumpre qualquer uma das metas para 2020 relativas à percentagem máxima de deposição de RUB em aterro, taxa mínima de preparação para reutilização e reciclagem e no que diz respeito à quantidade de resíduos de recolha selectiva retomados.

O incumprimento da meta de deposição de RUB em aterro ficou comprometida pela incapacidade de recepção de resíduos na Valorsul, que embora tenha assumido valores semelhantes ao histórico pré-pandemia, é ainda insuficiente para as necessidades da TRATOLIXO.

Atendendo à definição dada pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de Dezembro (novo Regime Geral de Gestão de Resíduos) para o conceito de “preparação para reutilização e reciclagem”, entende-se que esta meta é conseguida com o aumento e eficácia da separação dos materiais e fracções de resíduos – quer recolhidos selectivamente quer recolhidos indiferenciadamente – pelo que a mesma é dependente da própria TRATOLIXO.

Sobre o incumprimento da meta de preparação para reutilização e reciclagem no ano de 2021, para além dos condicionalismos associados à pandemia de COVID-19 que ainda se sentiram, este deve-se maioritariamente ao facto da progressão anual não ter sido suficiente para um resultado a alcançar que já se calculava ser bastante ambicioso face ao cenário de atraso da conclusão/construção de novas infra-estruturas da empresa (nova CT e requalificação do TM de Trajouce) por motivos de suspensão dos pagamentos do POSEUR e não abertura de novos avisos durante um longo período de tempo.

Quanto à meta de retomas de recolha selectiva, esta encontra-se relacionada com uma actuação a montante na cadeia de gestão de resíduos, em concreto na operação de recolha selectiva propriamente dita, a qual é da responsabilidade dos municípios.

Salienta-se novamente que estes resultados são provisórios, pois não contabilizaram os quantitativos de materiais recicláveis e escórias resultantes do envio de resíduos da TRATOLIXO para as entidades prestadoras de serviço externas.

Os resultados finais serão posteriormente validados pela APA, o que acontecerá com a publicação, por parte desta autoridade nacional, do Relatório Anual de Resíduos Urbanos (RARU 2021).

Apesar do incumprimento dos indicadores de desempenho verificado, é possível verificar a evolução bastante favorável nos indicadores de desempenho do Sistema, conforme consta do quadro abaixo.

META	Histórico								Posicionamento Actual
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro (% de RUB produzidos)	16%	8%	3%	3%	6%	8%	19%	34%	17%
Preparação para reutilização e reciclagem (% de RU recicláveis)	27%	42%	48%	42%	43%	52%	48%	41%	45%
Retomas de recolha selectiva (kg per capita por ano)	34	34	33	34	34	38	41	44	49

Sobre a evolução que se observa no resultado da meta de retomas de recolha selectiva, esta deve-se ao esforço que os municípios têm vindo a desenvolver na adopção de estratégias e implementação de medidas conducentes a uma melhor gestão dos resíduos – tais como a sensibilização dos cidadãos e a concretização de projectos vários, tais como a expansão do número de ecopontos, projectos de recolha dedicada e de sistemas de incentivo – ao longo dos últimos anos, o que está a influenciar positivamente estes resultados.

E porque para esta meta contribui também o papel da sensibilização, tal como já foi referido, salienta-se também o trabalho desenvolvido pela TRATOLIXO neste âmbito – que apesar das contingências e limitações da pandemia, continuou a desenvolver, dentro dos moldes possíveis, acções de sensibilização à escala de todo o Sistema AMTRES para diversos públicos-alvo – sendo já possível, através da evolução dos resultados da meta de retomas de recolha selectiva, começar a observar resultados positivos em termos de alterações comportamentais nos cidadãos.

Por fim, conclui-se que o cumprimento das metas de gestão de resíduos urbanos – já no âmbito do PERSU 2030 – só será possível de atingir com a adaptação e aumento da capacidade de tratamento das actuais infra-estruturas de tratamento da TRATOLIXO e com a construção de novas unidades de valorização, designadamente com a adaptação das unidades de Tratamento Mecânico de Trajouce e aumento da capacidade de Tratamento Biológico da Abrunheira e com a construção de uma Central de Compostagem para Resíduos Verdes oriundos de recolha selectiva em Trajouce, projectos já em curso com o apoio de financiamento do POSEUR.

2.3 Novas Infra-Estruturas

2.3.1. Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos

Cofinanciado por:



A candidatura com a designação POSEUR-03-1911-FC-000225 – Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos, é referente à adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico (TM) de Trajouce ao sistema de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico – que decorre da obrigatoriedade legal de recolha selectiva deste fluxo de resíduos a partir de 2023 – e ao aumento da capacidade de Tratamento Biológico (TB) da Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira das actuais 80.000 t/ano para 120.000 t/ano.

Com esta operação serão executadas diversas empreitadas de adaptação das unidades de TM e TB da TRATOLIXO, com instalação de novos equipamentos mais eficientes e inovadores conducentes a ganhos ambientais e redução de custos operacionais, que permitirão à TRATOLIXO como resultado último dar cumprimento às metas do PERSU 2020+ de preparação para reutilização e reciclagem e de deposição de RUB em aterro.

Ao abrigo desta candidatura será também construída uma nova portaria operacional em Trajouce.

A operação tem um investimento total elegível de 7.650.337,00 € e, segundo o relatório final enviado pela entidade gestora do POSEUR, ficou classificada em 2º lugar de mérito, com uma pontuação de 4,73 valores, tendo obtido a aprovação do PO SEUR a 21 de Maio de 2020 e uma taxa de co-financiamento de 85% a fundo perdido.

Actualmente encontram-se em curso vários procedimentos concursais para a execução das empreitadas previstas na operação, que se resumem de seguida.

- Empreitada de Concepção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à Recolha Selectiva de Biorresíduos e Respectiva Fiscalização;
- Empreitada da Portaria Operacional de Trajouce e Respectiva Fiscalização;
- Adaptação da Afinação e Armazenamento de Composto;
- Empreitada de Ampliação da Capacidade da Central de Digestão Anaeróbia.





2.3.2. Central de Compostagem de Resíduos Verdes

Cofinanciado por:



A candidatura com a designação POSEUR-03-1911-FC-000226 – Central de Compostagem para Resíduos Verdes (CCVR) oriundos de Recolha Selectiva, consiste na construção de uma Central de Compostagem para Resíduos Verdes provenientes de recolha selectiva, através da requalificação dos antigos parques de compostagem da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce.

A nova CCRV terá uma capacidade anual para tratar 50.000 t de resíduos verdes (RV), permitindo, em primeiro lugar, o tratamento da totalidade dos RV produzidos e recolhidos na área de intervenção da TRATOLIXO.

Serão instalados equipamentos fixos e adquiridos equipamentos móveis para o processamento

desta tipologia de resíduos, tecnologicamente inovadores e mais eficientes, atendendo às MTD e em consonância com os BREF.

A implementação da operação resultará na produção de 15.000 t anuais de composto, o que permitirá atingir a meta do PERSU 2020+ relativa à preparação para reutilização e reciclagem e contribuir fortemente para o desvio de RUB de aterro.

Esta operação tem um investimento total de 6.094.000,00 € e, segundo o relatório final enviado pela entidade gestora do PO SEUR, ficou classificada em 3º lugar de mérito, com uma pontuação de 4,50 valores, tendo obtido a aprovação do PO SEUR a 21 de Maio de 2020 e uma taxa de co-financiamento de 85% a fundo perdido.

A Empreitada de Requalificação e Adaptação da Central de Compostagem para Resíduos Verdes do Ecoparque de Trajouce foi adjudicada em Maio e o contrato foi assinado em Junho de 2021, estando a respectiva obra em curso.

Em 2021 foram ainda adquiridos, ao abrigo do co-financiamento do POSEUR, alguns dos equipamentos móveis necessários para a adequada operacionalização desta unidade.





2.3.3. Novo Edifício Social e Armazém da Abrunheira

As infra-estruturas de apoio do Ecoparque da Abrunheira, nomeadamente balneários masculinos e femininos, copa, posto médico e armazém, estão instalados em contentores provisórios desde a abertura do Ecoparque, pelo que a TRATOLIXO decidiu contratar a elaboração de um projecto de execução para a construção de um novo edifício social e armazém para o Ecoparque da Abrunheira.

Foram requisitos da TRATOLIXO que o projecto apresentasse um equilíbrio entre as exigências funcionais de um edifício social e a devida inserção no espaço envolvente, tendo em consideração a sua visibilidade da A21, devendo, por isso, constituir um caso exemplar de integração paisagística, durabilidade, sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos. Os edifícios deverão ter um comportamento energético racional, com redução das necessidades energéticas para aquecimento, arrefecimento,

ventilação e iluminação, através de sistemas passivos que se adaptem aos vários tipos de ocupação e com actuação sectorizada.

Todos os materiais previstos em projecto deverão ter elevada robustez ao nível do funcionamento, elevada resistência ao uso, ao ambiente e mesmo ao vandalismo, grande facilidade de manutenção e limpeza, aliando soluções de criatividade a soluções de custo controlado.

De modo a promover os princípios da economia circular serão reutilizados materiais de construção, numa proporção não inferior a 10%, concedendo uma segunda oportunidade para estes produtos e desta forma minimizando impactes ambientais com a sua eliminação.

A materialização desta solução consistiu na implementação de uma estrutura em betão

armado, sem revestimentos, encaixada no desnível do terreno, e cuja cobertura se prolonga do lado sul, protegendo os espaços da exposição solar excessiva, e criando um enquadramento sobre a vista distante, que alcança o Palácio na Pena, na Serra de Sintra. Este espaço exterior coberto permite organizar as áreas de lazer ao ar livre e o acesso ao estacionamento na plataforma abaixo.

O estacionamento foi reordenado e serão introduzidas árvores de pequeno porte, criando ensombramento sobre as viaturas. Desde a A21, este coberto vegetal, que se prolonga pelas encostas adjacentes, permite ocultar a presença dos automóveis, criando uma espécie de 'chão' arbóreo a partir da esplanada coberta do edifício de apoio.

Parcialmente encaixado no terreno, o edifício dispõe de uma elevada e natural inércia térmica.

A ventilação natural é assegurada pela introdução de um pátio central, que deixa visível parte da encosta rochosa existente, e permite ainda um acesso pedonal dos funcionários a partir da cota superior. Este acesso de serviço permite separar o circuito 'sujo' do circuito 'limpo', este último com entrada pelo lado poente do edifício, junto à via de acesso entre as várias plataformas.

Após a apresentação da solução arquitectónica aos trabalhadores para recolha de contributos o Projecto de execução foi concluído e o Concurso público para a sua execução será lançado ainda no primeiro trimestre de 2022.

2.4 Planeamento, Estratégia e Inovação

Tendo em linha de conta o contexto epidemiológico que se vive desde o ano anterior, a linha estratégica da TRATOLIXO em 2021 manteve-se coerente com as principais políticas nacionais do ambiente, atendendo ao desenvolvimento tecnológico e ao cumprimento das novas metas para 2030, tendo presente a circularidade e a descarbonização numa adequada gestão dos resíduos.

Como tal, foram desenvolvidos vários estudos, iniciativas e projectos estratégicos conducentes a estes objectivos e a uma maior aquisição de conhecimento técnico para a empresa.

Destaca-se primeiramente a apresentação pública, em Julho, do [Estudo para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos nos Municípios da TRATOLIXO](#), co-financiado pelo Fundo Ambiental e desenvolvido pela 3Drivers.

Atendendo à relevância que os biorresíduos assumiram nas políticas nacionais em matéria de gestão de resíduos e à consequente obrigatoriedade legal de proceder à sua recolha selectiva a partir do ano de 2023, a TRATOLIXO promoveu a realização deste estudo com o objectivo de traçar as linhas orientadoras de acção e investimento para o próximo decénio, com vista ao desenvolvimento e implementação de sistemas de recolha selectiva e valorização dos biorresíduos produzidos nos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Foram analisadas várias soluções técnicas e diferentes cenários, de modo a atingir maiores taxas de recuperação de biorresíduos – e, conseqüentemente, num maior contributo para o cumprimento das principais metas de gestão de resíduos – obter redução de custos de operação e resulte em ganhos técnicos e ambientais.

Este estudo revelou que a recolha em co-coleção com sacos ópticos – já em curso nos municípios através da implementação de diversos projectos-piloto – é a solução mais vantajosa, que deverá, no entanto, ser complementada com soluções caso a caso para os diferentes municípios, nomeadamente no que diz respeito a recolhas de proximidade, recolhas dedicadas aos produtores não domésticos e recolhas de resíduos verdes a pedido.

Assinala-se que o Relatório Preliminar deste estudo esteve em consulta pública e irá constituir a base de desenvolvimento da estratégia de gestão dos biorresíduos produzidos nos Municípios do Sistema AMTRES.

E como referido anteriormente, os municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra estão a implementar [projectos-piloto de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico](#), já em conformidade com a obrigatoriedade definida nos instrumentos de planeamento nacionais e em consonância com a candidatura POSEUR-03-1911-FC-000225 – Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento



Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos, empreitada que prevê, entre outras, a adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico (TM) de Trajouce ao sistema de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico.

Nestes projectos-piloto, a recolha selectiva de biorresíduos é efectuada através da utilização de sacos plásticos 100% reciclados com uma cor específica para este fluxo, que são depositados e recolhidos pelos municípios juntamente com os resíduos indiferenciados na contentorização já existente na via pública.

Neste sentido, a TRATOLIXO encontra-se a acompanhar a evolução destes circuitos piloto nos quatro municípios, através da realização de campanhas de caracterização do conteúdo dos sacos ópticos recolhidos.

A TRATOLIXO, no decorrer das reuniões da CAPER, Comissão de Acompanhamento formada pelos 4 Municípios da AMTRES e a própria TRATOLIXO, foi abordada no sentido de ser avaliada a possibilidade de valorizar os resíduos de biomassa florestal residual e, eventualmente, de outros concelhos limítrofes cujo potencial e solução não esteja ainda preconizado no âmbito de gestão de combustíveis nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

Neste sentido, a TRATOLIXO, como entidade que agrega o interesse dos 4 Municípios, ficou responsável pela contratação da realização de um estudo que permita conhecer e avaliar este potencial na área geográfica da AMTRES, apontando soluções concretas para valorização de biomassa florestal residual.

Desta forma, será elaborado um [Estudo de Avaliação do Potencial de Biomassa Existente e soluções para estes resíduos que contemplará quatro etapas:](#)

- Análise do ponto de situação actual – Caracterização, por município, das quantidades recolhidas e potencial por recolher;
- Avaliação de potencial de novas entregas – Caracterização, por município, das quantidades e origens de novos contributos;
- Avaliação de sistemas de valorização destes resíduos – Sistemas de valorização localizada ou centralizada; tipos de valorização;
- Análise técnico-económica das soluções apresentadas.

Também uma preocupação constante da TRATOLIXO é determinar soluções inovadoras, ambientalmente adequadas e economicamente vantajosas para a fração “resto” dos resíduos.

A nível nacional, esta fracção “resto”, que pode ser encarada como um refugio do processamento de resíduos, atinge mais de 1 milhão de toneladas anuais e necessita de ser valorizada de acordo com as melhores práticas internacionais e ainda com valor acrescentado.

Por este motivo, a TRATOLIXO irá desenvolver um [Estudo de Avaliação da Implementação de Soluções de Gaseificação e Pirólise para a Valorização de Resíduos Urbanos](#).

Este estudo tem como objectivos identificar e caracterizar opções de investimento em tecnologias (unidades industriais) baseadas na pirólise e na gaseificação de resíduos urbanos, bem como analisar o seu contexto em termos dos diferentes instrumentos de política ambiental e da legislação aplicável, para que se possa avaliar o alinhamento destas soluções tecnológicas com as estratégias nacionais em matéria de resíduos, de energia e de recuperação económica.

Nesta análise incluem-se os processos subsequentes de transformação dos líquidos sintetizados e do “gás produto” gerado, em produtos químicos ou combustíveis líquidos, mas também de metano ou de hidrogénio, pela procura que terão a nível internacional num cenário de descarbonização da

economia, incluindo a sua potencial utilização na frota de veículos da TRATOLIXO, promovendo assim uma verdadeira estratégia de economia circular.

Dada a falta de precedentes, em Portugal, na instalação de unidades de pirólise ou de gaseificação de resíduos com vista à produção de combustíveis ou outros produtos químicos, é fundamental enquadrar esta opção estratégica de valorização de resíduos no quadro legal e estratégico actual direccionado para uma economia circular e eficiente no uso de recursos e energia.

Em 2021 a TRATOLIXO também integrou o [consórcio “Lavoisier – Tecnologias avançadas de minimização de desperdício e maximização de descarbonização em simbiose com tecnologias de Biorrefinação”](#).

Lavoisier é um Pacto de Inovação que envolve um investimento superior a 116M €, sendo constituído por 44 entidades, com a participação de 29 empresas das quais 7 grandes empresas: Prio, RioPele, Renova, Sonae MC, Sorgal, ITS e SEBOL do Grupo ETSA/SEMAPA.

O Eixo de Inovação nuclear do projecto são as Biorrefinarias que, em simbiose industrial com outros processos e eixos de inovação, irão permitir aumentar a competitividade e assegurar uma descarbonização de produtos e processos, com forte impacto no aumento do tempo de vida e circularidade de fluxos de massa residuais ou não valorização correctamente, por princípios de Cascata de Valor.

O projecto Pacto de Inovação Lavoisier permitirá uma transformação do tecido produtivo português com base em tecnologias de biorrefinarias, que terão como base matérias-primas de três fluxos de massa que irão representar 3 novos processos industriais disruptivos a nível internacional:

- F1. Biomassa lenho-Celulósica de resíduos florestais e matos e incultos;
- F2. Resíduos Têxteis diversos; e
- F3. Resíduos indiferenciados urbanos.

O Pacto de Inovação Lavoisier permitirá que os principais players industriais e do sistema científico e tecnológico nacional desenvolvam competências e conhecimentos para capacitar, especializar e dinamizar a indústria portuguesa pioneira na área da valorização de resíduos por uma visão de princípios de cascata de valor e com interacção a processos de biorrefinarias.

Tal como pretende o Aviso N.º 01/ C05-i01.01/2021 relativo às Agendas Mobilizadoras para a Reindustrialização da Componente 5 – Capitalização e Inovação Empresarial do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), foi construída uma proposta de agenda sob a forma de um Pacto de Inovação.

Este pacto de inovação contribuirá para o desenvolvimento das cadeias de valor da bioeconomia circular impulsionando sinergias e tem como objectivo impulsionar o desenvolvimento de tecnologias avançadas de minimização de desperdício e maximização de descarbonização em simbiose com tecnologias de biorrefinação.

As cadeias de valor reflectidas nos projectos deste pacto para a bioeconomia e economia circular por sua vez vão desenvolver a economia associada à sustentabilidade ambiental, pela minimização de desperdício e a maximização de descarbonização em simbiose com tecnologias de biorrefinação com forte impacto em regiões interiores, quer pela vertente dos recursos como no desenvolvimento industrial, criação de emprego e posicionamento para a exportação.

Vão também incrementar a criação de conhecimento “de elevado teor científico” e de pedidos de protecção de propriedade industrial, bem como a criação de postos de trabalho altamente qualificados.

No âmbito deste consórcio, a TRATOLIXO pretende desenvolver um saco “BioCircular” para a recolha selectiva de biorresíduos que permita a:

- Produção de PLA ou PHA por novas fontes de matérias-primas biológicas, não concorrentes com o sector alimentar (o que acontece actualmente) e de fonte residual, através de um mix de matriz residual de biomassa lenho-celulósica + orgânica das actividades da TRATOLIXO;
- Integração de pigmentos naturais e monómeros de origem biológica na produção dos pellets;
- Desenvolvimento de um novo modelo de saco plástico, que não precisa de ser separado manualmente do seu conteúdo orgânico, porque é biodegradável (onde a empresa também irá fazer ensaios de biocompatibilidade, biodegradabilidade e garantir a não toxicidade do mesmo para contexto de contacto com solo).

Em 2021 destaca-se também a participação da TRATOLIXO no [Programa Re-Source](#).

O Re-Source é uma iniciativa de inovação aberta promovida pela Sociedade Ponto Verde (SPV) e gerido pela consultora de inovação colaborativa Beta-i, orientada para o desenvolvimento de soluções e parcerias entre empresas, startups e demais parceiros de inovação, relacionadas com a recolha e triagem dos diversos tipos de embalagens de uso doméstico, bem como com o complexo processo de tratamento desta heterogeneidade e os seus resíduos.

O programa contou com o envolvimento de 20 empreendedores de 10 países da Europa – incluindo Portugal – Ásia e América e de 13 parceiros, onde se incluiu a TRATOLIXO, Câmara Municipal de Mafra, CascaisAmbiente, Central de Cervejas e Bebidas, CTT, Saica Natur, Lipor, Lusoforma, Nestlé, NEYA Hotels, Ovo Solutions, Super Bock Group e Vidrala, com a intenção de conectar esta abordagem de inovação com outros parceiros posicionados estrategicamente na cadeia de valor da SPV.

Parceiros e empreendedores dedicaram-se à criação de projectos-piloto para reforçar a confiança e conhecimento dos consumidores, assegurar uma maior taxa de separação de resíduos de embalagens, quer no canal doméstico quer no canal Horeca, e para aumentar a reciclagem e circularidade de embalagens de vidro, alumínio e plástico.

No domínio desta iniciativa, a TRATOLIXO tinha, até ao final do ano de 2021, colaborações em andamento com 3 startups internacionais que envolvem variados parceiros da cadeia de valor, projectos esses no domínio do rastreamento de embalagens e processos que permitem potenciar a triagem e reciclagem das mesmas.

Atendendo às diferentes dinâmicas das entidades envolvidas, outros projectos e parcerias poderão ainda vir a ser desenvolvidos no próximo ano para além dos em análise, dado o cariz inovador das startups que concorreram ao Programa Resource.

A expectativa destas parcerias é fortalecer a cadeia de valor das embalagens com soluções conducentes a uma maior eficiência dos processos, que permitam também ajudar ao cumprimento das metas nacionais e comunitárias em matéria de gestão de resíduos – em conformidade com o futuro PERSU 2030 – bem como os compromissos assumidos pelo País no domínio da economia circular, clima e sustentabilidade.

Ainda na óptica da I&DT, a TRATOLIXO continuou em 2021 a desenvolver as actividades previstas relativamente ao [Projecto Simtech](#).

O projecto SimTech surge do desafio de promover a economia circular, a descarbonização da gestão de resíduos e o uso eficiente dos recursos.

Neste projecto, a TRATOLIXO propôs à SPV o desenvolvimento e a disponibilização de simuladores detalhados para a modelação de todos os processos tecnológicos envolvidos na cadeia de valor e



processamento dos resíduos, com vista ao cálculo de custos e das taxas efectivas de reciclagem em função dos produtos que compõem os RU e dos destinos para onde são encaminhados.

A equipa do projecto – que conta com a participação da 3Drivers e o Instituto Superior Técnico – desenvolveu de forma próxima com os Municípios do Sistema AMTRES a caracterização dos processos de recolha nas dimensões técnica, ambiental e económica, tendo a caracterização do processo de triagem na TRATOLIXO terminado em meados de Maio.

Desta forma, foram feitos desenvolvimentos na estrutura e programação dos vários simuladores com base nos contributos das reuniões de trabalho e da informação técnica apurada, prevendo-se a apresentação duma versão de teste dos simuladores para o início de 2022.

No âmbito da temática relativa ao Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) de embalagens de bebidas não reutilizáveis de plástico, metal ou vidro, a TRATOLIXO continuou em 2021 a participar em dois projectos desenvolvidos pelos seus municípios: [o Projecto i-Rec da CascaisAmbiente](#) e o [Projecto Mafra Reciclar a Valer +](#).

Ambos os projectos são co-financiados pelos EEAGrants e promovem a devolução de embalagens de bebidas pelos cidadãos com atribuição de incentivos.

Nestes projectos, os cidadãos efectuem a entrega desta tipologia de embalagens em máquinas de venda reversa (Reverse Vending Machines – RVM), equipamentos de retoma com tecnologia integrada que permitem a aceitação de embalagens usadas.

Este sistema pretende incentivar os cidadãos a devolverem as embalagens de uso único, garantindo a maximização da eficiência do encaminhamento para reciclagem, minimizando o desperdício de recursos e prevenindo a eliminação de resíduos após consumo.

O objectivo passa por contribuir para uma mudança efectiva dos comportamentos dos cidadãos/ consumidores, estimulando uma maior participação na separação dos resíduos e um aumento na quantidade e na qualidade dos resíduos recicláveis.

A TRATOLIXO participa nestes projectos com a realização de caracterizações das embalagens recepcionadas, a preparação para reciclagem das embalagens PET recolhidas nestas máquinas, bem como de produção de materiais de sensibilização e realização de acções de sensibilização aos alunos do Município de Mafra.



Noutro campo de parcerias estabelecidas durante o ano de 2021, destaque para o Projecto “Economia Mais Circular” desenvolvido pela Confederação Empresarial de Portugal (CIP) em conjunto com a Ernest & Young – Parthenon, o qual conta com o desenvolvimento de um Guia de modelos e Boas Práticas de economia circular como uma das componentes do referido projecto e onde a TRATOLIXO se encontra envolvida.

Desta forma verifica-se que, no que diz respeito à Economia Circular, a TRATOLIXO efectua um trabalho evidente, positivo e claro, não obstante as melhorias que a empresa poderá ainda desenvolver a diversos níveis internos no domínio da Economia Circular.



Numa das fases do projecto, a TRATOLIXO participou na metodologia “Circulytics” de medição de circularidade empresarial desenvolvida pela Fundação Ellen MacArthur.

A classificação geral que a TRATOLIXO obteve no questionário “Circulytics” foi de “B” – numa escala de “A” (classificação máxima) a “E” (classificação mínima).

Mas foram já dados alguns passos importantes neste domínio, como é possível atestar em 2021 pela participação da empresa no Projecto Greencork.

Atendendo à supra importância das novas iniciativas governamentais relativas ao incentivo de minimização de deposição de resíduos em aterro, os municípios encontram-se a desenvolver várias iniciativas de sensibilização e recolha selectiva de novos fluxos de resíduos e a apostar no reforço das já existentes.

No âmbito do Projecto “Ecocentro Móvel” dinamizado pelo município de Cascais, surgiu a necessidade de encontrar um destino final adequado, sempre que possível destinado a opções de reciclagem e valorização, para alguns fluxos de resíduos que passaram a ser alvo de recolha dedicada, nomeadamente as Rolhas de cortiça.

Desta forma, a TRATOLIXO formalizou um protocolo com a QUERCUS e a Cascais Ambiente para participação no Projecto “Green Cork”.

O Projecto “Green Cork” é um projecto desenvolvido pela QUERCUS em parceria com a Corticeira Amorim para recolha de rolhas de cortiça destinadas a reciclagem, que conta já com diversos parceiros a nível nacional e bastante visibilidade.

Este projecto visa a recolha dos cerca de 300 milhões de rolhas de cortiça que todos os anos entram no mercado português e que, através de uma optimização das actividades de cada um dos parceiros, procura obter um sistema de recolha sem custos adicionais, possibilitando que as verbas sejam



destinadas à plantação de árvores através do projecto FLORESTA COMUM.

Estes fins devem ser alcançados com o objectivo de evitar aumentar as emissões de CO2 já existentes, obter um balanço global positivo de impacto da sua actividade sobre a biodiversidade e estimular a reflorestação e exploração responsável das florestas.

Este projecto representa mais uma oportunidade da TRATOLIXO apostar no domínio da sustentabilidade, permitindo estimular a reflorestação e exploração responsável da floresta nacional, contribuir para a neutralidade carbónica, incentivar a reciclagem, promover a economia circular e desviar resíduos de aterro.

A TRATOLIXO participou igualmente no Projecto OK Compost, um projecto de ID da NOVA.ID.FCT apoiado pela SPV sobre embalagens com a marcação “Ok Compost”.

Atendendo à frequência com que fabricantes de embalagens e embaladores têm optado por embalagens biodegradáveis, nomeadamente compostáveis, a SPV apoiou este projecto no sentido de esclarecer algumas questões sobre as condições de reciclabilidade orgânica deste tipo de embalagens nas instalações de tratamento de resíduos existentes em Portugal e em que contentor as mesmas deveriam ser colocadas (contentor castanho, azul, amarelo ou cinzento isto é, deposição com os biorresíduos, como embalagem ou como resíduo indiferenciado).

Consoante o contentor escolhido, a embalagem é sujeita a linhas de tratamento distintas.

Assim, este projecto tem como objectivo estudar um conjunto de embalagens em ambiente real por forma a avaliar a desintegração de embalagens-alvo em condições de compostagem; avaliar o comportamento das embalagens-alvo no tratamento mecânico; e avaliar comportamento das embalagens-alvo na triagem automática.

A TRATOLIXO proporcionou apoio a este projecto, disponibilizando a Central de Triagem de Trajouce para testes e análise do comportamento de algumas tipologias de embalagens compostáveis nos ópticos existentes na linha de triagem de embalagens.

A TRATOLIXO tem por hábito ajudar a discussão e implementação de políticas públicas dos mais variados quadrantes temáticos.

No sentido de aumentar a capacidade do esforço individual na concretização das mesmas, fazer parte de compromissos que acelerem o atingimento das metas nacionais e comunitárias de gestão de resíduos e estar integrada em iniciativas transversais a toda a cadeia de valor, a empresa participa activamente, como entidade de relevo no sector, num conjunto de Grupos de Trabalho dinamizados pela Associação SMARTWASTE.



Durante o ano de 2021, os principais envolvimento da TRATOLIXO neste âmbito foram os decorrentes dos Grupos de Trabalho relativos aos REEE, Vidro (Plataforma Vidro +) e Desperdício Alimentar.

A empresa procedeu igualmente ao acompanhamento dos principais processos legislativos em curso, nomeadamente nas directrizes do PERSU 2030, no desenho do SDR – Sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio – e na alteração ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de Dezembro que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos.

2.5 Sistema Integrado de Gestão



Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança. O âmbito proposto contempla todos os processos da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU e todas as unidades da empresa.

Em 2021 o Organismo Certificador, Apcer, considerou estarem reunidas todas as condições para conceder a renovação da certificação ao Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança da TRATOLIXO. Assim, a TRATOLIXO atingiu objectivo ao qual se tinha proposto.

A certificação do Sistema de Gestão Integrado da TRATOLIXO continua a ser um reflexo da aposta constante da empresa em melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e as expectativas das partes interessadas e eliminar, sempre que possível, ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.

2.6 Licenciamento e Requisitos Legais

O processo dos licenciamentos e requisitos legais garante que a TRATOLIXO desenvolve a sua actividade com a devida legitimação por parte das diferentes entidades competentes nas diversas matérias de actuação da empresa, sempre em conformidade com os requisitos legais aplicáveis à sua actividade.

Este é um dos temas mais importantes para a empresa, que consiste na instrução dos pedidos de licenciamento, análise e verificação transversal da aplicabilidade da legislação à TRATOLIXO, bem como à análise dos projectos de lei relacionados com a sua actividade.

Apesar dos constrangimentos da actividade causados pela pandemia do COVID-19, em 2021 há a registar como desenvolvimento mais relevante no âmbito deste processo, a emissão do Título Único Ambiental (TUA) para o Ecocentro da Ericeira.

2.7 Monitorização de Processo e Produto

O serviço de Monitorização de Processo e Produto dá resposta a diversas exigências relacionadas com requisitos legais ambientais, caracteriza os resíduos entrados no SGRU e monitoriza a actividade da empresa em termos de desempenho ambiental, desempenho processual e características do produto final, garantindo uma consequente melhoria dos produtos produzidos.

Estas actividades permitem à TRATOLIXO introduzir atempadamente as melhorias necessárias para evitar incumprimentos legais relativos à sua actividade, acautelar impactes e atingir os requisitos estabelecidos pelos clientes de produto.

Para o cumprimento destes objectivos são elaborados e executados anualmente o Plano de Monitorização Ambiental (PMA), Plano de Caracterização e Quantificação de Resíduos (PCQR) e Plano de Controlo de Qualidade de Processo e Produto Final (PCQPPF).

O PMA integra o desenvolvimento dos trabalhos de monitorização ambiental da empresa e define os descritores ambientais a acompanhar, garantido o acompanhamento e cumprimento de todos os requisitos legais aplicáveis à empresa em matéria de ambiente.

No PCQR são planeadas as campanhas de caracterização de RU, que permitem conhecer as características físicas dos resíduos entrados nas instalações da empresa, possibilitando quer o estabelecimento de objectivos quantificados no domínio da gestão dos RU, quer o aferimento da sua compatibilidade com os regulamentos internos de admissibilidade de resíduos.

O PCQPPF tem como propósito monitorizar as várias actividades e processos produtivos da empresa e assim garantir a sua eficiência através do controlo de aspectos ambientais, da qualidade dos produtos finais, através da verificação das Especificações Técnicas (ET) definidas para os diferentes materiais e dos produtos intermédios.



2.8 Contratação Pública

A Divisão de Aprovisionamento e Contratação Pública (ACP) contempla o serviço de compras e armazéns da TRATOLIXO, assegurando o fornecimento de bens e serviços a toda a estrutura orgânica, a gestão de contratos e de stocks, trabalhando, em articulação com as áreas e o Gabinete Jurídico da empresa, na preparação dos procedimentos, tramitação e respectiva publicitação na plataforma electrónica de compras públicas “vortal.gov” e no portal dos contratos públicos “base.gov”, de acordo com os princípios legais que regem as compras públicas.

Todos os Concursos Públicos lançados pela TRATOLIXO são publicados na plataforma electrónica de compras públicas “vortal.gov”, no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), este último, caso o valor base do procedimento seja superior aos limiares europeus definidos para efeitos de publicação obrigatória no JOUE.

Após a respectiva adjudicação, todos os procedimentos são publicitados no portal dos contratos públicos “base.gov.”

Desde 2014 registou-se um aumento médio anual de cerca de 30% do número de procedimentos da TRATOLIXO publicados no portal “base.gov”, estando este aumento, na sua maior parte, relacionado com o crescimento das necessidades da empresa, bem como com a entrada em vigor, em 2018, do novo Código de Contratação Pública (CCP).

Em 2021, a pandemia de COVID-19 continuou a trazer desafios acrescidos à ACP para poder dar resposta à satisfação de todas as necessidades de aquisição de bens e serviços da TRATOLIXO, num quadro de grande escassez de produtos e serviços no mercado e dificuldade na obtenção de respostas por parte dos fornecedores.

Este contexto agravou-se muito nos últimos meses de 2021 devido à actual conjuntura internacional de forte pressão dos mercados internacionais no sentido de aumento dos preços das matérias-primas, transporte e combustíveis, com forte impacto no preço dos bens e serviços, imprescindíveis à prossecução da actividade da TRATOLIXO.

Este cenário tem trazido dificuldades acrescidas na preparação e obtenção de propostas admissíveis no âmbito dos procedimentos de formação de contratos, terminando alguns deles desertos, o que obriga a um esforço redobrado da área em termos de alocação de tempo e de recursos humanos, num ano em que a área viu a sua equipa reduzida e aumenta a morosidade dos processos.

Por outro lado, em consequência desta conjuntura, muitos fornecedores têm muita dificuldade em manter os preços contratualizados, levando mesmo alguns a rescindir os contratos vigentes, celebrados com a TRATOLIXO.

Esta situação tem dificultado significativamente a actividade da área, colocando em risco a estabilidade de contratos que se tem conseguido desde 2019, fruto de um trabalho conjunto da ACP com as outras áreas e com a Administração, de celebração de contratos de fornecimento contínuo de bens e serviços, plurianuais (sempre que possível de 1 ano, com possibilidade de renovação por iguais períodos, até 3 anos).

A celebração de contratos mais abrangentes e de maior duração, permite que o processo de contratação seja mais eficiente, exigindo o lançamento e tramitação de um menor número de procedimentos, bem como a gestão de menos contratos, possibilitando a obtenção de economias de escala e a minimização do tempo e dos custos inerentes à preparação e tramitação dos procedimentos e à gestão dos respectivos contratos.

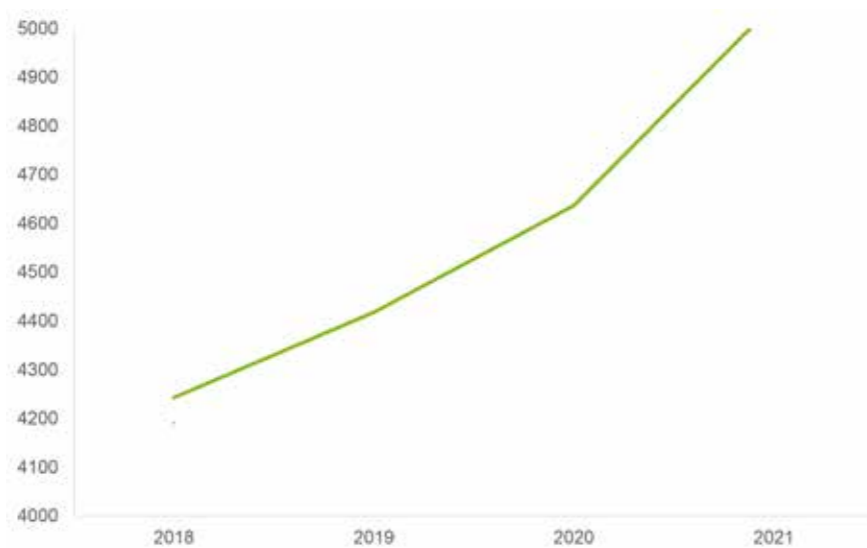
Neste contexto e em resultado da política adoptada de elaboração de procedimentos de fornecimento

contínuo mais abrangentes e com maior vigência contratual, o número de procedimentos publicitados na base.gov em 2021 representa cerca de 13% abaixo do número de procedimentos publicitados em 2020, tendo sido publicitados em 2021 um total de 145 procedimentos (não simplificados) – conforme se pode constatar no gráfico seguinte – não se deixando de dar resposta às crescentes necessidades de aquisição de bens e serviços da empresa, através de procedimentos mais abrangentes.



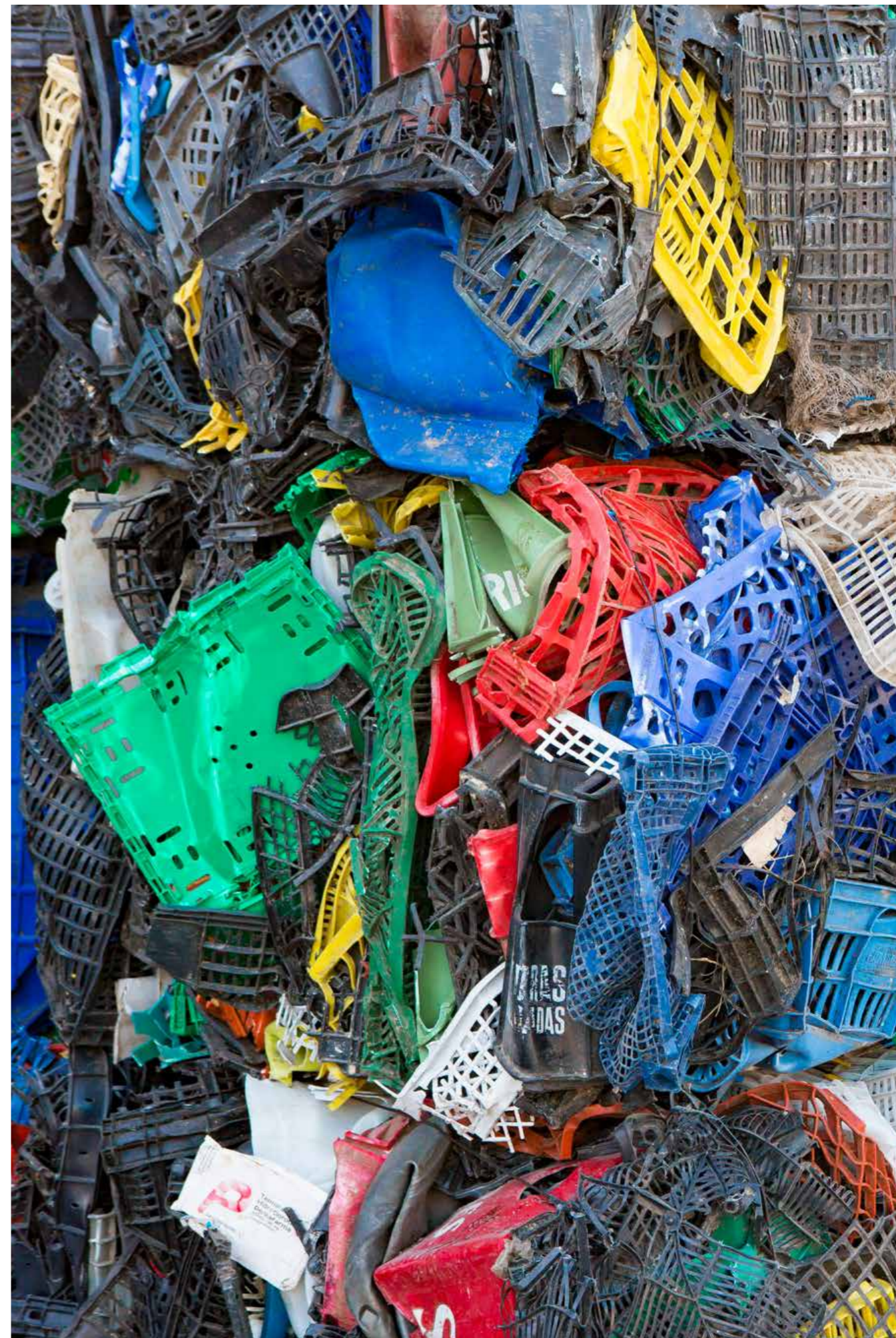
Evolução do número de procedimentos

Porém, como se pode constatar no gráfico abaixo, a par da redução do número de procedimentos (não simplificados) que se verificou, constatou-se um crescimento do número de Notas de Encomenda desde 2018, devido ao aumento das necessidades aquisitivas da empresa efectuada ao abrigo de procedimentos de fornecimento contínuo e de procedimentos de ajuste directo simplificado.



Evolução do número de notas de encomenda

Em 2021 foram emitidas aproximadamente 5.050 Notas de Encomenda, o que representa um aumento de 19% face ao número de Notas de Encomenda emitidas em 2018.



2.9 Sistemas de Informação



A Missão do Gabinete de Sistemas de Informação (GSI) consiste no alinhamento da tecnologia à estratégia da TRATOLIXO.

Este gabinete pretende contribuir directamente para a satisfação e valorização pessoal e profissional de todos os trabalhadores da empresa, incentivar uma cultura de aprendizagem e de partilha de conhecimento, bem como otimizar performances através de processos e serviços de elevada qualidade e inovação que garantam a excelência e a criação de valor para a TRATOLIXO.

Esta estratégia está assente na procura de melhoria contínua visando, através da eficácia da actuação do GSI, obter ganhos de competitividade transversais à empresa com o propósito de contribuir para um posicionamento de referência no mercado onde actua, respeitando uma conduta baseada na ética profissional e na integridade do cumprimento de todas as obrigações legais e morais.

O GSI tem como aspiração ser uma referência de excelência no serviço prestado e um modelo de boas práticas no sector das TIC, através da oferta de serviços inovadores e abrangentes, baseados em elevados critérios de qualidade, que auxiliem a tomada de decisão e por conseguinte o cumprimento da estratégia definida.

Em 2021, conseguiu-se obter nos indicadores de performance do GSI 99,16% de disponibilidade da plataforma servidora e 82,20% de cumprimento do nível de serviço de apoio ao utilizador e infra-estrutura.

As principais iniciativas realizadas em 2021 no domínio deste gabinete destacam-se de seguida:

- Preparação e reforço da infra-estrutura com implementação de servidor de *hardware* adicional de forma a reforçar as necessidades de tele-trabalho;
- Definição de política de dados pessoais no âmbito do Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD), realização de auditoria externa e execução do plano de Acção para conformidade legal com o referido Regulamento;
- Integração da infra-estrutura de comunicações da ETAL de Mafra/Abrunheira com os Sistemas de Informação da TRATOLIXO;

- Implementação de Plataforma de Gestão Documental com realização de *Workshops* com áreas envolvidas;
- Implementação de solução de vídeo-conferência na sala de reuniões da AMTRES;
- Renovação de todo o hardware e sistemas do serviço de impressões;
- Atribuição de novas quotas do serviço de partilha de ficheiros adaptadas às necessidades actuais;
- Actualização do servidor de e-mail e preparação para atribuição de novas quotas para as caixas de correio dos utilizadores;
- Elaboração de projecto para desenvolvimento e implementação de *app* móvel para controlo de cargas contaminadas;
- Elaboração de projecto para desenvolvimento e implementação de portal de *Dashboards* de Indicadores de Gestão.





Já lanchou? deixe o resto connosco

Use o **saco verde**

tratolixo
gestão de resíduos urbanos



2.10 Comunicação e Imagem

Publicações

No âmbito desta ferramenta comunicativa destaca-se em 2021 a publicação da Newsletter 2020 da TRATOLIXO e a publicação de uma Newsletter digital; produção do Relatório de 2 Anos de Actividade do Conselho de Administração; folhetos informativos da campanha de sensibilização relativa aos biorresíduos; outdoors itinerantes sobre a referida campanha na frota de galeras da empresa; folhetos institucionais sobre regras de segurança dirigidas aos colaboradores e visitantes; e anúncios para publicação em media diversos.

Audiovisuais e Multimédia

Inseridos nesta tipologia de meio de comunicação, em 2021 foram efectuadas publicações de conteúdos nas plataformas digitais de comunicação da TRATOLIXO (Facebook, Instagram e LinkedIn), foi realizada uma campanha de sensibilização nas rádios locais com uma rubrica designada

“Minuto TRATOLIXO” dedicada à prevenção e produção de resíduos, tendo-se também criado uma rubrica de entrevistas filmadas a personalidades de destaque do sector designada “Entrevista Verde”.

Participação em Eventos e Feiras

Devido ao quadro actual de pandemia, os eventos nos quais a TRATOLIXO habitualmente marcava presença foram cancelados.

A empresa participou apenas nalgumas iniciativas pontuais de comunicação e sensibilização, nomeadamente um workshop, em Maio, a convite de Câmara Municipal de Sintra e realizado na escola EBI de Colares contemplando a dinamização de vários workshops para o público escolar sobre diversos temas ambientais, designadamente a importância de reciclarmos os nossos resíduos.

A TRATOLIXO participou também, em Junho, no III Encontro de Higiene e Limpeza, o único

evento nacional dedicado especificamente ao tema da limpeza urbana, uma área da gestão pública que tem vindo a despertar o interesse dos principais operadores do mercado.

Numa conferência que agregou oradores nacionais e internacionais numa partilha de conhecimento e divulgação de boas práticas, a TRATOLIXO efectuou uma apresentação sobre a estratégia de intervenção na cadeia de produção de resíduos centrados na Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico de Resíduos (CAPER) e deu destaque ao projecto dos sacos ópticos verdes no Sistema AMTRES, ao aumento de circularidade e à redução da pegada ecológica deste novo sistema.

Visitas

Em 2021, atendendo à situação pandémica, as visitas à TRATOLIXO foram fortemente reduzidas por motivos de segurança. A empresa conseguiu realizar algumas visitas de estudo e visitas técnicas às suas instalações provenientes

de entidades escolares, empresas, entidades nacionais e internacionais, bem como de comitativas políticas.

Acções de sensibilização

A empresa adaptou o desenvolvimento das acções de sensibilização nas escolas do Sistema AMTRES para um formato online, de forma a garantir a execução desta actividade em modo seguro.

No âmbito destas acções, a premissa era a prevenção e educação para a não poluição e reciclagem.

Apoio Social

No ano de 2021, a empresa manteve o seu habitual e importante contributo no domínio social para com a sua comunidade envolvente através de campanhas solidárias, tendo recebido 6,92 t de resíduos valorizáveis e efectuado a correspondente atribuição de apoio financeiro a várias instituições.



Projectos

Para além do desenvolvimento de campanhas de sensibilização específicas e dedicadas para os vários projectos em curso na TRATOLIXO e para os projectos nos quais a empresa participa – tais como o Projecto dos Sacos Ópticos Verdes e o Projecto Mafra a Reciclar +, a empresa encontra-se a desenvolver o Projecto Cozinhas.

Este projecto pretende inovar na deposição de resíduos a partir do domicílio, com recurso a novas soluções e novo design nas cozinhas do Sistema AMTRES.

Nos últimos tempos, têm vindo a ser procuradas respostas para quebrar o ciclo de desperdício e aumentar a reciclabilidade dos produtos colocados no mercado, pelo que a TRATOLIXO está a adquirir um estudo com a expectativa de encontrar alternativas práticas que permitam facilitar a correcta separação nas casas dos cidadãos, nomeadamente nas cozinhas das casas novas ou das já existentes e que seja, por isso, necessário adaptar.

A solução poderá passar por conceber espaços dedicados a este fim, incorporados em mobiliário ou no exterior, onde a optimização de espaço seja tida em consideração.



2.11 Gestão de Recursos Humanos

A estratégia da TRATOLIXO passa por efectuar uma gestão de recursos humanos na qual os trabalhadores sintam que fazem parte de uma empresa que se preocupa com a sua segurança, saúde e condições de trabalho.

Numa preocupação permanente de salvaguardar a saúde dos trabalhadores e visitantes da empresa, foi assumida uma estratégia de gestão com vista a minimizar os efeitos e consequências da Pandemia COVID-19, não obstante o pleno funcionamento da empresa na prestação do seu serviço público.

No âmbito da realização e revisão do seu Plano de Contingência – elaborado de modo a dar cumprimento a toda a legislação publicada e normativas difundidas pela DGS, APA e ERSAR – continuaram a ser adoptadas várias medidas de segurança para fazer face a esta pandemia, destacando-se:

- Avaliação da temperatura corporal com termómetros “no contact” a todas as pessoas que entrassem na TRATOLIXO;
- Disponibilização de áreas de isolamento em todas as instalações da empresa, criadas de acordo com as orientações da DGS;
- Estabelecimento de procedimentos de actuação na presença de casos suspeitos de infecção;
- Desfasamento de horários de refeição dos trabalhadores e de permanência nos balneários;
- Abertura do refeitório no horário do jantar para complementar a utilização da copa;
- Reforço geral da limpeza e desinfecção de espaços comuns, áreas sociais, zonas de permanência de trabalhadores e superfícies diversas;
- Disponibilização de dispensadores fixos e portáteis com solução desinfectante em locais estratégicos;
- Distribuição de kits de limpeza para equipamentos móveis e rádios;
- Reforço dos EPI nas fábricas e disponibilização de máscaras aos trabalhadores administrativos;
- Obrigatoriedade de uso de máscara nas instalações da TRATOLIXO;
- Estabelecimento de tele-trabalho de todos os trabalhadores cujas funções podiam ser exercidas desta forma de modo a reduzir a sua exposição a risco de contágio, bem como de funcionamento de equipas “em espelho” no regresso ao trabalho presencial, para salvaguardar eventuais contaminações;



- Possibilitação da realização de testes serológicos gratuitos para todos os trabalhadores.

De modo a atenuar os efeitos da crise económica que esta pandemia veio trazer, a nível social foram igualmente implementadas medidas de apoio junto dos trabalhadores, nomeadamente:

- Actualização das grelhas salariais de 2021 e para o ano de 2022 em valores superiores recomendados pelo Governo;
- Suporte do pagamento de ordenados, subsídios de transporte e refeição por inteiro, a todos os trabalhadores independentemente da sua situação perante as directrizes governamentais;
- Oferta de cabazes de Natal e cartões-vale de compras;
- Oferta de “Kit Presente” de apoio à natalidade.

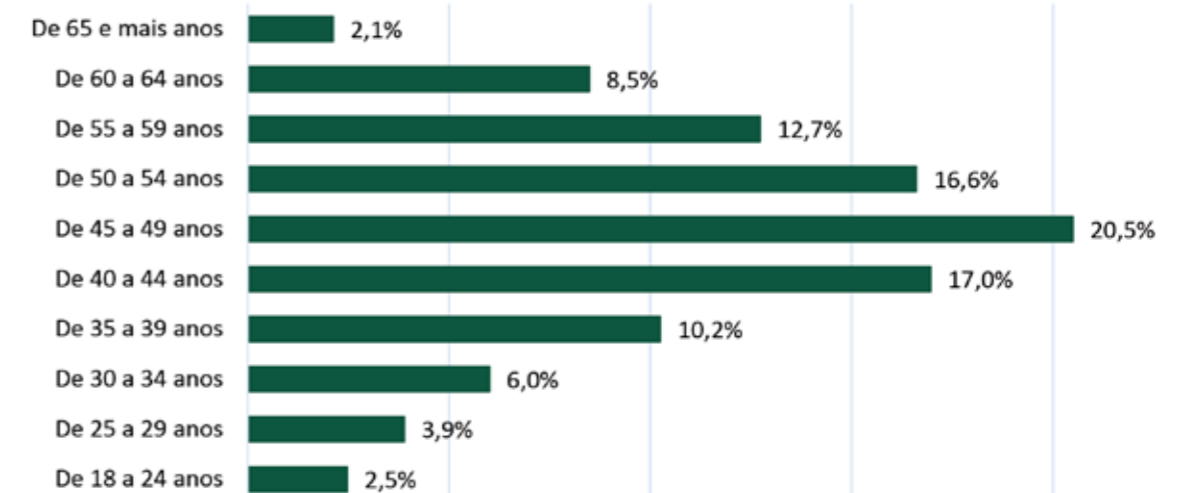
Repartição do Efectivo

À data de 31 de Dezembro de 2021, o efectivo da TRATOLIXO era composto por um total de 283 trabalhadores, distribuídos por 211 trabalhadores do género masculino e 72 do género feminino, acrescido de 36 trabalhadores temporários, 25 do género masculino e 11 do género feminino, num total de 319 trabalhadores.

O índice de tecnicidade (1) da empresa passou de 23,6% em 2020 para 22,6% em 2021. Isto ficou a dever-se ao facto do pessoal pertencente às categorias de coordenador, técnico superior e técnico ter diminuído face a 2020, considerando o balanço entre as entradas e saídas de trabalhadores da empresa.

Nível Etário

Em termos de escalões etários, a 31 de Dezembro de 2021, verificou-se uma maior concentração de trabalhadores na faixa etária entre os 45 e os 49 anos, correspondente a 20,5% do total, conforme se pode constatar no gráfico seguinte.



(1) O índice de tecnicidade é obtido através da fórmula (Coordenadores + Técnicos Superiores + Técnicos) / Efectivo global * 100.



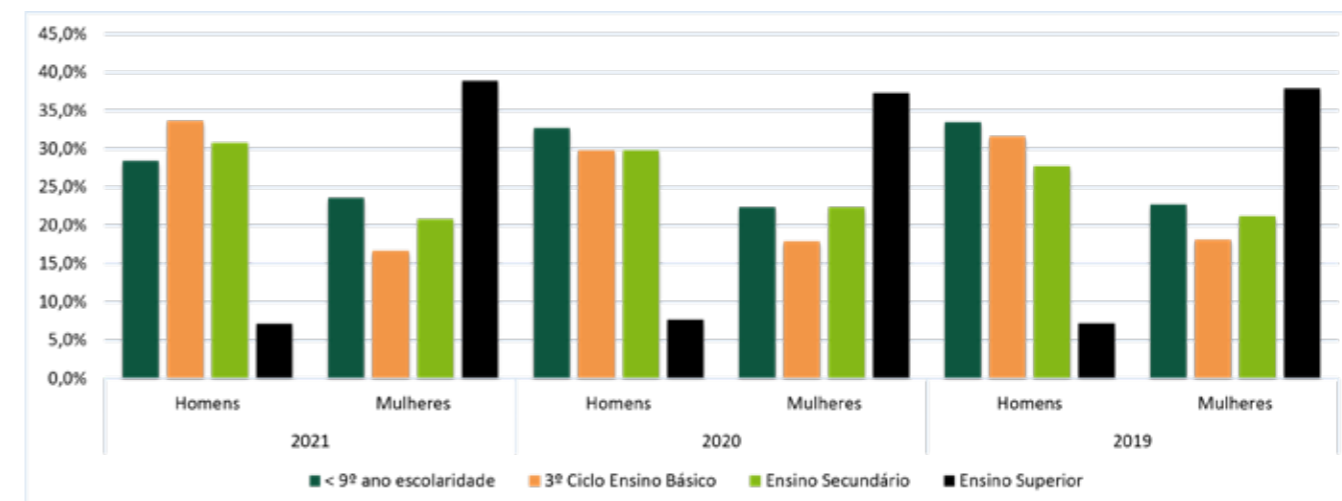
Nível de escolaridade

A 31 de Dezembro de 2021, registou-se uma maior percentagem de trabalhadores da empresa com habilitações literárias ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano de escolaridade), 29,3%, correspondente a 83 trabalhadores.

Verificou-se uma alteração face a 2020 em que, a 31 de Dezembro de 2020, se registava uma maior percentagem de trabalhadores da empresa com habilitações literárias inferiores ao 9º ano, 30,2%, correspondente a 83 trabalhadores.

Verificaram-se ainda ligeiras flutuações nos restantes níveis habilitacionais relativamente a 2020.

A evolução do peso relativo dos níveis habilitacionais pode ser analisada segundo o género, como se constata no gráfico seguinte.



Formação Geral

Durante o ano de 2021, verificaram-se 974 participações em 183 acções de formação interna e externa, num total de 4.746 horas, correspondente a uma média de 25,9 horas de formação por acção. Nestas horas de formação estão incluídas as formações proporcionadas no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

Nestes totais estão também incluídas as acções de formação ministradas a trabalhadores temporários, com 191 participações, correspondentes a um total de 789 horas.

Formação Realizada	2019	2020	2021
Total de Participantes	1 361	553	974
Total de Acções de Formação	244	101	183
Total de Horas de Formação	6 638	1 237	4 746

O aumento verificado no total de participações, de acções e de horas realizadas em 2021 comparativamente com 2020, deveu-se ao estado de pandemia motivado pela Covid-19, que resultou numa diminuição substancial de acções de formação.

Na empresa, e em particular, na área fabril, a grande maioria das formações são presenciais e em grupo, por se tratarem de acções com componente prática.

Por este motivo, as acções de formação planeadas para 2020 foram canceladas ou adiadas, e começaram a ser retomadas durante o ano de 2021, com mais incidência no 2º semestre.

Sinistralidade

Apresenta-se no quadro abaixo a informação sobre a sinistralidade laboral da TRATOLIXO em 2021, explicitando a situação dos incidentes de trabalho, sua classificação segundo a forma da respectiva ocorrência, bem como o número de dias perdidos – relativamente a acidentes efectivamente ocorridos no ano em causa – resultantes de ausência ao trabalho por baixa médica.

Tipos de acidente	2021
N.º de Acidentes de Trabalho com Baixa	23
N.º de Acidentes de Trabalho sem Baixa	7
N.º Total de Acidentes de Trabalho	30
N.º de Dias Perdidos	720
Quase-Acidentes de Trabalho	1

3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

SUMÁRIO

No final de 2021 os capitais permanentes da TRATOLIXO somavam 172,4M€, excedendo em 5,5M€ o valor dos activos fixos, que totalizavam 166,9M€. Relativamente a 2020, o fundo de maneio libertou 0,6M€ adicionais, dado que a redução verificada no activo fixo, no montante de 5,4M€, foi superior à redução registada nos capitais permanentes, no valor de 4,8M€. Para a redução do activo fixo, contribuiu, a realização dos activos firmes, sobretudo por via das amortizações e depreciações, num total líquido de 6,9M€, tendo os capitais permanentes reduzido, principalmente, por via da diminuição da dívida financeira de médio e longo prazo.

Devido à estabilidade do ciclo de exploração, as necessidades de fundo de maneio mantiveram-se negativas, num total de 5,6M€. Relativamente a 2020, verifica-se um reforço de 0,5M€ que tem suporte no crescimento do financiamento da empresa no passivo de curto de prazo, sobretudo, devido ao acréscimo do valor de taxa de gestão de resíduos a liquidar à APA em 2022 que, cresceu 1,0M€ relativamente a 2020.

No final do ano, o excesso de fundo de maneio era, pois, de 11,1M€, montante já deduzido de 4,0M€ de dívida financeira de curto prazo a liquidar em 2022.

O EBITDA, no montante de 8,5M€, quando comparado com 2020 manteve-se relativamente estável, tendo sido suficiente para cobrir os gastos de depreciação e amortização, provisões e imparidades.

O EBIT apurado, no montante de 1,3M€, cobriu os custos do financiamento, obtendo-se o resultado líquido no montante de 24 mil euros.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quadro 1 – Conta de Exploração e de Resultados

Rubrica/Ano	2020	2021	Δ	Δ%
Rendimentos de Exploração	29 310 848	33 255 109	3 944 261	13,5%
Gastos de Exploração	20 399 503	24 705 549	4 306 046	21,1%
Resultado Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA)	8 911 345	8 549 560	-361 785	-4,1%
Gastos de Depreciação e Amortização	6 955 095	7 055 789	100 694	1,4%
Provisões e Imparidades	152 845	181 567	28 722	18,8%
Resultado Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT)	1 803 405	1 312 204	-491 201	-27,2%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	2 799	0	-2 799	-100,0%
Juros e Gastos Similares Suportados	1 695 094	1 275 656	-419 438	-24,7%
Resultado antes Impostos	111 109	36 548	-74 562	-67,1%
Imposto sobre o Rendimento	49 572	13 043	-36 529	-73,7%
Resultado Líquido	61 538	23 505	-38 033	-61,8%

O Resultado de Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA), reduziu 0,4M€ relativamente a 2020, totalizando 8,5M€ em 2021. Este montante foi suficiente e excedeu em 1,3M€ os Gastos de Depreciação e Amortização, e as Provisões e Imparidades, que totalizaram de 7,2M€.

O Resultado de Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT), no montante de 1,3M€, cobriu o custo do financiamento e o imposto sobre o rendimento apurando-se o Resultado Líquido de 24 mil euros.

Rendimentos de Exploração

Expurgando desta análise a rubrica de Serviços de Construção, que totalizou 3,7M€ em 2021, e que se anula em Gastos de Exploração, a variação que se apura no total dos Rendimentos de Exploração reduz de 3,9M€ para 1,3M€, conforme se verifica no Quadro 2 abaixo.

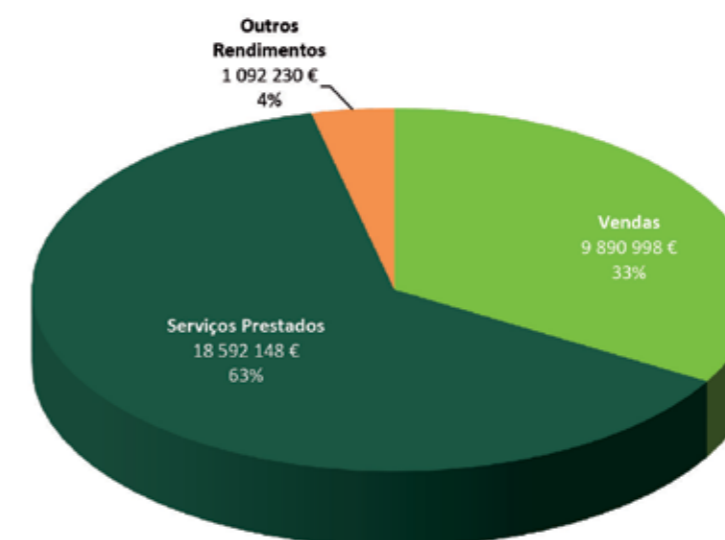
Quadro 2 – Rendimentos de Exploração

Rubrica/Ano	2020	2021	Δ	Δ%
Vendas	8 257 413	9 890 998	1 633 585	19,8%
Serviços Prestados	18 954 202	18 592 148	-362 054	-1,9%
Outros Rendimentos	1 075 028	1 092 230	17 202	1,6%
Total dos Rendimentos de Exploração (s/serv. Const.)	28 286 643	29 575 376	1 288 733	4,6%

Com efeito, neste quadro, onde se detalha os rendimentos de exploração sem considerar os serviços de construção, verifica-se que a variação positiva dos rendimentos de exploração fica a dever-se ao aumento das vendas. Este acréscimo deve-se, essencialmente, aos aumentos do preço de venda e das quantidades vendidas de determinados produtos tais como papel/cartão embalagem e não embalagem e plásticos mistos da recolha selectiva multimaterial, e, ainda, à venda de electricidade.

O desvio negativo de 0,4M€ que se verifica nos Serviços Prestados, que diz respeito à Prestação do Serviço de Tratamento de Resíduos, ficou a dever-se à redução de 0,64€/t na tarifa praticada em 2021, 46,13€/ton contra 46,77€/t em 2020, e, ainda, a menos toneladas de resíduos tarifados entrados no sistema.

Gráfico 1 – Distribuição dos Rendimentos de Exploração



Gastos de Exploração

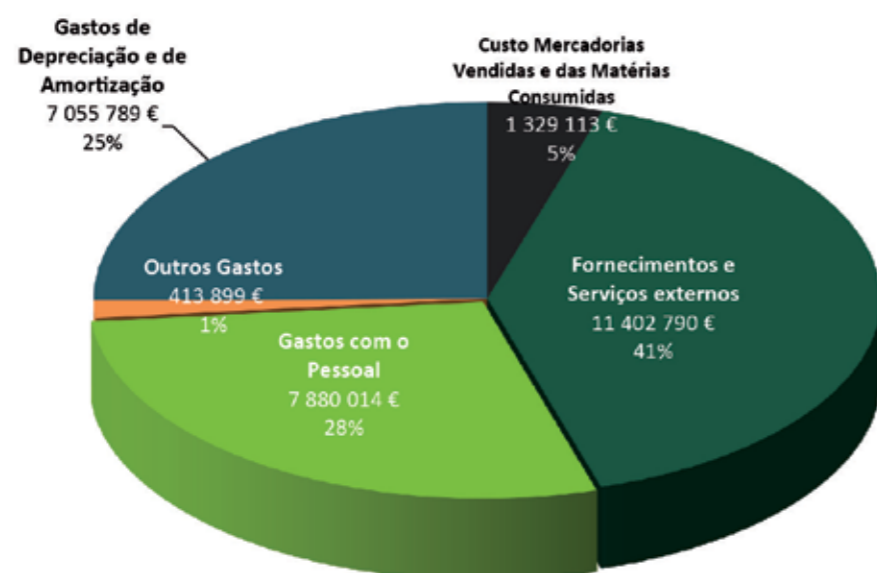
Mais uma vez, expurgando da análise, na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos os serviços de construção, a variação de 4,3M€, patente no Quadro 1, sofre uma redução significativa, mostrando, afinal, um crescimento de 1,7M€ relativamente ao ano anterior:

Quadro 3 – Gastos de Exploração

Rúbrica/Ano	2020	2021	Δ	Δ%
Custo Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1 182 395	1 329 113	146 718	12,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	9 930 541	11 402 790	1 472 249	14,8%
Gastos com o Pessoal	7 649 196	7 880 014	230 818	3,0%
Outros Gastos	613 166	413 899	-199 267	-32,5%
Sub Total	19 375 298	21 025 816	1 650 518	8,5%
Gastos de Depreciação e de Amortização	6 955 095	7 055 789	100 694	1,4%
Provisões e Imparidades	152 845	181 567	28 722	18,8%
Total dos Gastos de Exploração (s/ serv. const.)	26 483 238	28 263 172	1 779 934	6,7%

O referido acréscimo dos gastos de exploração em 2021, ficou, fundamentalmente, a dever-se ao crescimento da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, mais concretamente no que aos custos de Transporte e Deposição de Resíduos diz respeito, devido à conjugação do aumento das toneladas de resíduos transportadas/depositadas/valorizadas, com o aumento do custo médio da tonelada transportada.

Gráfico 2 – Distribuição do Total dos Gastos Operacionais



Estrutura Patrimonial

Quadro 1 – Evolução das rubricas do Balanço 2021-2020

Rúbrica/Ano	2020	2021	Δ	Δ%
Total do Activo	190 897 966	186 766 632	-4 131 334	-2,2%
Activos Fixos	159 290 903	155 933 165	-3 357 738	-2,1%
Outros Activos	17 125 145	15 793 927	-1 331 218	-7,8%
Soma	176 416 048	171 727 092	-4 688 956	-2,7%
Caixa e Equivalentes	14 481 918	15 039 540	557 622	3,9%
Total do Capital Próprio	31 407 177	30 696 146	-711 031	-2,3%
Total do Passivo	159 490 789	156 070 486	-3 420 303	-2,1%
Dívida Financeira	138 515 449	134 064 700	-4 450 749	-3,2%
Provisões	3 255 328	3 439 713	184 385	5,7%
Outros Passivos	17 720 012	18 566 073	846 061	4,8%

1. Activo

O Total do Activo, excluído de Caixa e Equivalentes era, em 31 de Dezembro de 2021, de 171,7M€, menos 4,7M€ que no final de 2020. Contribuíram para este desvio as variações de -3,4M€ e -1,3M€ que se verificam, respectivamente, em activos fixos e em outros activos.

Activos Fixos

O montante de 155,9M€ que a rubrica Activos Fixos apresenta, refere-se, na sua quase totalidade, ao valor líquido das infraestruturas da concessão de responsabilidade da TRATOLIXO. O desvio negativo de 3,3M€ ficou a dever-se à realização dos activos fixos, sobretudo, por via das depreciações do exercício que, em 2021, totalizaram 6,9M€ líquidos.

O valor líquido dos activos firmes, que reduziu 5,1M€ relativamente a 2020, conforme já referido por via das depreciações, foi compensado com o valor investido em projectos em curso, que cresceu 1,8M€ relativamente ao ano anterior.

Outros Activos

A variação negativa de 1,3M€ que se verifica em outros activos reflecte, principalmente, os montantes já recebidos dos subsídios atribuídos à TRATOLIXO para as empreitadas de (i) Concepção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à recolha selectiva de biorresíduos; e (ii) Central de Compostagem de Resíduos Verdes, operações financiadas em 85% pelo POSEUR.

2. Passivo

O total do passivo regista uma variação de 3,4M€ que se deve à redução da dívida financeira.

Dívida Financeira

Dando-se cumprimento ao contrato de financiamento, a dívida financeira reduziu 4,5M€, totalizando 134M€ no final de 2021. O financiamento contraído junto do sindicato bancário, em regime de “project finance”, teve como objectivo a construção das infra-estruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Provisões

O montante de 3,4M€ diz, sobretudo, respeito à melhor estimativa, à data, da responsabilidade futura dos dispêndios que se perspectivam para a data do encerramento das Células de Confinamento Técnico, e à responsabilidade presente e futura da sua monitorização, bem como de diversas infra-estruturas de responsabilidade da empresa.

Outros Passivos

A variação que se verifica em outros passivos é, sobretudo, devida ao crescimento do valor a pagar à APA em 2022, relativo à Taxa de Gestão Resíduos cobrada em 2021, que atingiu 4,3M€.

3. Capital Próprio

No Capital Próprio verifica-se uma redução de 0,7M€ que se deve ao reconhecimento em resultados dos subsídios atribuídos ao investimento.

De acordo com o normativo em vigor, os subsídios ao investimento são registados inicialmente em capital próprio, sendo transferidos para os resultados dos sucessivos exercícios, em parcelas, durante o período das correspondentes amortizações.

4. PERSPECTIVAS FUTURAS





4. PERSPECTIVAS FUTURAS

Passados dois anos desde a descoberta do vírus causador da COVID-19, a Organização Mundial da Saúde (OMS) projecta que o ano de 2022 tem tudo para ser o ano do fim desta pandemia.

Na avaliação desta entidade, após este período de intensa crise sanitária e mais de 5,4 milhões de mortes, o mundo já conhece o vírus muito bem e possui as ferramentas para o combater.

De facto, e apesar das grandes discrepâncias nas taxas de vacinação de cada país, Portugal é dos países com níveis mais altos de população adulta totalmente vacinada, com cerca de 91,9%.

Este resultado pode ter auxiliado as entidades governamentais nacionais na tomada de decisão de aligeirar as restrições à população, que comparativamente com os restantes países da UE fez de Portugal o terceiro com menos restrições em vigor, à data deste relatório.

Isto apesar de Portugal ser também o terceiro país com mais casos de COVID-19 na UE, entende-se que a vacinação e dominância de uma variante com menor gravidade fazem com que a incidência elevada já não seja sinónimo de medidas mais severas, até porque Portugal é o único que apresenta uma tendência de diminuição da incidência de casos diários de contágio no conjunto dos cinco países que lideram a UE neste indicador.

Estas circunstâncias tiveram também influência na reabertura dos diferentes sectores de actividade e consequente recuperação económica do País, segundo dados do Banco de Portugal.

Esta instituição estima um crescimento forte na economia nacional ainda para o ano de 2021 e a continuação desse comportamento em 2022, após o qual se irá assistir à desaceleração da taxa de crescimento com um ritmo de expansão mais moderado em 2023 e 2024, trajetória suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e pela aplicação de fundos da União Europeia, como por exemplo o Plano Recuperação e Resiliência (PRR).

Desta forma, é expectável a continuação da recuperação da produção de Resíduos Urbanos como consequência da estabilização das condições sócio-económicas dos cidadãos e retorno à mobilidade e consumo de bens e produtos.

Os indicadores mais significativos na avaliação intercalar do PERSU 2020 apontaram para um afastamento significativo do cumprimento nacional das metas estabelecidas para 2020, havendo necessidade para a necessidade de um (re)alinhamento com os desafios previstos, para assim corrigir o afastamento das metas comunitárias de preparação para reutilização e reciclagem e desvio de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) de aterro para o ano de 2020 e das novas exigências introduzidas pelo pacote da economia circular.

No entanto, verifica-se, à data, um atraso significativo nas orientações estratégicas para o sector. A Directiva 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2018, que aumenta as metas estabelecidas na Directiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativas à preparação para a reutilização e à reciclagem de resíduos de modo a reflectirem melhor a ambição de a União avançar

rumo a uma economia circular, deveria ter sido transposta para a ordem jurídica interna até 5 de Julho de 2020. No entanto, verificou-se um atraso nesta transposição e apenas a 10 de Dezembro de 2020 foi publicado o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos. A publicação deste decreto foi também envolta num processo pouco claro, em que a consulta pública da transposição de quatro directivas determinantes para o sector dos resíduos, foi apenas sujeita a consulta durante 15 dias, tendo este documento sido publicado sem que fosse conhecido o relatório sobre este processo. Esta situação motivou, já, várias alterações a este diploma, salientando-se a publicação, no dia 10 de Agosto de 2021, da Lei n.º 52/2021 que altera, por apreciação parlamentar, o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de Dezembro, e que veio introduzir inúmeras alterações a este diploma original, estando ainda algumas questões pendentes de clarificação futura, pelo que se perspectivam impactes e desafios acrescidos às diferentes actividades de gestão de resíduos.

Também o Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030) e o Plano Estratégico para os

Resíduos Urbanos (PERSU 2030), que seriam ambos para o horizonte temporal 2021-2030, se encontram, a esta data por publicar, não havendo uma estratégia nacional definida para o cumprimento das ambiciosas metas.

Em suma, nos próximos anos o País terá ambiciosas metas de reciclagem para cumprir, lidará com o arranque da recolha selectiva de biorresíduos à escala nacional e enfrentará o desafio de minimizar a deposição em aterro a 10% até 2035, sendo que o caminho para alcançar estas metas encontra-se ainda por definir.

Prevê-se um ano de inúmeros desafios no sector dos resíduos atendendo ainda à revisão do quadro das novas licenças das Entidades Gestoras de Fluxos Específicos. Este quadro será fundamental para o desenvolvimento do sector e espera-se que permita alcançar a estabilidade que não foi conseguida no quadro anterior, fruto de textos de licenças dúbios e implementação de mecanismos de compensação que não estão alinhados com as próprias licenças e legislação.

Aguardamos, também, a definição do novo Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) relativo ao sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis, considerado um modelo disruptivo que pretende inverter o ciclo de estagnação observado há muitos anos na recolha selectiva de embalagens e contribuir para o atingir das metas de reciclagem a que Portugal está obrigado. Desconhecendo-se, para já, o modelo que se propõe implementar, e tratando-se de um fluxo de resíduos urbanos cuja tipologia de embalagens cabe na esfera das atribuições e responsabilidades dos sistemas de gestão de resíduos urbanos, defendemos que os sistemas de gestão de resíduos urbanos (SGRU) devem ser parte integrante deste sistema, não só por serem as entidades responsáveis pela gestão destes resíduos há mais de duas décadas, com todo o investimento realizado e em curso que não deve, a nosso ver, deixar de ser rentabilizado e muito menos negligenciado ou desperdiçado, quer pela repercussão financeira que o desvio destes resíduos dos sistemas terá e que importa acautelar de modo a assegurar a estabilidade dos sistemas e as tarifas praticadas aos municípios.

A TRATOLIXO, com vista a prestar o melhor serviço público possível aos seus municípios, sempre com foco nos objectivos e metas das diversas políticas

públicas relativas ao ambiente, antecipa definições estratégicas nacionais e propõe-se, durante 2022 e 2023, a concluir as empreitadas co-financiadas pelo PO SEUR relativas às infra-estruturas da nova Central Compostagem de Resíduos Verdes e Tratamento Mecânico e Biológico de Trajouce e Abrunheira. Estas infra-estruturas permitirão uma maior eficiência processual na recuperação de materiais recicláveis e desvio de resíduos de aterro – alinhados com os objectivos comunitários – minimização das emissões de gases de efeito de estufa e consumos de água, incremento da circularidade da empresa de 29% para 67% e naturalmente obter importantes ganhos financeiros.

Perspectivam-se também inúmeras oportunidades estratégicas para a empresa com a publicação de instrumentos de planeamento como o Plano de Acção para a Bioeconomia Sustentável – Horizonte 2025 e instrumentos de financiamento, dos quais se destacam os regulamentos dos sistemas de incentivos “Agendas para a Inovação Empresarial” e “Descarbonização na Indústria”, no âmbito das verbas para capitalizar empresas previstas no seio do PRR.

Como tal, será dada continuidade à participação da TRATOLIXO em projectos de I&DT no sentido do desenvolvimento tecnológico da empresa e criação de valor para os resíduos de forma sustentável e no sentido da descarbonização, de modo a contribuir para a mitigação das alterações climáticas, de acordo com os deveres e metas nacionais em matéria climática aprovados na recente Lei de Bases do Clima, reduzindo assim a pegada ecológica da empresa.

Um dos exemplos que apontamos neste domínio será a solução de recolha selectiva de biorresíduos em sacos ópticos, que desejamos acompanhar de perto e melhorar, através do desenvolvimento futuro de um saco verde óptico biodegradável a disponibilizar à população, que reduza os eventuais níveis de contaminação dos biorresíduos recolhidos selectivamente – e consequentemente melhore a qualidade do produto final composto – e minimize os impactes do projecto.

Lembramos que este projecto é extremamente inovador na forma de recolha de resíduos e apresenta como mais-valias ambientais as reduções de emissões de gases de efeito de

estufa, reduções de consumo de combustíveis fósseis – em virtude de necessitar de menos viaturas a circular em meios urbanos densamente povoados – e ainda a poupança de água, recurso natural actualmente alvo de enorme preocupação no País devido à sua escassez.

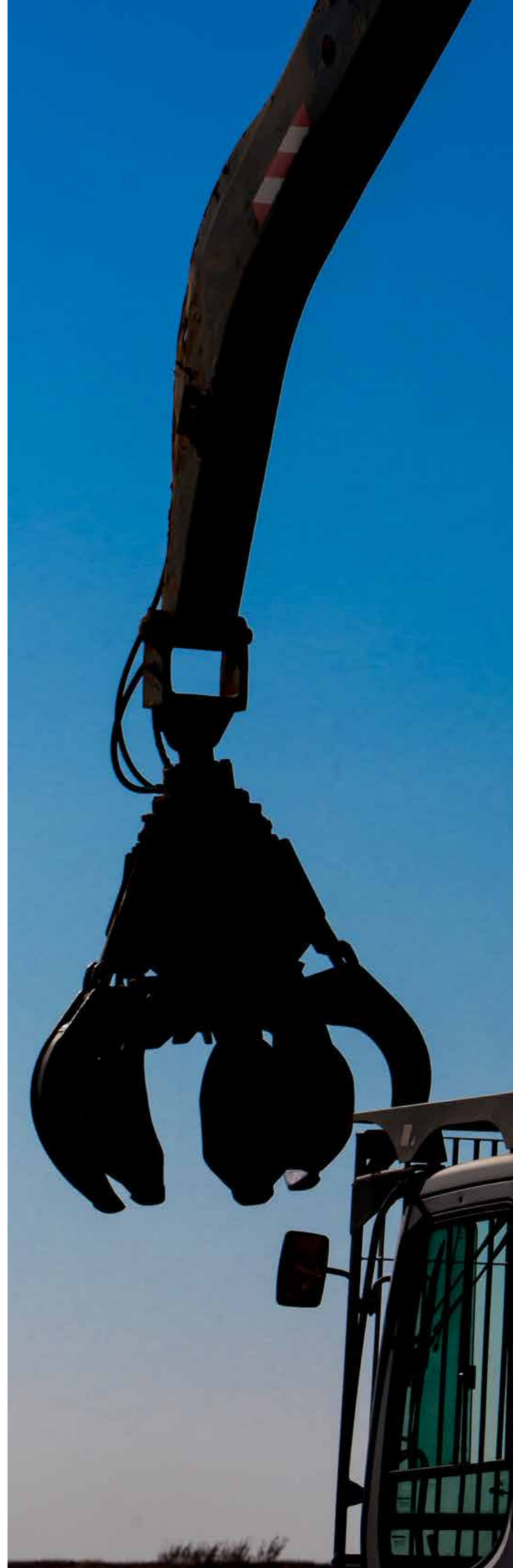
Igualmente no âmbito da I&DT, e atendendo a preocupações crescentes com o ambiente e com a adopção de comportamentos sustentáveis, a TRATOLIXO irá ainda apostar, no próximo ano, na área da mobilidade sustentável e da descarbonização.

Alinhada com a transição energética na Europa e no mundo prevista em políticas regulatórias e na prossecução de uma economia baixa em carbono, a empresa tem vindo a promover inúmeras medidas neste sentido e apostará em 2022 na colocação de novos carregadores eléctricos nas diversas instalações para os trabalhadores poderem carregar as suas viaturas, criando condições para que esta transição aconteça.

Estaremos igualmente atentos ao desenrolar de iniciativas nacionais como o Pacto Português para os Plásticos, plataforma colaborativa com vista a acelerar a transição para uma economia circular para os plásticos em Portugal e que reúne toda a cadeia de valor em torno desta visão comum.

Este pacto é importante para lançar as bases para que tal possa acontecer, numa transição só possível através da concepção de embalagens pensadas em todo o seu ciclo de vida.

E manteremos naturalmente a participação nos diversos grupos de trabalho com os quais temos vindo a colaborar, no sentido de promover a fluidez de diálogo e cooperação na implementação das medidas necessárias ao bom desempenho do sector onde operamos.

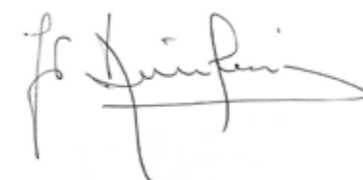


5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do art.º 22º dos estatutos da TRATOLIXO, E.I.M., S.A. e do art.º 66º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2021, no valor de 23.504,79€ (vinte e três mil, quinhentos e quatro euros e setenta e nove cêntimos), seja levado à rubrica de resultados transitados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Pereira Teixeira



Zalinda Maria Campilho Coelho



Fernando Sousa Ferreira

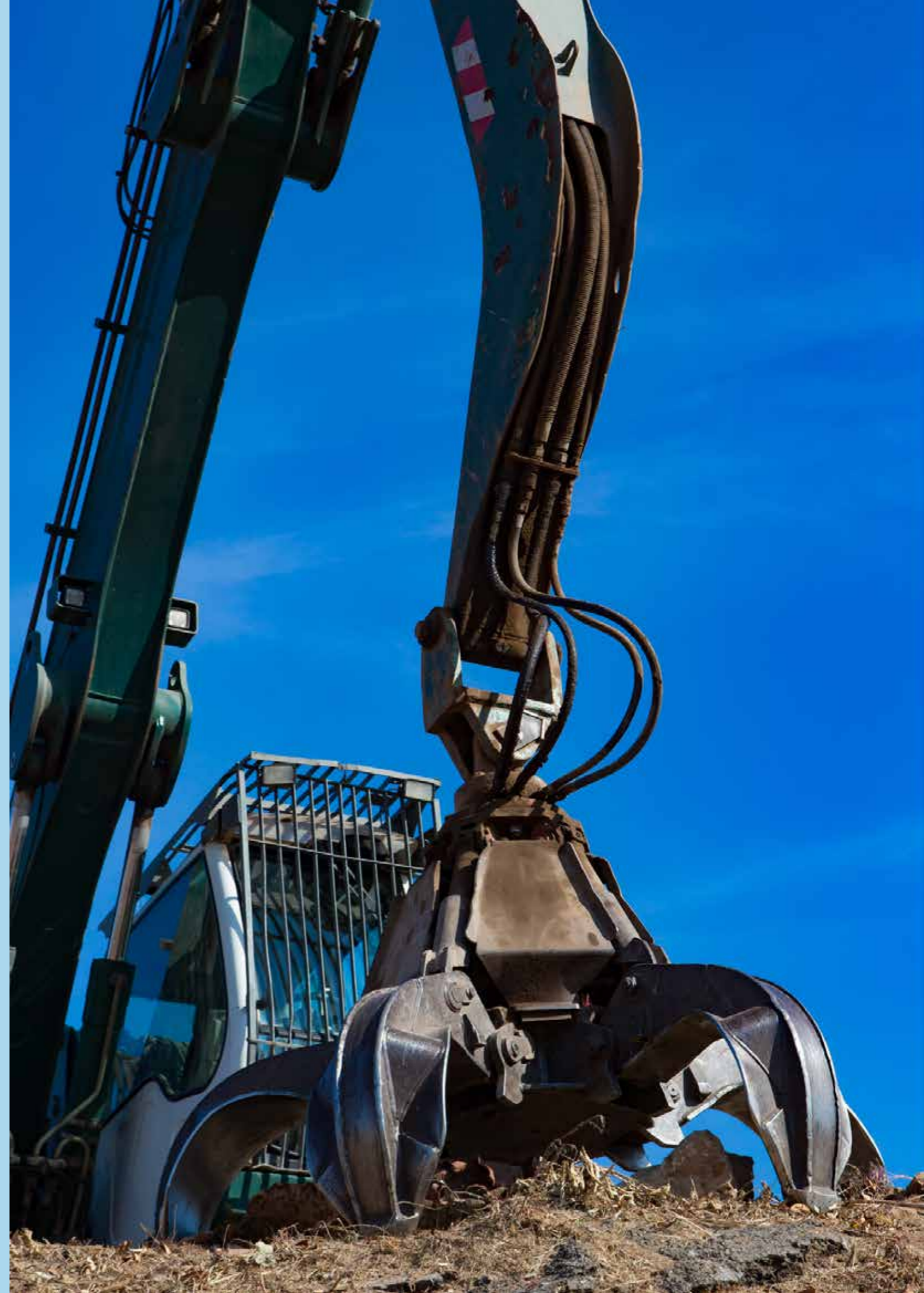


6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Índice das demonstrações financeiras

Balanço	98
Demonstração dos resultados	99
Demonstração das alterações no capital próprio	100
Demonstração dos fluxos de caixa	101
Anexo às demonstrações financeiras	
1 Introdução	102
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	103
3 Principais políticas contabilísticas	104
4 Fluxos de caixa	115
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	116
6 Gestão de riscos financeiros	118
7 Activos fixos tangíveis	118
8 Activos Intangíveis	120
9 Activos e passivos por Impostos Diferidos	124
10 Inventários	127
11 Clientes	128
12 Estado e outros entes públicos	129
13 Outras contas a receber	129
14 Diferimentos	130
15 Capital	131
16 Reservas	132
17 Outras variações de capital	132
18 Provisões	134
19 Financiamentos obtidos	136
20 Fornecedores	137
21 Outras contas a pagar	138
22 Vendas e serviços prestados	139
23 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	140
24 Fornecimentos e serviços externos	141
25 Gastos com pessoal	142

26	Perdas por imparidade e reversões do exercício	143
27	Outros rendimentos e ganhos	143
28	Subsídios ao investimento	144
29	Outros gastos e perdas	145
30	Juros e gastos e rendimentos similares	145
31	Imposto do exercício	146
32	Compromissos	147
33	Contingências	148
34	Informações sobre matérias ambientais	149
35	Partes relacionadas	150
36	Disposições legais	153
37	Divulgações exigidas por diplomas legais	155
38	Eventos subsequentes	155



BALANÇO

Montantes expressos em €

	Notas	31 de Dezembro	
		2021	2020
ACTIVO			
NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	96 216	131 887
Activos intangíveis	8	155 385 823	158 694 994
Outros investimentos financeiros		38 470	29 374
Activos por impostos diferidos	9	412 656	434 649
		155 933 165	159 290 904
CORRENTE			
Inventários	10	1 325 919	1 163 889
Clientes	11	3 129 609	2 892 901
Estado e outros entes públicos	12	439 264	220 337
Outros créditos a receber	13	10 845 396	12 690 229
Diferimentos	14	53 738	157 787
Caixa e depósitos bancários	4	15 039 540	14 481 918
		30 833 467	31 607 063
TOTAL DO ACTIVO		186 766 632	190 897 966
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL E RESERVAS ATRIBUÍVEIS AOS DETENTORES DE CAPITAL			
Capital subscrito	15	7 010 000	7 010 000
Prémio de emissão		120	120
Reservas legais	16	30 000	30 000
Resultados transitados		-699 080	-757 818
Outras variações no capital próprio	17	24 331 601	25 066 137
		30 672 641	31 348 439
Resultado líquido do período		23 505	58 739
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		30 696 146	31 407 177
PASSIVO			
NÃO CORRENTE			
Provisões	18	3 439 714	3 255 328
Financiamentos obtidos	19	130 096 377	134 050 263
Passivos por impostos diferidos	9	450 831	471 556
Ajustamentos em subsídios	17	7 064 014	7 277 266
		141 050 935	145 054 413
CORRENTE			
Fornecedores	20	1 533 808	2 417 033
Estado e outros entes públicos	12	209 939	213 458
Financiamentos obtidos	19	3 968 324	4 465 186
Outras dívidas a pagar	21	9 055 477	7 022 221
Diferimentos		252 004	318 478
		15 019 551	14 436 376
TOTAL DO PASSIVO		156 070 486	159 490 789
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		186 766 632	190 897 966

As notas das páginas 102 a 155 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Montantes expressos em €

	Notas	Exercício	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	22	32 162 878	28 235 820
Subsídios à exploração		53 098	42 496
Variação nos inventários de produção	10	-5 258	-58 870
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	-1 329 113	-1 182 395
Fornecimentos e serviços externos	24	-15 082 523	-10 954 746
Gastos com o pessoal	25	-7 880 014	-7 649 196
Imparidade de inventários (perdas) / reversões	10	887	3 120
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	11	-619	-2 188
Provisões (aumentos) / reduções	18	-181 834	-153 776
Aumentos / reduções de justo valor		-409	535
Outros rendimentos	27, 28	1 044 390	1 090 867
Outros gastos	29	-413 490	-613 166
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		8 367 993	8 758 499
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7, 8	-7 055 789	-6 955 095
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas) / reversões		-	-
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		1 312 204	1 803 404
Juros e rendimentos similares obtidos	30	-	-
Juros e gastos similares suportados	30	-1 275 656	-1 695 094
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		36 548	108 310
Imposto sobre o rendimento do período	31	-13 043	-49 572
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		23 505	58 739
RESULTADO POR ACÇÃO:			
-BÁSICO		0,02	0,04

As notas das páginas 102 a 155 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Montantes expressos em €

	Notas	Capital realizado	Prémios emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2020		7 010 000	120	30 000	-832 224	16 704 219	74 405	22 986 520
Alterações no período								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	74 405	-	-74 405	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	8 361 918	-	8 361 918
		-	-	-	74 405	8 361 918	-74 405	8 361 918
Resultado líquido do período							58 739	58 739
Resultado integral							58 739	8 420 657
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2020		7 010 000	120	30 000	-757 818	25 066 137	58 739	31 407 177
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	58 739	-	-58 739	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	-734 536	-	-734 536
		-	-	-	58 739	-734 536	-58 739	-734 536
Resultado líquido do período							23 505	23 505
Resultado líquido integral							23 505	-711 031
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2021		7 010 000	120	30 000	-699 080	24 331 601	23 505	30 696 146

As notas das páginas 102 a 155 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Montantes expressos em €

	Notas	Exercício findo em 31 de Dezembro	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		35 073 823	33 074 897
Pagamentos a fornecedores		-20 117 960	-14 778 830
Pagamentos ao pessoal		-7 076 334	-6 671 286
Caixa gerada pelas operações		7 879 529	11 624 781
(Pagamento)/ recebimento do imposto sobre o rendimento		-13 463	8 425
Outros recebimentos / (pagamentos)		-3 442 014	-2 391 639
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		4 424 052	9 241 567
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-33 844	-55 514
Activos intangíveis		-7 566	-32 830
Outros activos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		25 863	3 604
Activos intangíveis		-	-
Subsídios ao investimento		1 910 938	274 624
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		1 895 391	189 884
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e rendimentos e similares		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-4 465 186	-4 465 186
Juros e rendimentos e similares		-1 296 636	-1 723 320
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		-5 761 821	-6 188 505
Variação de caixa e seus equivalentes		557 622	3 242 945
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		14 481 918	11 238 973
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	15 039 540	14 481 918

As notas das páginas 102 a 155 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INTRODUÇÃO

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. (referida neste documento como TRATOLIXO ou Empresa), com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana, foi constituída em 26 de Julho de 1989, tendo como objecto a gestão e exploração integrada de recolha, transporte, tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos sólidos, a comercialização dos materiais transformados, bem como outras prestações de serviços no domínio dos resíduos sólidos.

A TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES – ‘Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos’, com sede na Estrada 5 de Junho nº 1

Estas demonstrações financeiras referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 11 de Fevereiro de 2022. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da TRATOLIXO, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

1.1 – Enquadramento da actividade

Entre Dezembro de 2004 e 30 de Junho de 2016, a TRATOLIXO desenvolveu a sua actividade no âmbito do contrato-programa celebrado com a AMTRES, em 29 de Dezembro de 2004, de acordo com o qual esta delegou os seus poderes na TRATOLIXO para o exercício do serviço público de gestão do sistema de tratamento dos resíduos sólidos produzidos na área dos Municípios que a integram, Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, pelo prazo de 24 anos. Em 16 de Setembro de 2009, foi efectuado um aditamento ao contrato programa, com vista a incorporar as alterações introduzidas ao PERECMOS – ‘Plano Estratégico de Resíduos para os Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra’ em 2007, de acordo com o qual a TRATOLIXO deixou de ser responsável pela definição de soluções de recolha dos resíduos sólidos, da tipologia de contentorização e definição dos circuitos.

Na sequência das alterações introduzidas em 2009 ao quadro legal e regulatório do sector das águas e resíduos em Portugal, em 20 de Novembro de 2015 a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, conforme previsto no disposto no nº 3 do artigo 17º do Decreto-Lei 194/2009, de 20 de Agosto, que substituiu o contrato programa então em vigor, passando este a produzir efeitos a partir 30 de Junho de 2016, data da emissão do visto do Tribunal de Contas, até 31 de Dezembro de 2043.

A substituição do contrato programa pelo contrato de gestão delegada, obrigou ao alinhamento dos objectivos estratégicos da TRATOLIXO com o PERSU 2020, conforme o PAPERSU 2020 apresentado pela TRATOLIXO e aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente. Em termos gerais os contratos continuam a prever os mesmos direitos e obrigações assumidos pela TRATOLIXO e a AMTRES no contrato anterior, passando contudo a vigorar um regime de fixação de tarifas com carácter vinculativo para períodos de 5 anos, sujeitas a actualização com base na inflação anual e a parecer favorável da ERSAR.

Assim no âmbito dos referidos contratos, considera-se que estes atribuem à TRATOLIXO acesso às instalações existentes no Ecoparque de Trajouce (Cascais) para a prestação do serviço público, para além da obrigação de construir um novo Ecoparque na Abrunheira (Mafra) e requalificar o Ecoparque de Trajouce.

A TRATOLIXO não pode dispor livremente desses activos, para além da substituição/renovação que se demonstre necessária à prestação dos serviços. Pelos serviços prestados, conforme estipulado, a TRATOLIXO tem direito a uma retribuição que equivale à aplicação de uma tarifa por tonelada de resíduos entrada no sistema.

Assim, o contrato de gestão delegada, tal como anteriormente o contrato programa, assinado com a AMTRES constitui, em substância, um acordo de concessão, no âmbito do qual a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela prestação de serviços de construção das infra-estruturas de suporte à actividade a desenvolver e a responsabilidade pela exploração do serviço público de tratamento de resíduos sólidos.

Neste contexto, a TRATOLIXO aplica a interpretação do normativo internacional de contabilidade para os serviços de concessão, a IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

Não há lugar à apresentação de contas consolidadas pela Tratolixo, dado que a entidade consolidante é a AMTRES

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas pela TRATOLIXO de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) – emitidas e em vigor a 31 de Dezembro 2021, e, supletivamente, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), tal como adoptadas pela União Europeia, relativamente a matérias específicas da actividade da Empresa, mas omissas no SNC (“IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços). Ainda a referir, por supletividade a norma ASC 980 – Regulated Operations, emitida pelo FASB (substitui a anterior SFAS 71- Accounting for the Effects of Certain types of regulation).

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia de 11 de Fevereiro de 2022, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime da periodização económica (acréscimo) no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas (Nota 3), foram utilizadas nas demonstrações financeiras para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, não tendo sido registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

Não foram derogadas as disposições do SNC, nem se verificam conteúdos que não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.4 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da TRATOLIXO.

ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de juros, gastos ou rendimentos similares, se relacionadas com financiamentos ou em outros gastos ou rendimentos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para os activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de uso.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

O activo fixo tangível da TRATOLIXO refere-se a “equipamento administrativo” e é depreciado pelo método da linha recta, desde a data em que encontra em condição de uso, entre 1 e 12 anos.

Os bens de reduzido valor sempre que tenham valor igual ou inferior a 1.000€ são depreciados pela totalidade no exercício em que são adquiridos.

3.2.3 Activos fixos intangíveis

Os activos intangíveis registados no balanço referem-se a programas de computador e ao direito de concessão resultante da aplicação dos princípios da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo os custos com direitos de propriedade intelectual e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

Os activos intangíveis adquiridos numa transacção de permuta por outros activos não monetários, ou por uma combinação de activos monetários e não monetários, são reconhecidos pelo justo valor do activo recebido.

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são mensurados, pelo modelo do custo, sendo o activo escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Programas de computador

A TRATOLIXO capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e respectivos upgrades. Estes activos são amortizados em três anos.

Direitos de concessão

A TRATOLIXO regista como direito de concessão os montantes investidos em obras e equipamentos que constituem o estabelecimento da concessão atribuída. Tal como previsto na IFRIC 12 – ‘Acordos de concessão de serviço’, a TRATOLIXO presta o serviço de construção/aquisição das infra-estruturas necessárias ao estabelecimento da concessão, que permuta pelo direito de explorar o serviço público de tratamento de resíduos sólidos dos Municípios que integram a AMTRES. Uma vez que todos os activos investidos revertem para a AMTRES no final do prazo do contrato de gestão delegada, sem direito a contraprestação, não existe qualquer valor a receber a registar.

De acordo com os contratos que regulam a concessão, todos os investimentos iniciais, de expansão e de substituição são considerados como parte dos custos e encargos a recuperar nas tarifas, razão pela qual a TRATOLIXO não procede ao registo de obrigações contratuais de reposição no final da concessão, por conta dos equipamentos de renovação/ substituição a adquirir/ construir, e integra todos os montantes dos serviços de construção / aquisição no direito de concessão quando incorridos.

Assim, o valor do direito de concessão reconhecido corresponde: (i) do valor líquido dos activos fixos tangíveis transferido para activo intangível, pela aplicação prospectiva da IFRIC 12 na data da transição para o SNC; (ii) ao valor da permuta dos serviços de construção/aquisição em equipamentos de expansão/ requalificação/renovação/ substituição efectuados após a data da transição para o SNC, com base na fase de acabamento; e (iii) às contrapartidas acordadas com os Municípios, como por exemplo a entrega de contentores e material de recolha de resíduos.

O direito de concessão (o qual compreende o montante classificado como direito de concessão à data da transição e os montantes subsequentes dos serviços de construção prestados em equipamentos de expansão/requalificação/renovação/substituição) são amortizados de acordo com o montante das amortizações considerado como custo elegível em cada período, para a determinação das tarifas, de forma linear e pelo termo da concessão, a terminar em 31 de Dezembro de 2043.

Relativamente às contrapartidas, estas são adicionadas directamente ao saldo do activo intangível – direito de concessão, na data em que a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela execução das mesmas, independentemente da data da sua realização.

3.2.4 Imparidade de activos

A TRATOLIXO avalia os activos fixos tangíveis e intangíveis para efeitos de imparidade sempre que existem indícios de perda de valor. Quando o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa regista a respectiva perda por imparidade.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

O valor de uso do activo é calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e quando aplicável, da alienação do activo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

No caso do activo intangível que constitui o direito da concessão, a avaliação dos indicadores de imparidade é efectuada na revisão do modelo financeiro da concessão e sempre que ocorram alterações nas condições da concessão não passíveis de reposição de equilíbrio pelas tarifas ou pelas transferências financeiras. O teste de imparidade é efectuado ao nível da concessão como um todo, por esta corresponder à unidade geradora de caixa a que a TRATOLIXO gera benefícios económicos. O registo da imparidade é efectuada quando por indicação do regulador/concedente se estima que o valor não seja totalmente recuperável.

Os activos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.2.5 Activos financeiros

O conselho de administração determina a classificação dos activos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo, ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros que constituem financiamentos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo, ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A TRATOLIXO avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a TRATOLIXO reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.2.6 Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transacção, sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados e do seu enquadramento nas relações de cobertura tipificadas na NCRF 27. Outras relações de cobertura económica não previstas são registadas como instrumentos financeiros derivados de negociação, cujos ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros.

Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (“fair value hedge”), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (“cash flow hedge”), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos períodos em que o respectivo item

coberto afecta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

3.2.7 Inventários

Os inventários da TRATOLIXO referem-se a:

(i) materiais utilizados nas actividades internas de manutenção, conservação e combustíveis para a movimentação dos equipamentos de carga e transporte;

(ii) produtos recuperados (embalagens) ou produzidos (composto) a partir do tratamento dos resíduos recebidos;

(iii) equipamento de protecção individual (EPIS), fardamentos e consumíveis diversos.

Os materiais são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

Os produtos são mensurados ao custo de produção ou ao preço estimado de venda. Apenas os produtos acabados, cujo custo de produção excede o valor da venda, se encontram valorizados ao preço de mercado.

Nos períodos subsequentes, os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

3.2.8 Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos Clientes e Outras contas a receber são registadas sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo, subsequentemente, revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.2.9 Caixa e Equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses com risco de flutuação de valor reduzido. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na demonstração dos fluxos de caixa como Caixa e Equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa respeitantes às empreitadas com empresas construtoras no âmbito de contratos de construção são, no âmbito da IFRIC 12 e, de uma clarificação emitida pela IFRS Interpretation Committee, registados como um fluxo operacional na demonstração dos fluxos de caixa.

3.2.10 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no Capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no Capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.2.11 Passivos financeiros

O conselho de administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

(a) Ao custo, ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.12 Financiamentos obtidos

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença, entre o valor nominal e o justo valor inicial, reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a TRATOLIXO possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo, neste caso, classificados no passivo não corrente.

3.2.13 Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço e, que se estima, que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a sua utilização. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com o reconhecimento inicial de activos e passivos que não resultem de uma concentração de actividades e que, à data da transacção, não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.2.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a TRATOLIXO tem: (i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; (ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e (iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a TRATOLIXO divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para regularizar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Provisões para recuperação ambiental

Em 2009, a TRATOLIXO procedeu ao registo de uma provisão para os custos a incorrer com a recuperação ambiental de terrenos localizados junto ao aterro de Trajouce, no valor de 3.500 mil euros. Esta provisão foi registada nas demonstrações financeiras no âmbito do anterior normativo contabilístico (POC), como parte do activo tangível em curso, por se tratar de um custo associado a responsabilidades de remoção dos resíduos indevidamente depositados em Trajouce, decorrentes da

actividade desenvolvida pela TRATOLIXO no âmbito do contrato-programa. Este valor foi transferido de activos fixos tangíveis para activo intangível, pela aplicação da IFRIC 12, na data da transição para o SNC. A provisão é revista anualmente tendo em consideração o período estimado de realização e os dispêndios incorridos / a incorrer para a reparação do passivo ambiental, montante que em 31 de Dezembro se estimava em 165 mil euros.

Decorrente da instrução da AMTRES de 30 de Janeiro de 2018, a parte do valor correspondente aos custos já incorridos que havia sido capitalizado como activo intangível, foi, em 2017, reconhecida como gastos do exercício. Esta decisão do accionista prevê a recuperação imediata deste custo ao invés do que estava previsto: a sua recuperação por intermédio de tarifas futuras ao longo do período da concessão.

Para fazer face às responsabilidades previstas no DL n.º 183/2009, de 10 de agosto, foi constituída no exercício de 2016 uma provisão no valor de 2.550 mil euros, conforme custo estimado com a selagem das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira, sendo que se estima o seu encerramento em 2026.

Provisões para monitorização de aterro, lixeiras e células de confinamento técnico

A TRATOLIXO tem atribuída a responsabilidade de monitorização de diversas infra-estruturas e das lixeiras encerradas que integram o sistema multimunicipal objecto do contrato de gestão delegada. Esta é uma medida de protecção ambiental, exigida pelas autoridades competentes, e que pretende avaliar os impactos causados por estas infra-estruturas ao nível dos recursos ambientais.

As provisões registadas resultam do plano de monitorização definido pela TRATOLIXO, para o período da responsabilidade assumida (30 anos desde a data de encerramento), estando sujeitas a revisão anual consoante as acções de monitorização desenvolvidas. As provisões são mensuradas ao valor presente da estimativa efectuada descontada à taxa de juro que reflecte o risco do passivo.

3.2.15 Subsídios e apoios do Governo

A TRATOLIXO reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos similares pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente da data do seu recebimento.

Quando em período subsequente, por condicionalismos não previstos, se venha a verificar o não recebimento do valor de subsídios registado, há lugar ao desreconhecimento da parcela que não será recebida.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital" (deduzidos de um ajustamento respeitante ao imposto fiscal futuro, reconhecido por contrapartida de um passivo), sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da amortização dos activos a que estão associados. No que se refere aos subsídios associados às infra-estruturas da concessão estes são amortizados de acordo com o prazo da concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.2.16 Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a TRATOLIXO detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a TRATOLIXO não tem opção de compra no final do contrato ou, pelo período de vida útil estimado quando a TRATOLIXO tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período da locação.

3.2.17 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças, entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são reconhecidas como activos ou passivos se qualificarem como tal.

3.2.18 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou prestações de serviços no decurso da actividade da TRATOLIXO. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos ou descontos atribuídos.

O rédito da venda de produtos da TRATOLIXO corresponde à venda de resíduos de embalagem oriundos da triagem de resíduos recolhidos selectivamente, bem como, aos produtos provenientes do tratamento de resíduos indiferenciados, como sejam os recicláveis resultantes da triagem manual da CITRS, da electricidade gerada a partir do biogás produzido nos biodigestores e do composto produzido na Central de Digestão Anaeróbia. Acrescem, ainda, a estes produtos, os materiais recicláveis recuperados no Ecocentro provenientes das entregas de monstros pelos municípios que compõem a AMTRES.

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: (i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos fluam para a TRATOLIXO; e (iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenha sido transferido para o comprador.

No caso da venda dos resíduos de embalagem às Entidades Gestoras do Sistema Integrado de

Resíduos de Embalagem (SIGRE), Sociedade Ponto Verde; Novo Verde e Electrão o rédito é reconhecido após a entrega aos retomadores e conforme comunicação do resultado dos leilões efectuados por estas entidades aplicável à fracção não embalagem dos lotes de materiais mistos (embalagem e não embalagem).

O rédito das prestações de serviços refere-se a duas actividades:

- Tratamento de resíduos - o rédito é reconhecido de acordo com as toneladas de resíduos entradas no sistema multimunicipal e as tarifas definidas pela AMTRES. O valor correspondente às toneladas de resíduos entradas é facturado directamente aos Municípios.
- Serviços de construção de infra-estruturas da concessão, reconhecidos no âmbito da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços - o rédito reconhecido corresponde ao valor de investimento concordado com a AMTRES, em termos de equipamentos a construir/ adquirir para expansão/ requalificação/ renovação/ substituição, tendo por base os custos estimados de construção/aquisição pela TRATOLIXO, os quais incluem: (a) o custo de aquisição (ex: empreitadas) e (b) os custos orgânicos, directa ou, indirectamente, relacionados com a fiscalização dos investimentos.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.3 Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a TRATOLIXO tenha uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a regularizar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A TRATOLIXO incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. No âmbito do desenvolvimento da sua actividade, a TRATOLIXO incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo da sua origem, estão a ser capitalizados (obrigação contratual de requalificação) ou reconhecidos como gasto nos resultados operacionais do exercício.

3.4 Principais estimativas e julgamentos apresentados na elaboração das demonstrações financeiras

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do conselho de administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material

no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.4.1 Provisões

A TRATOLIXO analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.4.2 Activos intangíveis

Dado o modelo de negócio da TRATOLIXO (concessão de serviço público) e a contabilização exigida pela IFRIC 12, a definição do método de amortização do activo intangível, que consubstancia o direito de concessão e outros, é essencial para determinar o montante das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício ao longo da concessão.

Por se tratar de um direito contratual sujeito a regulação (fixação de tarifa) a amortização praticada tem que reflectir o consumo do benefício económico subjacente ao direito de explorar a concessão, o que se consubstancia no valor da amortização elegível para efeitos de determinação das tarifas. De acordo com as condições contratuais em vigor (“Contracto de gestão delegada”) enquanto o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos não for aplicável à TRATOLIXO, estas são similares às do “contrato-programa” que vigorava anteriormente e que considerava como base para a recuperação dos custos e encargos da concessão o “custo de amortização de todos os investimentos iniciais, de expansão e de substituição”.

Assim, a amortização do direito de concessão é efectuada de forma linear pelo prazo do contrato de gestão delegada, não contemplando a vida útil efectiva dos activos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação/substituição destes activos.

Na data em que o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos tiver de ser adoptado pela TRATOLIXO, este método de amortização poderá ter de ser revisto/ alterado, o que poderá originar diferenças transitórias significativas nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, e consequentemente potenciais necessidades de reequilíbrio da concessão ou equilíbrio financeiro da TRATOLIXO.

3.4.3 Imparidade de activos

Os activos tangíveis e intangíveis firmes são avaliados relativamente à existência de imparidades quando existem indicadores de que os mesmos não serão recuperáveis no prazo do contrato de gestão delegada. Relativamente aos activos intangíveis em curso, o conselho de administração procede anualmente à avaliação da recuperabilidade do seu valor, com base no EVEF associado ao contrato de gestão delegada e nos pressupostos que considera mais prováveis de ocorrerem no futuro.

3.4.4 Impostos

Os montantes reconhecidos como imposto corrente, créditos de imposto e imposto diferido, que constituem a melhor estimativa do conselho de administração, têm em conta a legislação em vigor e o potencial de gerar resultados tributáveis futuros, podendo, contudo, existir correcções por parte da administração fiscal que se traduzam em alterações/ correcções a estes valores que não se encontram registados.

3.4.5 Prazo da concessão

O prazo da concessão corresponde ao período em que a TRATOLIXO prestará o serviço público. Quaisquer alterações no prazo da concessão têm impactos significativos nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, nomeadamente, nas rubricas de amortização de activos intangíveis (direito da concessão), reconhecimento de amortização do subsídio ao investimento ou no valor da tarifa a praticar (com impacto na determinação da recuperabilidade dos activos intangíveis).

Em 20 de Novembro de 2015, a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Junho de 2016, onde ficou definida a alteração do fim do prazo da concessão de 31 de Dezembro de 2028 para 31 de Dezembro de 2043.

4 FLUXOS DE CAIXA

4.1 Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A TRATOLIXO não possui caixa ou equivalentes de caixa para os quais existam restrições sobre a sua utilização, excepto no que respeita à conta de reserva de serviço da dívida, que se destina ao pagamento da dívida financeira do primeiro semestre de 2022.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresenta os seguintes valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	2 887	2 272
Depósitos bancários	15 036 654	14 479 646
Caixa e Depósitos bancários	15 039 540	14 481 918

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Numerário		
-Caixa	2 887	2 272
Depósitos bancários		
-Depósitos à ordem	14 823 202	14 266 194
-Depósitos a prazo	213 452	213 452
	15 036 654	14 479 646
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	15 039 540	14 481 918
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total	15 039 540	14 481 918

O depósito a prazo encontra-se constituído como garantia para os pagamentos do POSEUR.

5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

5.2 Alterações nas Estimativas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às estimativas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

5.3 Erros materiais de períodos anteriores

Não foram detectados erros com referência a períodos anteriores.





6 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A exposição da TRATOLIXO a riscos financeiros refere-se principalmente a riscos de taxa de juro e riscos de crédito. Acresce referir que os riscos na gestão de tesouraria encontram-se mitigados pela validação externa na utilização dos meios de financiamento.

Risco da taxa de juro

A TRATOLIXO tem contratado um financiamento remunerado a taxas de juro variáveis, o que se traduz na exposição da Empresa à flutuação das taxas de juro no mercado.

Risco de crédito

A TRATOLIXO é um sistema multimunicipal de tratamento de resíduos, que tem como clientes, quase que exclusivos, os Municípios integrados no sistema multimunicipal. Esta situação configura uma elevada concentração de risco de crédito, que é mitigada pelo facto de se tratarem de entidades do Governo local, ou seja, Estado. Os restantes clientes são a EDP, a Sociedade Ponto Verde, a Novo Verde, e outros retomadores de recicláveis, para os quais a TRATOLIXO efectua uma avaliação regular de risco de crédito.

7 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	Equipamento administrativo	
	2021	2020
1 de Janeiro		
Custo de aquisição	951 615	910 669
Depreciações acumuladas	-819 728	-766 525
Valor líquido	131 887	144.144
31 de Dezembro		
Adições	34 920	48 732
Alienações e abates	-642	1 752
Transferências / regularizações	-	-6 034
Depreciação - exercício	-70 590	-53 904
Depreciação - alienações	642	701
Activos fixos tangíveis em curso	-	-
Depreciação- reg. transf. e abates	-	-
Valor líquido	96 216	131 887
Depreciações acumuladas	-889 677	-819 728
Valor líquido	96 216	131 887

As adições registadas nesta rubrica referem-se, essencialmente a equipamento electrónico e mobiliário.

8 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a evolução registada na rubrica dos activos intangíveis, é como segue:

	Programas computador	Programas computador em curso	Direito de concessão	Direito de concessão em curso	Total
A 1 de Janeiro de 2021					
Custo de aquisição	604 122	-	207 366 393	575.894	208.546.410
Amortizações acumuladas	-559 886	-	- 49 291 530	-	-49.851.416
Valor líquido	44 236	-	158 074 863	575.894	158.694.994
31 de Dezembro					
Adições	21 058	-	1 832 192	1.841.508	3.694.757
Alienações e abates	-	-	-195 425	-	-195.425
Regularizações	-	-	-	-12 495	12 495
Transferências	-	-	34 682	-34 682	-
Amortizações - exercício	-30 889	-	-6 954 309	-	-6 985 199
Amortizações - reg/alienações	-	-	189 191	-	189 191
Valor líquido	34 404	-	152 981 193	2.370.225	155 385 823
31 de Dezembro de 2021					
Custo de aquisição	625 180	-	209 037 841	2.370.225	212 033 246
Amortizações acumuladas	-590 776	-	-56 056 648	-	-56 647 424
Valor líquido	34 404	-	152 981 193	2 370 225	155 385 823

Direito de concessão e Direito de concessão em curso

As adições registadas em 2021 no direito da concessão referem-se, essencialmente: (i) a duas pás carregadoras, uma carregadora hidráulica e dois tractores Volvo no montante de 656.541 euros; (ii) a um destroçador no valor de 464.700 euros; (iii) à Empreitada de aumento da capacidade da Linha de Afinação da Central de Digestão Anaeróbia, no valor de 405.907 euros e (iv) a contentores no valor de 116.600 euros.

As adições no direito da concessão em curso respeitam, maioritariamente, à empreitada da Central de Compostagem dos Verdes.

Estas adições resultam da permuta da prestação de serviços de construção pelo direito da concessão (ver nota 22).

Os valores incluídos na rubrica de "Direito de concessão em curso" referem-se às seguintes obras:

	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação dos Terrenos Sul	164 704	164 704
Terrenos requalificação ambiental	250 314	250 314
Central Tratamento Mecânico	11 780	146
Nova Portaria	25 674	15 795
Central de Compostagem Verdes	1 772 660	59 266
Projeto 4º motogerador	16 600	16 600
Edifício Social e Armazém Abrunheira	63 753	21 893
Est. Metálica - Novo Passadiço	-	11 823
Aumento Capacidade Afinação - CDA	-	16 825
Projecto Kids Park	-	18 529
Ampliação Capacidade CDA - RUB	64 740	-
	2 370 225	575 894

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o valor de aquisição das infra-estruturas da concessão, permutadas pelo direito de concessão, adquiridas sob o regime de locação financeiras é como segue:

Locações Financeiras		
	31/12/2021	31/12/2020
Valor Bruto	2 271 760	2 271 760
Amortizações acumuladas	-2 271 760	-2 271 760
	-	-

As amortizações dos activos intangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciações e amortizações" da demonstração dos resultados, pela sua totalidade.

Projectos de Pesquisa e desenvolvimento

Durante o exercício corrente foram despendidos cerca de 23.616 Euros em pesquisas e desenvolvimento, as quais foram reconhecidas como gasto no exercício em curso.



Designação do Projecto de I&DT	Valores gastos em 2021
Projecto <i>Circular SimTech</i>	0 €
Projecto "MAFRA Reciclar a valer +"	23 616 €
Total	23 616 €
	-

Os gastos em despesas de investigação e desenvolvimento reconhecidos no decurso do exercício de 2021 foram despendidos nos projectos que se resumem abaixo:

O Projecto Circular SimTech, tem como objectivos promover a Economia Circular com simuladores de processos e tecnologias de produção, recolha, processamento de resíduos e de reciclagem na área de abrangência da TRATOLIXO e mereceu parecer favorável e, por conseguinte, a aprovação de um financiamento pela Sociedade Ponto Verde, no montante total de 101.304,0€. Em 2021 não foi efectuado nenhum pedido de pagamento.

O projecto promovido pela TRATOLIXO conta a parceria do Instituto Superior Técnico e da 3drivers, e tem como objectivo promover a economia circular, a descarbonização da gestão de resíduos e o uso eficiente dos recursos, através do desenvolvimento e da disponibilização de simuladores, com grande detalhe na modelação de todos os processos tecnológicos envolvidos na cadeia de valor de processamento dos resíduos urbanos (RU).

Estes simuladores permitirão conhecer, com rigor e de forma interactiva, o impacto das acções das diferentes partes interessadas no sistema de gestão de resíduos, na capacidade de separação de materiais constituintes dos produtos que compõem os RSU, incluindo as embalagens, visando a sua reciclagem e, no impacto ambiental associado ao seu processamento, com ênfase para as alterações climáticas.

A TRATOLIXO propõe o desenvolvimento e a disponibilização de 3 simuladores interactivos para cidadãos, que estará associado a uma aplicação móvel bilingue (português e inglês), para fabricantes de produtos e para gestores de resíduos.

Um dos simuladores - Simulador I – Produtores - permitirá aos produtores de embalagens e produtos testar diferentes desenhos /componentes e perceber o impacto no ambiente, tendo em conta as infra-

estruturas concretas que existam para o processamento de resíduos na sua região.

O segundo simulador - Simulador II – Cidadão, permitirá ao cidadão perceber o impacto das suas práticas de separação e encaminhamento dos RU e das embalagens, ou seja, permitirá quantificar as consequências das suas acções tendo em conta as infra-estruturas de processamento de resíduos disponíveis na sua região. Disponibilizará a visualização de todos os passos por que os resíduos passam e quantificará a transformação dos resíduos em materiais que são reincorporados na economia, promovendo a economia circular.

E o terceiro e último simulador - Simulador III – Operadores da cadeia de resíduos - permitirá aos operadores avaliar os impactos das suas actividades e promover a optimização da cadeia de valor de processamento de resíduos desde a recolha à sua valorização. Os operadores poderão verificar de forma quantitativa quais são as fases que estão no caminho crítico para aumentar a sua eficiência, minimizar os custos e, assim, maximizar a eficácia da sua actuação.

O projecto MAFRA Reciclar a valer +, promovido pela Câmara Municipal de Mafra, tem como parceiros a TRATOLIXO, a Novo Verde, a Electrão, o Instituto Superior Técnico e a 3drivers e tem como objectivo criar um laboratório vivo de sistemas de incentivo, que permita testar diferentes soluções tecnológicas e monitorizar os seus resultados, contribuindo para aumentar o conhecimento sobre estes sistemas e promover a sua eficácia e eficiência económica no sentido de preparar a implementação do sistema de depósito.

Será constituído por vários elementos:

- 1) Diferentes tipologias de equipamentos de depósito, de forma a identificar aqueles mais adequados para diferentes localizações e diferentes grupos de utilizadores;
- 2) Tecnologias de sensorização e de inteligência artificial que permitam obter informação sobre a eficácia e eficiência do sistema;
- 3) Plataforma de monitorização da rede de equipamentos em tempo real, com gestão automática das operações de recolha.

O projecto visa ainda promover a correcta utilização destes sistemas através de uma campanha de sensibilização que percorrerá o concelho de Mafra com eventos em lojas e mercados, em escolas e outros locais junto das comunidades próximas. Esta campanha permitirá recolher indicadores de

percepção dos cidadãos relativamente às soluções e responder a questões chave como o valor associado ao incentivo, acessibilidade dos equipamentos, entre outras.

Pretende-se ainda que o conhecimento acumulado seja disponibilizado de forma aberta a todos os interessados, promovendo o desenvolvimento e implementação de redes ou sistemas de depósito mais eficazes e eficientes.

9 ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Demonstração dos resultados		
Imposto diferido	-1.268	33.551
Imposto Corrente (nota 29)	-11.775	16.021
	-13.043	49.572

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Impacto na demonstração dos resultados		
Activos por impostos diferidos	-21.993	-53.929
Passivos por impostos diferidos	20.725	20.378
	-1.268	-33.551



Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

Activos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Provisões de monitorização	Provisão de selagem das CCT	Diferimento rendimentos SFAS71	Prejuízos fiscais	Justo valor Fundo Comp. Trabalho	Total
A 1 de Janeiro de 2021	51.698	312.955	37.058	32.938	-	434.649
Reversão por resultados	-6.681	-52.159	-	-9.895	-	-68.735
Constituição por resultados	46.649	-	-	-	92	46.742
Movimento do período	39.969	-52.159	-	-9.895	92	-21.993
A 31 de Dezembro de 2021	91.667	260.796	37.058	23.043	92	412.656

O imposto diferido activo diz respeito: (i) às provisões de monitorização das infra-estruturas que existem nos municípios do sistema concessionado à TRATOLIXO, à provisão da selagem das células de confinamento técnico da Abrunheira (ver nota 18) (ii) aos prejuízos fiscais apurados no exercício 2019 ainda não utilizados, no valor de 109.728 euros (vi) ao ajustamento pelo justo valor do Fundo de Compensação do Trabalho.

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior	Selagem CCT	Justo valor Fundo Compensação Trabalho	Total
A 1 de Janeiro de 2021	-34	-471.295	-227	-471.556
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-	-
Alteração de taxa de imposto	-	-	-	-
Reversão por resultados	7	20.491	227	20.725
Movimentos do período	7	20.491	227	20.725
A 31 de Dezembro de 2021	-27	-450.804	-	-450.831

As reavaliações efectuadas no âmbito do normativo anterior resultam da actualização do valor dos activos, efectuada no normativo POC, com base em diplomas do Governo onde são definidos os coeficientes de desvalorização monetária. O efeito destes impostos diferidos reflecte a não dedução fiscal de 40% da reavaliação efectuada.

10 INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Gasóleo	47 667	41 178
Arame	15 129	19 442
EPI's e Fardamentos	106 818	123 285
Outros consumíveis	1 099 324	918 631
Produtos acabados	71 474	76 732
Adiantamentos por conta de compras	-	-
Imparidade de inventários	-14 492	-15 379
Total inventários	1 325 919	1 163 889
Varição dos inventários de produção	-5 258	-58 870

O custo dos inventários reconhecido, em 2021, incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" (ver nota 23) diz respeito ao consumo de arame e de gasóleo, tendo totalizado 1.329.113 euros (em 2020: 1.182.395 euros).

Os EPIS, Fardamentos e Outros Consumíveis, estão a ser relevados na rubrica de inventários. O consumo dos EPIS e Fardamentos é reconhecido em gastos com o pessoal e o consumo dos Outros Consumíveis em fornecimentos e serviços externos (ver nota 24), maioritariamente na rubrica de conservação e reparação.

Imparidade de Inventários

	2021	2020
A 1 de Janeiro	15 379	18 499
Reforço	-	-
Utilizações	-	-
Reversão	-887	-3 120
A 31 de Dezembro	14 492	15 379

A reversão justificou-se pela utilização de alguns consumíveis/equipamentos que não eram requisitados há muito tempo e cuja utilização se revelou necessária.



11 CLIENTES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - grupo i)	1 208 961	-	1 208 961	1 302 675	-	1 302 675
Clientes - outros ii)	1 920 648	-	1 920 648	1 590 226	-	1 590 226
Clientes de cobrança duvidosa	94 396	-	94 396	93 742	-	93 742
	3 224 005	-	3 224 005	2 986 643	-	2 986 643
Imparidade de clientes	-94 396	-	-94 396	-93 742	-	-93 742
Total Clientes	3 129 609	-	3 129 609	2 892 901	-	2 892 901

1. Clientes – grupo: esta rubrica refere-se, essencialmente, aos saldos a receber dos municípios por conta do serviço de tratamento de resíduos prestados no âmbito do contrato de gestão delegada.
2. Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da venda de energia eléctrica injectada na rede, produtos recicláveis e da prestação de serviços de recepção e tratamento de resíduos provenientes de particulares.

Imparidade de clientes

	2021	2020
A 1 de Janeiro	93 742	91 553
Aumentos	619	2 188
Utilizações	-	-
Reduções	-	-3 120
A 31 de Dezembro	94 361	93 742

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	19	5 155	19	13 344
Impostos s/ rendimento - IRS	-	66 020	-	64 698
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	439 245	-	220 226	-
Contribuições p ^a segurança social / C.G.A.	-	137 780	-	134 681
Descontos ADSE	-	-	92	-
Fundos de compensação do trabalho	-	984	-	734
	439.264	209 939	220 337	213 458
Saldo corrente	439.264	209 939	220 337	213 458
Saldo não corrente	-	-	-	-
	439.264	209 939	220 337	213 458

O montante de 439.245 euros, refere-se ao valor de IVA a recuperar à data de 31 de Dezembro de 2021.

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31/12/2021	31/12/2020
Pagamentos por conta	3 936	-
Retenções na fonte	2 684	2 677
Estimativa de IRC	-11 775	-16 021
Total	-5 155	-13 344

13 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

		31/12/2021			31/12/2020		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores	i)	10 547 522	-	10 547 522	12 449 910	-	12 449 910
Imparidade Outros devedores		-	-	-	-	-	-
		10 547 522	-	10 547 522	12 449 910	-	12 449 910
Pessoal			-	-		-	-
Devedores por acréscimo rendimento							
Facturação a emitir	ii)	273 363	-	273 363	215 808	-	215 808
Diferencial tarifário a receber	iii)	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	iv)	24 511	-	24 511	24 511	-	24 511
Outras contas a receber		10 845 396	-	10 845 396	12 690 229	-	12 690 229

- O saldo relevado em outros devedores diz, essencialmente, respeito ao valor de 10.492 mil euros a receber de subsídios atribuídos em anos anteriores ao abrigo do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).
- Este saldo refere-se, na sua maior parte, à energia a facturar à EDP no montante de 258 mil euros.
- Refere-se ao valor em saldo relativo ao adiantamento efectuado ao empreiteiro das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14 DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a TRATOLIXO tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	31/12/2021	31/12/2020
Seguros	464	59 158
Outros serviços	53 274	98 630
Gastos a reconhecer	53 738	157 788
Facturação antecipada	209 504	254 304
Outros rendimentos	42 500	64 174
Rendimentos a reconhecer	252 004	318 478

Os gastos a reconhecer dizem respeito a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

Os rendimentos a reconhecer referem-se sobretudo:

- Ao reconhecimento de 44.800 euros relativos à participação de uma entidade externa no processo de aprendizagem e know-how relativo à empreitada que “consiste em transportar a água quente (80°C e 90°C), que sai do circuito de água de refrigeração dos motogeradores, até aos 10 tuneis da CDA, onde deverão ser montados permutadores de calor que façam a conversão dessa água em ar quente. Aprendizagem que se prevê que irá decorrer até 2022.
- A 164.704 euros recebidos nas tarifas de 2017, que por deliberação da Assembleia Intermunicipal da AMTRES, serão para compensar com os gastos a incorrer com a recuperação do passivo ambiental de Trajouce. De acordo com a norma ASC 980 – Regulated Operations emitida pelo FASB (substitui a anterior SFAS 71) os rendimentos serão diferidos até que os gastos venham a ser concretizados.

15 CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o capital social da TRATOLIXO, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.402.000 acções com o valor nominal de cinco euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2021 e 2020 é como segue:



	Número de acções	Capital Social
Capital Social	1 402 000	7 010 000

16 RESERVAS

A rubrica de Capital próprio e Reservas legais, não registou movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, mantendo-se em 30.000 euros.

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital social.

17 OUTRAS VARIAÇÕES DE CAPITAL

A rubrica Outras variações no capital próprio corresponde a subsídios ao investimento, os quais são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo depois reconhecidos em resultados como rendimentos numa base sistemática de forma a balanceá-los com os gastos a que dizem respeito.

Nesta rubrica encontram-se reconhecidos os subsídios seguintes:

1. Subsídio atribuído pelo Fundo Coesão à TRATOLIXO para o projecto de “construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos”;

2. Subsídio do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para a construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ECAL proveniente da recolha selectiva;
3. Subsídio do POSEUR respeitante à empreitada de requalificação do novo edifício social e de serviços do Ecoparque de Trajouce;
4. Subsídio do Fundo Ambiental para a aquisição de três viaturas eléctricas e três subsídios do Fundo de Eficiência Energética direccionados para a CDA;
5. Subsídio do POSEUR para financiamento de quiosque digital.
6. Subsídio do POSEUR referente à Concepção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à recolha selectiva de biorresíduos
7. Subsídio do POSEUR para uma central de compostagem para resíduos verdes oriundos da recolha selectiva.

Na nota 28 os subsídios referidos encontram-se mais detalhados.

	Subsídios ao Investimento	Ajustamento efeito fiscal futuro	Total
1 de Janeiro de 2020	21 553 831	-4.849.612	16 704 219
Adições	11 694 085	-2 631 169	9 062 916
Regularização por resultados exercício	-899 068	202 290	-696.778
Regularização por resultados transitados	-	-	-
Alienações / Diminuições	-5 445	1 225	-4 220
Alteração da taxa de imposto	-	-	-
31 de Dezembro de 2020	32 343 403	7 277 266)	25 066 137
Adições	-	-	-
Regularização por resultados exercício	-947.788	213 252	-734 536
Regularização por resultados transitados	-	-	-
Alienações / Diminuições	-	-	-
Alteração da taxa de imposto	-	-	-
31 de Dezembro de 2021	31 395 615	7 064 014	24 331 601

Os subsídios, relacionados com investimentos em obras e equipamentos que constituem o direito da concessão, são reconhecidos na demonstração de resultados na mesma cadência da amortização desses ativos, considerando-se o prazo da concessão até 2043.

18 PROVISÕES

A evolução registada na rubrica das Provisões em 2021 e 2020 é como segue:

	Provisões ambientais	Provisões monitorização	Provisões selagem	Outras Provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2020	164 704	382 605	2 550 000	2 400	3 099 709
Dotação	-	234 064	-	-	234 064
Utilização	-	-	-	-	-
Redução	-	-78.445	-	-	- 78 445
A 31 de Dezembro de 2020	164 704	538 224	2 550 000	2 400	3 255 328
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	164 704	538 224	2 550 000	2 400	3 255 328
	164 704	538 224	2 550 000	2 400	3 255 328

	Provisões ambientais	Provisões monitorização	Provisões selagem	Outras Provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2021	164 704	538 224	2 550 000	2 400	3.255.329
Dotação	-	222.598	-	2 000	224.598
Utilização	-	-	-	-	-
Redução	-	(40.212)	-	-	(40.212)
A 31 de Dezembro de 2021	164 704	720 610	2 550 000	4 400	3 439 714
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	164 704	720 610	2 550 000	4 400	3 439 714
	164 704	720 610	2 550 000	4 400	3 439 714

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a TRATOLIXO apresentava as seguintes provisões:

18.1 Provisão ambiental: refere-se à provisão constituída para a recuperação ambiental decorrente da responsabilidade do plano de reabilitação do Ecoparque de Trajouce devido à deposição de resíduos em área não impermeabilizada. A estimativa inicial tem sido utilizada conforme as áreas já reabilitadas, e reduzida em função da melhor estimativa dos gastos necessários à reabilitação ambiental.

18.2 Provisões monitorização: dizem respeito à melhor estimativa à data da responsabilidade futura dos dispêndios que se perspectivam para a data do encerramento das células de confinamento técnico, e à responsabilidade presente e futura da sua monitorização, bem como de diversas infra-estruturas de responsabilidade da empresa.

18.3 Provisão para a selagem das células de confinamento técnico (CCT) da Abrunheira. Nos termos do DL nº 183/2009, de 10 de Agosto, registou-se: a) a responsabilidade futura com a selagem das CCT, no montante de 2.550 mil euros, tendo por base o valor actualizado em 31/12/2021 dos dispêndios que se perspectivam para a data do encerramento, em 2026, tendo em conta a tecnologia existente.

18.4 Outras provisões: provisões para processos de contra-ordenação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), Autoridade Nacional para a segurança Rodoviária (ANSR), processos judiciais em curso.

19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	3 968 324	130 427 429	134 395 753	4 465 186	134 395 753	138 860 939
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
	3 968 324	130 427 429	134 395 753	4 465 186	134 395 753	138 860 939
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
Juros e encargos a pagar-especialização	-	51 062	51 062	-	54 452	54 452
Custos incrementais	-	-382 114	-382 114	-	-399 942	-399 942
	3 968 324	130 096 377	134 064 701	4 465 186	134 050 263	138 515 449

A rubrica de empréstimos bancários refere-se ao financiamento obtido junto do sindicato bancário formado pelo BPI, BES/Novo Banco, BCP, CGD e Caixa BI, em regime de “project finance”, para a construção de infra-estruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Decorrente das negociações com as entidades bancárias, em 29/6/2015 firmaram-se os novos Contratos Financeiros. Nesta data, foi celebrado entre a TRATOLIXO e os Bancos um “Contrato de Reestruturação, Aditamento e Consolidação”, mediante o qual se procedeu à consolidação e reestruturação das dívidas assumidas pela TRATOLIXO ao abrigo de diversos Contratos Financeiros, sendo ademais concedida pelos Bancos à TRATOLIXO uma nova linha de financiamento, que tem como finalidade financiar o pagamento de juros e o pagamento do imposto do selo relativo a tais juros, até 31/12/2017.

De acordo com os termos acordados tornou-se possível converter a dívida à banca como dívida de médio e longo prazo, apresentando os financiamentos a seguinte maturidade:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 1 ano	3 968 324	4 465 186
Entre 1 e 5 anos	8 680 845	14 810 555
Mais de 5 anos	121 746 585	119 585 198
	134 395 753	138 860 939

No que diz respeito aos juros e encargos a pagar, procedeu-se à respectiva especialização atingindo os mesmos a 31 de Dezembro de 2021 o total de 51 mil euros.

Como forma de garantir o cumprimento integral e atempado de todas as obrigações garantidas emergentes do Contrato de Financiamento, a TRATOLIXO concordou em constituir a favor dos bancos que formam o sindicato bancário: (i) Penhor financeiro de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os saldos a crédito das contas do projecto; (ii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os direitos da TRATOLIXO resultantes de contratos, acordos ou garantias; (iii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis desonerados susceptíveis de penhor; (iv) Penhor de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis empenhados; (v) Hipoteca de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os terrenos de que é titular, bem como sobre todas as partes integrantes, acessões, benfeitorias, obras e construções edificadas

Todos os financiamentos estão negociados em euros e a condições de mercado pelo que o seu valor contabilístico se aproxima do justo valor.

Nos termos contratualmente previstos a TRATOLIXO liquidou no decorrer de 2021 o valor de 5,7 milhões de euros relativos ao serviço da dívida.

Locações financeiras

A Empresa não celebrou contratos de locação financeira durante o exercício de 2021.

20 FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos fornecedores quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - Grupo		
Fornecedores - Terceiros	1 533 808	2 417 033
Total saldo fornecedores - correntes	1 533 808	2 417 033
Total saldo fornecedores - não correntes	-	-
Total geral	1 533 808	2 417 033

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
JRC-Construções e Obras Públicas	-	77 047
Alfalaval Portugal	3 299	59 778
Renascimento-Gestão e Reciclagem de Resíduos	81 381	199 104
Caterpillar Energy Solutions	8 594	80 349
Valorsul	109 954	-
Repsol Portuguesa	-	127 066
EDP Comercial, S.A.	-	253 674
Cimertex	134 244	132 497
Grandalvo - Empresa Trabalho Temporário	82 222	196 399
SGR,S.A.	-	26 720
Socamex	-	-
Resitejo	-	44 757
Strong	72 770	78 682
Maquinter	17 846	210 714
Meteoro	51 310	-
Petroibérica	144 111	-
Endesa	105 986	-
Outros (saldos < 50.000 euros)	722 091	930 246

21 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores gerais 1)	628 287	-	628 287	547 092	-	547 092
Outros credores						
Credores diversos 2)	4 792 097	-	4 792 097	3 687 483	-	3 687 483
Acréscimos de custos						
Férias e sub. férias	1 348 805	-	1 348 805	1 189 538	-	1 189 538
Outros 3)	2 286 288	-	2 286 288	1 598 108	-	1 598 108
Outras contas a pagar	9 055 477	-	9 055 477	7 022 221	-	7 022 221

1. Fornecedores de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos resultantes da aquisição de equipamentos e materiais incorporados nos serviços de construção prestados no âmbito do contrato de concessão.
2. Credores diversos – o saldo refere-se maioritariamente ao valor da Taxa de Gestão de Resíduos a liquidar à Agência Portuguesa do Ambiente em 2022.
3. Acréscimos de gastos – Outros - este saldo refere-se, essencialmente, a serviços diversos prestados em 2020 e a serem facturados em 2021, e ainda como ao valor da nota de crédito, emitida aos Municípios, em Janeiro de 2022, relativa à bonificação dos resíduos verdes de 2021.

22 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido em 2021 e 2020 na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	2021	2020
Vendas de Produtos		
Composto	13 224	15 243
Recicláveis 1)	7 265 189	5 936 276
Electricidade	2 612 585	2 305 894
Outros	-	-
Sub-total	9 890 998	8 257 413
Prestação de Serviços		
Tratamento de resíduos 2)	18 547 348	18 954 202
Tratamento de embalagens	44 800	-
Serviços de construção 3)	3 679 733	1 024 205
Sub-total	22 271 880	19 978 407
Vendas e prestações de serviços	32 162 878	28 235 820

As variações registadas no rédito em 2021, relativamente ao ano anterior, ficaram a dever-se, sobretudo:

1. Ao crescimento das vendas nomeadamente de papel Cartão embalagem e não embalagem e plásticos mistos da recolha selectiva multimaterial e à energia injectada na rede;

2. À execução dos projectos em construção.

Resumo das principais obras de construção/aquisição de infra-estruturas para o sistema multimunicipal, no âmbito do contrato de gestão delegada:

Descrição	Rédito 2021	Rédito 2020
Equipamento Carga e Transporte	-	172 600
Central de Triagem de Trajouce	-	515 852
Requalificação Central Compostagem	2 628 726	-
Aumento Capacidade Afiinação	394 032	-
Outros (< 200.000 €)	656 975	335 753
	3 679 733	1 024 205

23 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios de 2021 e 2020 é como segue:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2021	2020
Inventários iniciais	60 620	67 784
Compras	1 268 493	1 175 232
Regularização de existências	-	-
Inventários finais	-	60 620
Custos no exercício	1 329 113	1 182 395

Os valores incluídos nesta rubrica correspondem:

- Aos gastos com gasóleo adquirido para consumo de viaturas e máquinas pesadas utilizadas nas operações de tratamento e transporte de resíduos;
- Aos consumos de arame utilizado para fazer os fardos dos resíduos.

24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2021	2020	2019
Subcontratos	(1)	7 570 711	2 953 408	9 748 473
Transporte e deposição RSU		2 898 632	711 889	1 710 135
Serviços de construção		3 679 733	1 024 205	6 491 224
Outros		992 346	1 217 314	1 547 114
Trabalhos especializados	(2)	1 012 821	1 401 995	1 587 552
Conservação e reparação		2 917 866	3 120 549	2 181 774
Electricidade	(3)	1 024 323	1 224 825	1 169 070
Vigilância e Segurança		381 377	368 009	335 642
Rendas		843 336	844 504	887 397
Seguros		227 920	224 362	211 543
Água		278 752	125 096	69 345
Limpeza, higiene e conforto		203 316	218 016	130 871
Outros fluidos		282 486	133 979	119 376
Outros (< 100.000 euros)		339 614	340 003	432 593
Fornecimentos e serviços externos		15 082 522	10 954 746	16 873 636

- 1. Subcontratos:** deste saldo a) 3.680 mil euros referem-se à infra-estrutura da concessão a cargo da TratoLixo (2020: 1.024 mil euros); b) 2.899 mil euros referem-se ao transporte e deposição de resíduos (2020: 712 mil euros). A variação que se verifica é devida à conjugação do aumento das toneladas de resíduos transportados/depositados com o aumento do custo médio da tonelada; c) do montante de "Outros" de 992 mil euros, 896 mil euros dizem respeito à subcontratação de trabalhadores temporários (2020: 736 mil euros).
- 2. Trabalhos especializados:** o menor gasto neste item verifica-se, sobretudo, na ETAL da Abrunheira, devido à internalização do serviço a partir de Outubro de 2020 e também a um menor gasto na CDA.

3. **Electricidade:** o decréscimo que se verifica deve-se ao facto de a partir de 15 de Março de 2021 ter entrado em vigor um novo contrato de fornecimento de energia, em que o preço do kWh é inferior ao contrato anterior. Também a paragem da unidade de compostagem da CDA desde Maio como a manutenção dos tanques da ETAL levaram a um menor consumo de energia eléctrica.



25 GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2021 e 2020, foram como segue:

	2021	2020
Remunerações		
Órgãos sociais	99 639	90 026
Pessoal	5 715 373	5 427 891
	5 815 012	5 517 918
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	1 369 713	1 304 675
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	109 783	93 106
Gastos de acção social	100 727	195 481
Fardamentos e EPI's	221 640	299 424
Outros	263 140	238 592
Sub-total	2 065 002	2 131 278
Gastos com pessoal	7 880 014	7 649 196

O número médio de trabalhadores em 2021 foi de 280.

26 PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

A decomposição da rubrica Perdas por imparidade e reversões do exercício, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, é conforme segue:

	2021	2020
Perdas por imparidade de clientes	619	2 188
Perdas por imparidade em inventários	-	-
Outros	-	-
Perdas por imparidade	619	2 188
Reversões de perdas por imparidade de clientes	-	-
Reversões de perdas por imparidade em inventários	887	3 120
Outros	-	-
Reversões de perdas por imparidade	887	3 120

27 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	2021	2020
Imputação do subsídio (ver nota 17) 1)	946 489	899 068
Rendimentos suplementares	11 187	10 723
Outros	1 044 390	181 611

1) O aumento face ao ano anterior é justificado pela entrada em funcionamento de equipamentos e infraestruturas subsidiados (ver nota 28).

28 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

O rédito relativo a subsídios ao investimento, reconhecido pela TRATOLIXO, é detalhado conforme se segue:

Designação das entidades concedentes	Data da celebração / decisão	Objecto / finalidade	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito Período	Rédito Acumulado
Fundo de Coesão	2004-12-23	Construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos	18.426.885 €	18.426.885 €	- €	573.954 €	5.799.886 €
POSEUR	2016-06-24	Construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ecal proveniente da recolha selectiva	7.433.911 €	6.756.025 €	677.886 €	309.746 €	619.493 €
POSEUR	2018-10-02	Empreitada de requalificação do novo edifício social e de serviços do ecoparque de Trajouce	273.363 €	273.363 €	- €	10.935 €	32.804 €
Fundo Ambiental	2017-09-22	Financiamento dois veículos 100% eléctricos	20.000 €	20.000 €	- €	741 €	3.703 €
Fundo Eficiência Energética	2017-07-18	Financiamento de Permutador de Calor para aproveitamento de circuito de água quente dos motogeradores da Central de Digestão Anaeróbia	65.415 €	65.415 €	- €	2.516 €	10.064 €
Fundo Eficiência Energética	2017-07-18	Financiamento para colocação de telhas translúcidas	3.744 €	3.744 €	- €	144 €	576 €
Fundo Eficiência Energética	2018-11-14	Financiamento de um veículo 100% eléctrico	2.250 €	2.250 €	- €	87 €	346 €
POSEUR	2019-12-30	Financiamento para adaptação das unidades de tratamento mecânico e de tratamento biológico à recolha selectiva de bioresíduos	6.502.787 €	263.396 €	6.239.390 €	14.539 €	14.539 €
POSEUR	2019-11-26	Financiamento de quiosque digital	3.899 €	3.899 €	- €	1.300 €	1.300 €
POSEUR	2020-05-21	Financiamento para uma central de compostagem para resíduos verdes oriundos da recolha selectiva	5.179.900 €	1.647.542 €	3.532.358 €	33.828 €	33.828 €
Total			37.912.153 €	27.462.518 €	10.449.634 €	947.788 €	6.516.537 €

Os subsídios ao investimento, associados com activos, são reconhecidos na demonstração dos resultados na mesma cadência das amortizações do investimento a que respeitem.

29 OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe da rubrica de Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	2021	2020
Quotizações	21 477	21 886
Impostos	16 514	9 671
Donativos	19 118	13 165
Perdas em inventários	8.936	79.520
Alienações activos	5 683	297.556
TGR não repercutível	249 629	-
Outros	92 543	191 368
	413 899	613 166

- refere-se à taxa de gestão de resíduos que de acordo com os cálculos da APA é não repercutível. Diz respeito à parcela instituída pela Lei da Fiscalidade Verde que determinou a sua incidência objectiva: desvio às metas estabelecidas.

30 JUROS E GASTOS E RENDIMENTOS SIMILARES

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
Juros e gastos similares		
Juros suportados 1)	1 201 389	1 622 141
Outros gastos e perdas de financiamento	74 267	72 953
	1 275 656	1 695 094
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	-	-

- Os juros suportados referem-se aos gastos incorridos com os juros do financiamento conforme previsto no Contrato de Financiamento.

No exercício de 2021 a taxa de juro foi de 0,830% no 1º semestre e de 0,829% no 2º semestre.



31 IMPOSTO DO EXERCÍCIO

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2021	2020
Imposto s/ rendimento corrente	-11 775	-16 021
Imposto s/ rendimento diferido	-1 268	-33 551
Imposto sobre o rendimento	-13 043	-49 572

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

Reconciliação Taxa Efectiva Imposto	2021
Resultado antes de Imposto	36 548
Taxa de Imposto	22,5%
	8.223
Gastos não dedutíveis	79 062
Rendimentos não tributáveis	-63.216
Prejuízos fiscais	-15.725
Dif. temporárias imposto diferido	1 268
Tributação autónoma	3 431
	13 043
Imposto s/ rendimento corrente	11 775
Imposto s/ rendimento diferido	1 268
Imposto s/ rendimento	13 043
Taxa efectiva de imposto	35,7%

A taxa de imposto aplicada na determinação do montante de imposto do exercício nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2021	2020
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama Municipal	1,50%	1,50%
	22,50%	22,50%

32 COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pela TRATOLIXO, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, são como segue:

Compromissos com locações operacionais

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2020:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Equipamento de transporte	39 058	47 881	-
Equipamento informático	128 497	119 097	-
Equipamento industrial	522 318	396 909	-
	689 873	563 887	-

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2021:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Equipamento de transporte	28 108	9 228	-
Equipamento informático	155 487	48 669	-
Equipamento industrial	582 289	424 520	-
	765 884	482 417	-

33 CONTIGÊNCIAS

A TRATOLIXO tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2021	2020
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos de Lisboa e do Oeste., S.A	Garantir o pagamento da receção e tratamento de resíduos, conforme contrato.	25/08/2003	412 500	412 500
Repsol Portuguesa, S.A.	Instalação de equipamento informático de gestão de frota	09/01/2003	6 700	6 700
BP Portugal - Comércio de Combustíveis Lubrificantes, SA	Caucionar os pagamentos ao abrigo do cartão frota	02/06/2009	2 000	2 000
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o integral das obrigações relativas ao processo de encerramento e ao controlo e manutenção pós-encerramento do Aterro Sanitário de Trajouce.	29/12/2016	82 890	82 890
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira	29/12/2016	1 633 942	1 633 942
			2 138 032	2 138 032

Activos e Outros Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2021, encontra-se em curso uma Acção Administrativa, a correr no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, relativo ao seguinte processo:

A Tomás de Oliveira, S.A. (TO) e a Ambitermo, S.A., empresas do Consórcio que executou a “Empreitada de Conclusão do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira” vieram impugnar as multas que a TRATOLIXO decidiu aplicar por violação dos prazos contratuais, no valor de 585.163,52 €.

A TRATOLIXO apresentou contestação no sentido da manutenção da aplicação e valor das multas, bem como veio pedir que as TO e a Ambitermo fossem condenadas a indemnizar a TRATOLIXO pelo montante global de € 1.127.714,81. A TO e a Ambitermo contestaram este último pedido.

Continua-se a aguardar a notificação do pré-saneador e/ou marcação da audiência prévia.

É da opinião do Gabinete Jurídico da TRATOLIXO que nesta fase, e perante a complexidade probatória e jurídica do processo, é totalmente impossível tecer qualquer comentário previsional.

A Administração da TRATOLIXO, nas missivas que foi trocando com o consórcio constituído pela Oliveiras, S.A. e Metrocompost, SL sobre a execução dos trabalhos e conclusão da obra, veio a informar o mesmo que tinha a intenção de aplicar as penalidades previstas no contrato de Empreitada de Concepção, Construção e Fornecimento da Central de Triagem, de Trajouce, devidas por atrasos parciais vinculativos e/ou atrasos na conclusão da obra sucessivos, que se veio a agravar face às contingências entretanto verificadas durante a empreitada, designadamente a situação de insolvência da Metrocompost, SL. (ver nota 28).

34 INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

A TRATOLIXO presta um serviço público aos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra no âmbito da gestão de resíduos, actividade esta que contempla outras responsabilidades acessórias no domínio do ambiente.

No âmbito dos serviços prestados, a empresa consome recursos e matérias-primas, gera emissões e efluentes e tem impactes ambientais na ocupação dos solos associados à deposição de resíduos em destino final. Assim, a TRATOLIXO desenvolve um profundo trabalho de monitorização e acompanhamento constante da sua actividade processual, o que lhe permite ter um papel interventivo e de melhoria contínua do seu desempenho organizacional e ambiental, devidamente divulgado no seu Relatório de Sustentabilidade.

A TRATOLIXO não adopta uma posição passiva perante os diplomas legais vigentes tendo por princípio contribuir de uma forma proactiva, junto das respectivas entidades responsáveis, remetendo o seu entendimento sempre que solicitado ou entendido como pertinente. Destaca-se, em 2021:

- A defesa necessidade de alteração do Alteração ao n.º 4 do Artigo 36º - Recolha selectiva de biorresíduos - do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de Dezembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, o que levou à alteração do articulado deste artigo a corresponder exactamente ao que solicitámos em sede de apreciação parlamentar deste diploma, passando a recolha selectiva em saco ótico a ser considerada recolha selectiva de biorresíduos;
- A pronúncia conjunta da TRATOLIXO e dos Senhores Presidentes das quatro Câmaras Municipais relativamente ao Sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio ao MAAC, SEA, APA, ERSAR e Grupos parlamentares;
- O envio, à APA e à CCDR-LVT, do Relatório de Acompanhamento do Plano de Acção do Sistema Intermunicipal da TRATOLIXO (RA_PAPERSU), tendo como referência a concretização medidas previstas no PAPERSU da TRATOLIXO para o período 2014-2020, contemplando a execução das medidas propostas face à calendarização inicialmente prevista e os aspetos positivos e dificuldades encontradas ao longo do ano, em cumprimento ao disposto no Despacho n.º 12571/2014, de 14 de Outubro, que define as atribuições, constituição e funcionamento do Grupo de Apoio à Gestão do PERSU 2020.
- A pronúncia, ao abrigo de audiência prévia, sobre o apuramento da taxa de gestão de resíduos (TGR) e da TGR Não repercutível (TGN-NR) solicitando a reavaliação da determinação da TGR para 2020 e a isenção da aplicação da TGR - NR devido ao estado de emergência de COVID 19;

- Apresentação conjunta da ESGRA, em coligação com a EGF, de reclamação graciosa junto da APA da aplicação da TGR-NR de 2020;

Assim, e conforme anteriormente referido, a TRATOLIXO não se limita ao mero cumprimento da legislação ambiental que lhe é aplicável, envidando esforços contínuos na procura de soluções que minimizem os impactes da sua actividade, sendo exemplos disso a valorização energética do biogás gerado no processo de digestão anaeróbia - que se tem vindo a tornar expressiva e a superar as perspectivas iniciais - e a reutilização, como água de processo, da água tratada resultante do processo de tratamento das águas residuais geradas no Ecoparque da Abrunheira.



35 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2021, a TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES.

35.1 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

O Conselho de Administração da TRATOLIXO foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO ascenderam a 99.639 euros (2020: 90.026 euros).

35.2 Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionista:

AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

Relacionadas com a accionista:

Concelho de Cascais

Concelho de Mafra

Concelho de Oeiras

Concelho de Sintra

(b) transacções e saldos pendentes

i) Accionistas e as suas partes relacionadas:

Durante o exercício, a TRATOLIXO efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

Transacções

	2021	2020
Serviços prestados		
AMTRES	37	37
Câmara Municipal de Cascais	6 365 358	6 229 702
Câmara Municipal de Mafra	2 587 849	2 395 099
Câmara Municipal de Oeiras	3 905 937	3 850 115
Câmara Municipal de Sintra	9 924 112	9 674 772
	22 783 293	22 149 725

Saldos devedores e credores

No final dos exercícios de 2021 e 2020, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	2021	2020
Saldos devedores		
AMTRES	76	37
Câmara Municipal de Cascais	171.828	259.219
Câmara Municipal de Mafra	242.465	203.888
Câmara Municipal de Oeiras	237.354	337.262
Câmara Municipal de Sintra	557.239	502.269
Cientes (Nota 11)	1.208.962	1.302.675

	2021	2020
Saldos credores		
AMTRES	27 790	27 790
Outros credores (Nota 21)	27 790	27 790

	31/12/2021	31/12/2020
Acréscimos Gastos		
AMTRES	-	-
Câmara Municipal de Cascais	640 969	590 189
Câmara Municipal de Mafra	34 130	13 465
Câmara Municipal de Oeiras	34 352	36 614
Câmara Municipal de Sintra	170 921	164 312
Outras contas a receber (Nota 13)	880 372	804 580

Fluxos de Caixa

No final do exercício de 2021 e 2020, os fluxos de caixa resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Recebimentos		
Câmara Municipal de Cascais	6 335 621	6 193 554
Câmara Municipal de Mafra	3 272 219	2 523 019
Câmara Municipal de Oeiras	4 237 757	4 696 429
Câmara Municipal de Sintra	10 471 594	10 281 148
	24 317 19	23 694 150

36 DISPOSIÇÕES LEGAIS

Principais diplomas legais aplicáveis ou que têm implicações no âmbito da actividade / natureza da TRATOLIXO, publicados em 2021:

Decreto n.º 3-B/2021, de 19 de Janeiro

Altera a regulamentação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

“Artigo 5.º

Comunicação à Autoridade para as Condições de Trabalho

As empresas do sector dos serviços que tenham mais de 250 trabalhadores, independentemente do vínculo laboral, da modalidade ou da natureza da relação jurídica, enviam à Autoridade para as Condições de Trabalho, no prazo de 48 horas a contar da entrada em vigor do presente decreto, a lista nominal daqueles que não preencham os requisitos estabelecidos no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto n.º 3 -A/2021, de 14 de janeiro, na sua redação atual.”

Declaração de Rectificação n.º 3/2021, de 21 de Janeiro

Rectifica o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, do Ambiente e Ação Climática, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Directivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852.

Portaria n.º 25/2021, de 29 de Janeiro

Estabelece a classificação do risco e as medidas mínimas a serem adotadas pelos responsáveis dos equipamentos, redes e sistemas, previstos no artigo 2.º da Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, na sua redação atual, em função da avaliação do risco de contaminação e disseminação da bactéria Legionella que decorra dos resultados analíticos apurados, no âmbito do programa de monitorização e tratamento da água.

Declaração de Rectificação n.º 7/2021, de 24 de Fevereiro

Rectifica a Portaria n.º 25/2021, de 29 de janeiro, que estabelece a classificação do risco e as medidas mínimas, em função da avaliação do risco de contaminação e disseminação da bactéria Legionella, no âmbito do programa de monitorização e tratamento da água.

Despacho n.º 2263/2021, de 1 de Março

Fixa a metodologia de cálculo da taxa de gestão de resíduos para o período do estado de emergência de 2020.

Lei n.º 20/2021, de 16 de Abril

Alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 92/2020, de 23 de Outubro, que altera o regime geral da gestão de resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro.

Declaração de Rectificação n.º 14/2021, de 6 de Maio

Rectifica a Lei n.º 20/2021, de 16 de Abril, «Alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 92/2020, de 23 de Outubro, que altera o regime geral da gestão de resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro».

Lei n.º 30/2021, de 21 de Maio

Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado em anexo à Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de Outubro.

Lei n.º 52/2021, de 10 de Agosto

Alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de Dezembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Directivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852.

Lei n.º 68/2021, de 26 de Agosto e Declaração de Rectificação n.º 31/2021, de 20 de Setembro

Aprova os princípios gerais em matéria de dados abertos e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva (UE) 2019/1024 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Junho de 2019, relativa aos dados abertos e à reutilização de informação do sector público, alterando a Lei n.º 26/2016, de 22 de Agosto.

Portaria n.º 208/2021, de 15 de Outubro

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 988/93, de 6 de Outubro, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva (UE) 2019/1832 da Comissão, de 24 de Outubro de 2019, que altera os anexos i, ii e iii da Directiva 89/656/CEE do Conselho no que se refere a adaptações estritamente técnicas.

Lei n.º 83/2021, de 6 de Dezembro

Modifica o regime de teletrabalho, alterando o Código do Trabalho e a Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de Dezembro

Cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção.

Decreto-Lei n.º 119-A/2021, de 22 de Dezembro

Altera as medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Uma das medidas que tem mais implicações na actividade da Trátolixo é o respeitante ao artigo 11.º - Recolha complementar de resíduos – “A autorização prevista no n.º 2 do artigo 11.º do Regime Geral da Gestão de Resíduos, aprovado em anexo ao Decreto -Lei n.º 102 -D/2020, de 10 de Dezembro, na sua redacção actual, apenas é exigível a partir de 1 de Janeiro de 2023.”

37 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários do fiscal único no período de 2021 foram de 12.900 euros (2020: 12.900 euros).

38 EVENTOS SUBSEQUENTES

A TRATOLIXO está sujeita ao risco da flutuação de preços dos materiais e transportes

Não existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos subsequentes ocorridos a partir de 1 de Janeiro de 2022, que sejam do conhecimento do Conselho de Administração da TRATOLIXO e que, de acordo com a NCRF 24, devessem ser objecto de registo contabilístico ou de divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

Trajouce, 11 de Fevereiro de 2022

A Técnico Oficial de Contas

Ana Filipa Lanternas



O Conselho de Administração

João Manuel Pereira Teixeira



Zalinda Maria Campilho Coelho



Fernando Sousa Ferreira



The image shows an industrial building with a blue metal staircase leading to a roof. On the roof, there is a large roll of material, possibly insulation or fabric, secured with blue straps. The building has a yellowish-tan facade. The text "7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS" is overlaid in white on the right side of the image.

7.
CERTIFICAÇÃO LEGAL
DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de *TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.L.M. – Empresa Intermunicipal, S.A.* (TRATOLIXO ou Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 186.766.632 euros e um total de capital próprio de 30.696.146 euros, incluindo um resultado líquido de 23.505 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de *TRATOLIXO* em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da *TRATOLIXO* nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Ênfase

Conforme nota 3.4.2 do anexo às demonstrações financeiras, a amortização do direito de concessão é efetuada de forma linear pelo prazo do contrato de gestão delegada, não contemplando a vida útil efetiva dos ativos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação/substituição destes ativos, estando a cobertura dos ativos de substituição/expansão assegurados pelas tarifas definidas no contrato.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da *TRATOLIXO* de acordo com Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilístico;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da *TRATOLIXO* de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da **TRATOLIXO**;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da **TRATOLIXO** para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a **TRATOLIXO** descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a **TRATOLIXO**, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2022

**APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO,
ILÍDIO CÉSAR FERREIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
representada por:**



Ana Calado Pinto
(ROC nº 1103)



**8.
RELATÓRIO E PARECER DO
FISCAL ÚNICO**

Introdução

Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único, com mandato de 2018 a 2021, elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da **TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. – Empresa Intermunicipal, S.A. (TRATOLIXO)**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, nos termos do número 1 do artigo 54.º, por remissão do art.º 67º, do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE) - aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual - “as empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas...” no Capítulo II daquele regime.

O mesmo RJSPE estabelece, no número 2 do citado artigo 54.º, que “...compete aos órgãos de fiscalização aferir no respetivo relatório o cumprimento da exigência prevista no número anterior”.

Em cumprimento do determinado na lei, o Conselho de Administração da TRATOLIXO, E.I.M remeteu, em 15 de fevereiro de 2022, para parecer do órgão de fiscalização que assume as funções de Fiscal Único, o Relatório de Gestão e Contas e o Relatório de Governo Societário (RGS), este último, versão simplificada e adaptada do modelo previsto pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) aprovado em reunião de Conselho de 11 de fevereiro.

Em Fevereiro de 2020 a Tratolixo procedeu à atualização do Relatório de Prevenção da Corrupção e Infrações conexas.

Atividade Fiscalizadora

Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, com reuniões com os Serviços e Conselho de Administração, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes, apreciado as contas e os actos de gestão mais relevantes da Empresa.

O Fiscal Único recebeu do Conselho de Administração todos os esclarecimentos e informações solicitados.

O Fiscal Único emitiu durante 2021 Parecer aos Instrumentos Previsionais e Parecer semestral sobre a situação económico financeira.

No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão, apresentado pelo Conselho de Administração e completado o exame das contas com vista à sua certificação legal.

As contas lidas em conjunto com o conteúdo da Certificação Legal de Contas, com o qual se concorda, proporcionam uma adequada compreensão da situação financeira e resultados da entidade.

O Fiscal Único concorda com as conclusões da Certificação Legal de Contas não modificada que apresenta uma ênfase.

Adicionalmente, dando cumprimento ao n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Fiscal Único é de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à TRATOLIXO, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada.

Recomendações

No que concerne às Notas Anexas às Demonstrações Financeiras:

O Fiscal Único recomenda a adoção da estrutura do anexo previsto na Portaria.º 220/2015, nomeadamente, os quadro primeiros pontos da norma, cuja estrutura é de adoção obrigatória. Recomenda-se igualmente a densificação de algumas matérias no anexo, nomeadamente o ponto 8 – Ativos Intangíveis, ponto 24 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas, ponto 26 – Acontecimentos após a data do balanço e ponto 32.4 – proposta de aplicação de resultados.

No que concerne ao Relatório do Governo Societário:

O Fiscal Único recomenda que o mesmo possa detalhar informação do sistema de controlo interno, riscos da atividades e competências de gestão de riscos a par da divulgação da publicidade em sítio da internet de Plano de Atividades, Orçamento e relatórios trimestrais de execução orçamental.

No que concerne ao Sistema de controlo interno e dados de cadastro:

- Dado que os ativos de concessão são amortizados pelo tempo do contrato, subsistindo bens cuja vida técnica é inferior, o que confere uma necessidade de controlo das substituições e a validação que as mesmas estão incluídas na tarifa. Considerando que os instrumentos previsionais e plano de investimentos levam em consideração os bens de substituição e expansão no sentido de projetar necessidades de adequação de tarifa. Tendo presente que a definição das tarifas são objeto de deliberação por órgão competente, sujeitas a parecer da ERSAR e, ainda, a revisão de contrato sujeita a visto prévio do Tribunal de Contas (tendo em 2021 o TdC considerado que não carecia de visto a revisão levada a cabo). Considera-se que o cadastro dos bens previsto no contrato de gestão delegada com a AMTRES deve contemplar de forma integral, detalhada por componente, clara, tempestiva e objetiva, as vidas técnicas havendo junto dos processos de abate de ativos a autorização do acionista AMTRES.
- Decorrente da circularização efetuada junto das Instituições bancárias com a qual a TRATOLIXO opera, constatou-se a desatualização das autorizações da CGD e NOVOBANCO e colocação de pessoa não identificada enquanto colaborador no BCP. Adicionalmente, constatou-se ainda a persistência de conta bancária ativa junto da CGD que não se encontra refletida na Prestação de Contas.
- A TRATOLIXO procedeu à conciliação entre a matriz predial registada na Autoridade Tributária e Aduaneira e os registos de imóveis e terrenos na contabilidade em 2020, a

nosso pedido, estando por conciliar alguns itens não materiais, em que se incluem artigos com data de registo similares a alguns identificados como parte do terreno da Abrunheira (data registo 2010) que julgamos serem de conciliar. Adicionalmente, foram identificadas motas registadas na AT em 2019. Em resposta da área responsável pelo apoio jurídico constata-se pela sua inexistência de fato encontrando-se em curso a resolução.

- Constituição de um processo para suporte do abate de Ativos Intangíveis, com o enquadramento do abate e sempre que aplicável, a identificação do novo bem que substituiu o bem abatido.
- Considera-se que deverá ser redigida norma sobre o tratamento de inventários com indícios de falta de rotação e sobre a sua reclassificação nos casos em que teve lugar uma avaliação de falta de aplicabilidade.
- Relativamente à prestação de contas da entidade participada pela Tratulixo, aferir da possibilidade de requerer um fecho de contas mais tempestivo da entidade ou, em alternativa, uma estimativa das contas para avaliação da necessidade de reconhecer um ajustamento.
- Rever os pressupostos subjacentes à valorização do passivo e da provisão ambiental reconhecidos, tendo em conta, nomeadamente, a subida dos preços das mercadorias e dos transportes.
- Renomeação dos armazéns para clarificação da tipologia de bens existentes em cada local.

No que concerne às Demonstrações Financeiras:

- Apesar de abaixo da materialidade, existe em acréscimo de gastos (em passivo) montante relacionado não com faturas cobradas mas com faturas por cobrar, sendo que o mesmo representa a incerteza de cobrabilidade de verbas faturadas a clientes, algumas que transitam do ano anterior para as quais se perspetiva a possibilidade de emissão de notas de crédito. Efetivamente, existe uma prática de negócio de acréscimo relativamente à possibilidade de serem emitidas notas de crédito, o que se encontra correto se as faturas a que as mesmas respeitam se encontrarem cobradas, como se verifica com os municípios. Para além desta matéria não estar divulgada enquanto política contabilística da TRATOLIXO, a mesma não reflete o previsto no SNC quanto ao reflexo em imparidades de contas de clientes. Recomenda-se a sua reclassificação.
- Reconhecimento na conta de Custos das Matérias Vendidas e Matérias Consumidas, do consumo de todos os bens par os quais é constituído stock reconhecido em inventários.
- A faturação da TGR aos Municípios é reconhecida como um gasto negativo. Dado que esta prática não está prevista no normativo contabilístico usado, recomendamos a reclassificação destas operações para rendimentos ou, em alternativa, dado tratar-se de uma operação neutra para a Tratulixo, espelhar o seu controlo em contas da classe 2.

Parecer

Face ao que antecede, e apreciado o Relatório de Gestão e Contas e o Relatório do Governo Societário da TRATOLIXO, tendo presente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2021, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aprove o Relatório do Governo Societário de 2021;
- c) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único regista ainda com apreço a colaboração prestada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade sempre demonstrada, pelos responsáveis pelas Direções e Serviços e pelos colaboradores da TRATOLIXO, EIM, que teve necessidade de contactar no exercício das suas funções.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2022

**APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO,
ILIDIO CESAR FERREIRA E ASSOCIADOS, SROC, LDA**
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por:



Ana Calado Pinto
(ROC N.º 1.103)

ELABORAÇÃO

Cristiana Santos – Direcção de Planeamento Estratégico

Patrícia Gomes – Direcção de Planeamento Estratégico

Filipa Lanternas – Direcção Financeira

EDIÇÃO E PAGINAÇÃO

Cláudia Quadros - Gabinete de Comunicação

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Arquivo TRATOLIXO, Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra

RELATÓRIO & CONTAS 2021

—
Estrada 5 de Junho, nº 1 Trajouce
2785-155 São Domingos de Rana
t. +351 21 445 95 00
residuos@tratolixo.pt



Ecoparque da Abrunheira
Eccentro da Ericeira